



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

RAPHAEL DUTRA BAZARELLO

O retorno necessário a Marx: Postone e a crítica do trabalho

JUIZ DE FORA

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

Raphael Dutra Bazarelo

O retorno necessário a Marx: Postone e a crítica do trabalho

Dissertação apresentada à
Faculdade de Serviço Social,
Universidade Federal de Juiz de Fora
– Juiz de Fora/MG. Sob a orientação
da Profa. Dra. Ednéia Alves de
Oliveira.

Juiz de Fora

2019

Agradecimentos

Todo processo é feito de sujeitos, que contribuem para que o mesmo seja possível de ser atravessado. Assim sendo, faz-se necessário vários agradecimentos.

Em primeiro lugar um agradecimento à minha família, que apostou no meu projeto e me deu suporte para continuar na vida acadêmica.

Um agradecimento muito especial à minha namorada Nayara, melhor amiga, que me acompanhou por todo o processo e sempre esteve presente para as alegrias e tristezas e que foi o meu grande ponto de apoio.

Aos professores que fizeram parte diretamente do meu processo de aprendizagem como membros da banca de qualificação, os professores Elcemir Paço Cunha e Alexandre Aranha Arbia, que contribuíram bastante para o prosseguimento da dissertação e em suas considerações sobre o meu processo de desenvolvimento enquanto pesquisador. Agradeço desde já aos professores membros da banca de defesa, pela disponibilidade e boa vontade de encarar esse desafio corrido.

À professora Ednéia pela incrível boa vontade e sensibilidade em compreender e lidar com o delicado momento do fim da dissertação de forma tão humana e empática. Por menor que tenha sido o tempo que tenhamos trabalhados juntos e o pouco que tenha aproveitado da oportunidade de trocar conhecimentos, a disposição imperou na tempestade pela qual eu passava.

À professora Malu, que foi essencial para a minha compreensão sobre o trabalho duro e paciente da pesquisa, o carinho e a cumplicidade que a definem e a sempre disponibilidade apesar das milhões de tarefas que realiza ao mesmo tempo. E ainda algo importante, sempre me incentivando a ver positivamente perspectivas para um mundo melhor dentro da nossa perspectiva de classe.

Aos amigos, todos, de colégio, faculdade, militância, do teatro, do circo e da vida, que estão sempre lá, e não precisa ser fisicamente, mas que me apoiaram nos momentos difíceis, de todos os tipos, que ouviram os resmungos e reclamações sobre a vida, o universo e tudo mais. Peço desculpas por não fazer referências nominais aqui, mas não seria possível pela quantidade de pessoas e não me perdoaria se esquecesse de alguém.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -
Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

"This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) -
Finance Code 001"

Sumário

Introdução.....	5
Capítulo 1 – Apontamentos sobre a matriz da crítica ao trabalho em Gorz e Habermas e a crítica de Ricardo Antunes.....	10
1.1 – Gorz e as mudanças do proletariado como classe.....	10
1.2 – Apontamentos sobre Habermas e o debate da centralidade do trabalho.....	20
1.3 – Postone e sua crítica a Habermas.....	30
1.4 – O debate de Ricardo Antunes contra Gorz e Habermas: a reafirmação da centralidade do trabalho.....	46
Capítulo 2 – A perspectiva do trabalho em Postone.....	57
2.1 – O trabalho e sua crítica.....	57
2.2 – A abordagem da categoria capital em Postone.....	75
2.3 – A análise de Postone sobre o tempo.....	87
Capítulo 3 – O necessário retorno à Marx.....	99
3.1 – A determinação geral do trabalho e sua abstração razoável.....	99
3.2 – Trabalho como produtor do valor.....	112
3.3 - A subsunção do trabalho ao capital.....	120
Considerações finais.....	126
Referências bibliográficas.....	130

Introdução

Ao longo de todo o século XX a teoria do valor seria questionada em sua validade, sendo que este questionamento passou a indicar, como abordaremos nesta dissertação, inclusive o fim do trabalho e de sua centralidade. Toda a questão da centralidade do trabalho tem por trás o problema da validade ou não da teoria do valor. Durante um longo período, o pensamento de Marx foi combatido, um dos grandes movimentos onde se dá isso inicia-se na Escola de Bohm-Bawerk, na escola austríaca, onde se nega a teoria do valor (sua tradição clássica que vai de Smith a Ricardo, até Marx) e posteriormente isso se reflete em várias obras da sociologia, tal como Simmel, Weber. Mais tardiamente, aproveitando-se desta tendência, entrando nessa linha de pensamento, vê-se a Escola de Frankfurt, no qual o seu expoente principal é Habermas. Posteriormente, também imbuídos dessas perspectivas frankfurtianas, no debate, se posicionam André Gorz, Robert Kurz, Paulo Arantes, Klaus Offe, entre outros.

Já no começo do século passado, Pollock compreende que a ascensão do fascismo poderia indicar uma mudança em que a esfera política se configuraria como elemento central das disputas entre as classes. Também Horkheimer, ambos fundadores da Escola de Frankfurt, indicava esse entendimento, como Postone (2014) aponta em seu livro que trataremos aqui. Essa questão, que nos é importante indicar, não é, no entanto, possível de ser desenvolvida pelo recorte desta dissertação.

Herdeiros deste debate são os autores que, a partir dos anos 1960, buscaram responderem às novas formas de organização da produção pela qual o capitalismo estava se modificando. Habermas, herdeiro direto da Escola de Frankfurt, é um autor de grande relevância - sendo inclusive interlocutor principal dos autores que criticam a tese do fim do trabalho – que apresenta seu entendimento sobre as mudanças sociais e políticas decorrentes da reestruturação produtiva. Assim como Habermas, Gorz - autor que também será tratado neste trabalho – defende, a sua maneira, o fim da centralidade do trabalho, e em última instância, do trabalho propriamente, uma vez que também a esfera produtiva e da produção do valor, perdera a centralidade e os conflitos sociais estariam presentes, então, na política.

De igual modo, Offe e Kurz, defendem posições que podem ser entendidas dentro de uma posição considerada de “fim da centralidade do trabalho”. Os quatro autores, citados pela relevância que têm neste debate, compreendem mudanças estruturais reais na sociabilidade e nas formas produtivas, e se questionam o que haveria de ter se modificado. A espinha dorsal desse debate se apoia sobre o antigo questionamento da validade da teoria do valor e do trabalho como seu produtor exclusivo. O que os autores que criticam esta crítica realizam é uma investigação sobre a validade do valor e/ou uma análise dos argumentos dos autores críticos à sua validade.

Os autores do fim da centralidade argumentam que, com o aumento da especialização do trabalho, com a expansão do desemprego estrutural, a falência sindical e com a mudança, colocada pelo capital, na relação do trabalho com a produção de valor, novos sujeitos, mais intelectualizados e especializados se tornariam os grandes produtores de valores, bem como outros elementos como o marketing e a propaganda, agregariam valor às mercadorias, o que questiona a compreensão de que o trabalho, mensurável em horas, seria o grande agregador de valor à mercadoria.

Esse debate bem como os autores (Gorz, Kurz, Offe, Habermas), se espalharam para além de suas áreas e alcançam o próprio Serviço Social. O primeiro capítulo que lida com Habermas e Ricardo Antunes, tenta apresentar o plano mais geral das discussões que mais influenciaram o Serviço Social e a sociologia do trabalho. Esse texto tem como principal intenção avaliar a natureza e a importância das respostas dadas por Postone a este problema.

A profissão, que possui uma posição hegemônica filiada ao referencial de análise marxista, apreende o trabalho dentro da perspectiva de autores que reafirmam a centralidade do trabalho e que, apesar de reconhecerem as mudanças derivadas da reestruturação produtiva, compreendem que o valor das mercadorias ainda é produzido majoritariamente a partir do trabalho, constituindo o trabalho, assim, central para a sociabilidade. Muito já foi escrito acerca do trabalho como categoria chave em Marx, tanto para refutá-lo, como afim de defender sua pretensa posição, em especial pós anos 1960. No entanto, entende-se que poucos foram aqueles que se debruçaram sobre sua obra a fim de escavar suas próprias considerações sobre o problema. Por vezes ainda,

realizou-se uma transposição direta dos fundamentos de sua análise sobre a dinâmica do capitalismo, para a compreensão das formas mais imediatas da formação do trabalho, perdendo-se de vista a forma como o autor tratava o trabalho em suas determinações gerais em relação com suas especificidades ao longo de sua obra.

A categoria trabalho é tratada por Marx em sua obra como elemento relevante em sua análise acerca da realidade social, em especial no capitalismo, muito embora não seja qualificada por ele em termos de uma centralidade. Dessa forma, esta dissertação se propõe apresentar o tema da centralidade do trabalho, os autores fundamentais para esse debate, bem como apresentar uma crítica a esse debate e trazer o entendimento de Marx, por ele mesmo, sobre esta categoria. A centralidade do trabalho se configura como categoria sobre a qual se ergue um debate de grandes autores. Esse debate inicia-se com os questionamentos de Gorz, que ainda não utilizava essa terminologia em seu início, e será apresentado aqui como precursor do debate. Também na posição de fim da centralidade do trabalho se encontra Habermas, autor de grande relevância e referenciado nas ciências sociais, mesmo por muitos marxistas que encontram nele um autor para se dialogar, apesar de suas críticas à essa tradição teórica.

Outro autor fundamental para o debate nesta dissertação é Postone, o qual será amplamente utilizado em diálogo com os demais. O autor canadense será utilizado por apresentar uma forma particular e muito rigorosa de tratar Marx, motivo pelo qual se destaca, por trazer o lugar do debate da exploração para a esfera da produção de valor, elemento que o diferencia dos demais e que apresenta de forma minuciosa, realizando sempre um retorno direto à Marx. As suas elaborações sobre as categorias centrais de Marx serão apresentadas de forma mais profunda que os outros autores, exatamente por se tratar de uma elaboração sobre a qual nos apoiaremos. Ricardo Antunes por sua vez, figura como aquele que dialoga diretamente com Gorz e Habermas, defendendo a tradição marxista em favor da centralidade do trabalho, mas que não faz uma crítica do trabalho – como Postone – mas que debate diretamente contra a categoria levantada pelos autores que criticam o que seria uma centralidade do trabalho. Outros autores de importância para o debate, como Offe e Kurz, fizeram

parte das pesquisas, mas dadas as limitações deste trabalho, não puderam figurar na discussão, sendo que comporiam o “campo” de crítica à centralidade do trabalho.

No primeiro capítulo serão apresentadas as elaborações de Gorz, primeiro autor a discutir a mudança do trabalho (que se encaixaria na perspectiva de fim da centralidade do trabalho), e Habermas, autor da tradição da Escola de Frankfurt que defende também um fim da centralidade do trabalho, e que foi escolhido por Postone e Antunes como representante dessa tradição para o debate. Apresentaremos também a contraposição de Postone sobre as elaborações de Habermas. Busca-se trazer o debate de Ricardo Antunes, apresentando as suas objeções às elaborações de Gorz e Habermas, e entender sua proposição de permanência da centralidade do trabalho. Diferenciar-se-á a posição do autor brasileiro com as elaborações de Postone, com o intuito de encontrar uma posição que melhor trate a questão a partir de Marx.

Posteriormente, no segundo capítulo, apresentar-se-á a posição de Postone sobre a categoria trabalho e outras categorias chaves como capital e tempo, que o autor trabalha em seu livro. Este movimento de apresentar as posições de Habermas e Postone especificamente segue a compreensão da necessidade de se delimitar bem duas posições de peso nesse debate, sendo que os autores foram escolhidos por sua importância e capacidade argumentativa nesse debate. No último capítulo apresentaremos Marx por si mesmo, seu entendimento da categoria trabalho decorrente da leitura imanente de alguns textos de sua obra, no caso a introdução dos Grundrisse, o capítulo quinto d'O Capital e o capítulo sexto inédito.

O meu processo de elaboração da dissertação ocorreu de forma atípica dentro do funcionamento da pós-graduação. Com o passar da qualificação, um tanto tardia, houve uma dificuldade de comunicação que levou a repentina mudança dos rumos até então adotados no processo da pesquisa. Uma dissertação a princípio focada em Marx, que deveria tratar exclusivamente do autor por si mesmo em uma análise imanente de alguns textos, afim de fazer uma profunda reflexão sobre os argumentos do autor, foi interrompida. Seguiu o rumo de um retorno ao debate de comentaristas de Marx, de grande conta, no caso Habermas e Postone, que trariam um pouco sobre a arena na qual o debate da centralidade era travado, e Marx estaria presente como acerto de contas ao

final da dissertação sobre as interpretações destes autores. Em meio a este processo de troca houve um prejuízo tanto das leituras e de seus rumos, mas principalmente o que se refere à saúde mental e às condições de conclusão da dissertação. Este processo, somado à permanente dificuldade de diálogo levaram a um atraso de toda a dissertação e sua finalização. Entendo que isso implicou em grandes limites ao desenvolvimento deste trabalho, mas compreendo também que o que foi realizado se configura dentro de grande esforço em realizar o melhor trabalho possível e em extrair, em especial de Marx, o âmago de sua compreensão sobre a categoria.

Capítulo 1 – Apontamentos sobre a matriz da crítica ao trabalho em Gorz e Habermas

O presente capítulo busca apresentar as posições centrais de dois expoentes de uma posição “pelo fim da centralidade do trabalho”, Gorz e Habermas. Entende-se que ambos construíram e reforçaram essa posição e que são os principais interlocutores dos marxistas que trataremos à frente, Antunes e Postone.

1.1 – Gorz e as mudanças do proletariado como classe

A década de 1960 marca o início de um processo de mudança na estrutura de produção do capitalismo, em que a flexibilização da produção, a produção por demanda e principalmente o início do deslocamento do eixo de produção do valor da esfera material para a esfera imaterial e outros fatores, ou seja, a reestruturação produtiva, começam a ganhar forma. Concomitante a isso, autores começam a refletir sobre essa mudança visível na organização do trabalho e a formular hipóteses sobre como a sociedade também se reorganizou. O expoente dessa análise nesse momento foi André Gorz, que em seu livro “*Adeus ao proletariado*” (1982) defende que este, então sujeito revolucionário para Marx e elemento central da classe trabalhadora capaz de revolucionar o mundo, não possuiria mais esse papel de protagonista nas lutas sociais e dentro de uma perspectiva emancipatória. Isso teria se dado pelo fato de este segmento de classe ter se reduzido significativamente no processo produtivo, em virtude da automatização da indústria, bem como pelo fato de que a produção começou a ter seu eixo de geração do valor realizado por trabalhadores extremamente bem qualificados.

No prefácio de “*Adeus ao Proletariado*” (1982), Gorz apresenta teses propositivas em termos políticos e estratégicos para a esquerda. O que ele defende de maneira central é a necessidade de se diminuir o tempo de horas trabalhadas, ou seja, a liberação de horas para que as pessoas de uma maneira geral se libertem da escravidão do trabalho e possam desenvolver outras habilidades, bem como ter controle e dar sentido àquilo que produzem. Gorz defende que “[...] o ‘sujeito social’ da abolição do trabalho não será, por conseguinte, a camada de trabalhadores profissionais” (GORZ, 1982, p.15), por

esses serem orgulhosos de seu ofício e bem inseridos na estrutura de trabalho, sendo que estes buscam um controle sobre a estrutura de trabalho e não sua superação e diminuição. Os artífices da libertação do e no trabalho seriam pois, aqueles que não se veem realizados e nem têm no trabalho o elemento significativo de suas vidas. Estes formam então, a “não-classe dos não-trabalhadores”, aqueles que reconhecem o trabalho como uma obrigação externa.

Gorz realiza uma crítica também àquilo que se constituiria segundo ele como uma “moral socialista”, a devoção do trabalho, em que o proletariado deveria se sacrificar na produção em nome de objetivos socializantes, o que para ele seria despersonalização; se opõe ao próprio Marx, que defende a união de produtores livres associados. Esses “não-trabalhadores” para ele, teriam a condição de lutar pelo fim da centralidade, não por um objetivo teleológico de classe, mas por terem o desejo de se revoltarem para se tornarem sujeitos de sua própria existência. Compreende as relações de produção e mudanças políticas explícitas que se deram, mas não consegue perceber o todo da produção mundializada, bem como não apresenta (por não entender) o sentido que o trabalho cumpre no papel de produção de valor e como a mudança produtiva altera o locus central da produção, mas que esta não deixa de ser o centro do capitalismo.

Gorz (1982) entende também que o fato de os não-trabalhadores serem fragmentados e avessos às formas de organização, seriam, ao mesmo tempo, uma vantagem e uma desvantagem. Vantagem, pois, permite que os mesmos tomem para si a tarefa de construir uma nova sociedade a partir de novos espaços de autonomia, que eles mesmos construíram ainda dentro da sociabilidade capitalista. A desvantagem seria que ainda no momento de transição esses espaços de autonomia seriam alijados dos espaços de tomada de decisão, marginalizando os mesmos, se estes não forem fortes o suficiente para alterar essa correlação de forças. A autonomia do proletariado frente ao trabalho e à produção também se dá de forma parcial e enviesada, uma vez que em termos ideológicos os mesmos passam a ter a questão do pertencimento ao trabalho e ao local de trabalho como determinantes de sua vida e, em termos políticos, se prendem à estrutura sindical e parlamentar, até por causa de suas

próprias representações de classe, não tendo em vista pois, que a sua autonomia passa por modificar as relações de trabalho e, conseqüentemente, de existência. Gorz consegue capturar um sentido político da organização do proletariado muito bem. Mas parte disso para fazer uma afirmação determinativa demais para um momento histórico. Da mesma forma, amplia a categoria de trabalhadores e a divide por critérios econômicos e ideológicos que não apresentam correlação clara na realidade: não-classe dos proletários pós-industriais.

Gorz (1982) entende que para além do socialismo, uma nova classe, a “não-classe dos proletários pós-industriais”, assumiria um lugar de única possibilidade de mudança, uma vez que para ele,

A crise do socialismo é, antes de mais nada, a crise do proletariado. Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo e, portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e de realizá-lo nas coisas. (GORZ, 1982, p.85)

Isso se dá por dois motivos, primeiro que o operariado não possuiria mais poder político, uma vez que a atividade social que desempenha não assume mais papel central; também, pelo trabalho não mais ser executado exclusivamente pelo trabalhador, tanto em termos de mecanização quanto pela impessoalização do trabalho humano, que retira do executante qualquer possibilidade de realização ou de auto identificação. A crise se dá então no fato de que esses trabalhadores não têm mais condições de buscarem o poder enquanto tais, mas de almejar a não-necessidade de serem trabalhadores. Gorz entende uma fuga do trabalho – formal – como reação do trabalhador ao estranhamento e às condições de exploração, que se dariam em um nível subjetivo.

A não-classe logo, “[...] é produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalistas.” (GORZ, 1982, p.87). Ela assume forma e conteúdo que permite negar a ideologia, a base material, as relações sociais e o Estado, bem como o fato de ser autoconsciente enquanto classe. É constituída por aqueles

indivíduos excluídos do processo produtivo ou subempregados no trabalho intelectual, ou seja, aqueles que passam a perder seus postos com o processo de “abolição” do trabalho. Logo, “[...] a única coisa certa para eles é que não se sentem pertencer à classe operária *nem a nenhuma outra*. Não se reconhecem na categoria ‘trabalhador’ nem naquela, sua simétrica, de ‘desempregados.’ ” (GORZ, 1982, p.90). Deixa claro que o enquadramento em determinada classe social passa mais por um auto reconhecimento do que pelas mediações objetivas e concretas.

Romper com a determinação dos trabalhos sobre a vida humana passa pois, pela redução da jornada de trabalho, já que, como argumenta o autor,

A redução da duração do trabalho, é uma condição necessária; não é uma condição suficiente. Não contribui para a expansão da esfera da autonomia individual se o tempo livre continua sendo o tempo vazio do ‘lazer’, preenchido bem ou mal pelas diversões programadas dos *mass media*, pelos mercadores do escapismo e pelo recuo de cada um na solidão da esfera privada. (GORZ, 1982, p.107)

Assim, a condição da libertação é circunscrita por uma decisão social daquilo que é fundamental para o coletivo, se resguardando o compromisso de estabelecer a menor quantidade de tempo de trabalho possível para todos, como Gorz afirma na passagem:

A libertação não pode consistir em eliminar o trabalho socialmente determinado nem (...) em abolir a obrigação externa de modo a que todos interiorizem, como se fosse seu dever ético, o cumprimento de tudo o que é objetivamente necessário. A libertação consiste, ao contrário, em reconhecer que a esfera da necessidade impõe tarefas heterônomas cujos imperativos técnicos não tem nada a ver com a moral e em circunscrever essas tarefas, com regras precisas, num espaço social específico. A disjunção da esfera da necessidade e da esfera da autonomia é uma condição da expansão máxima dessa última. (GORZ, 1982, p.125)

O Estado, para o autor, não é o principal problema para a autonomia humana, mas sim o poder e a dominação que ele assume na sociedade capitalista, que atua de forma opressiva. Defende então que esse Estado deve passar a ser submetido ao interesse da coletividade, e assumir um novo caráter, que possa ser o elemento a organizar e permitir que as pessoas regulem seu próprio trabalho e possam distribuir entre si quantidades iguais de trabalho social

para que todos contribuam para a realização das necessidades materiais gerais. O problema do Estado estaria então, em sua orientação ou uso, para uma forma de dominação social, sendo possível manejar esse Estado a favor dessa nova “não-classe”. Não compreende, pois, as determinações e mediações centrais que formam o Estado internamente, atribuindo exclusivamente uma noção de uso desse aparelho.

Não defende então, um retorno a formas anteriores e mais primitivas, mas um “socialismo pós-industrial”, que caracteriza como similar à proposta marxiana de comunismo. Seria fundamental para isso se efetivar, que as entidades da sociedade civil, os movimentos sociais que aglutinem a população, sejam sujeitos que determinem os rumos políticos. Dessa forma, Gorz entende que as mudanças na estrutura do trabalho abrem novas perspectivas, diferentes daquelas analisadas por Marx, de superação da estrutura social e produtiva própria da sociabilidade capitalista.

Podemos dizer então, que em *Adeus ao Proletariado*, André Gorz busca elementos para análise de um novo paradigma societário, uma vez que entende que o capitalismo estava em franca mutação e se propunha a entender o processo dentro de seu movimento. Dessa forma propõe centralmente que aquele segmento da classe trabalhadora entendido como sujeito revolucionário, o proletariado, já não possuiria mais esse elemento central, e apontava algumas possibilidades e condições que pudessem indicar uma nova sociabilidade, para ele um socialismo pós-industrial. Vê na redução da jornada de trabalho um elemento chave que permitiria ao sujeito trabalhador tempo suficiente para desenvolver outras potencialidades de suas vidas e que pudessem fruí-la em sua plenitude, mas compreende também que este deve ser um objetivo, ou seja, não está posto e que deve servir como mediação para o fim da forma de controle que o capitalismo impõe sobre a vida humana.

Em seu livro de 2003, *O Imaterial – conhecimento, valor e capital*, Gorz apresenta uma análise acerca do trabalho imaterial, que cresceu em proporção e importância durante os anos 1990 e que passou a assumir um papel importante no processo de produção do valor. Ele compreende que o conhecimento, elemento capaz de criar novas tecnologias, passou a comandar a criação de

valor no processo produtivo, como ele coloca no começo do livro, “A ampla admissão do conhecimento como a principal força produtiva provocou uma mudança que compromete a validade das categorias econômicas chaves e indica a necessidade de estabelecimento de uma outra economia. ” (GORZ, 2003, p.9). Para o autor, o capital humano passa a assumir esse papel central, sendo que,

Nessas condições, o trabalho, que desde Adam Smith é tomado como substância de valor comum a todas as mercadorias, deixa de ser mensurável em unidades de tempo. Os fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação, e não o tempo de trabalho dispendido. São esses fatores que as empresas entendem como o seu “capital humano” (GORZ, 2003, p.9-10)

Outra forma de expressão do valor é o capital de conhecimento, elemento antigo, mas que na atualidade com o crescimento do capital imaterial, presente nos *softwares*, ganha uma nova dimensão, perdendo-se o controle sobre ele e forçando as empresas a uma disputa incessante de desenvolvimento tecnológico, que permita a monopolização desse conhecimento para se extrair rendimento exclusivo. Indica também a questão da incomensurabilidade do valor produzido pelo conhecimento, como explica aqui,

O saber em princípio não aceita ser manipulado como mercadoria. Os custos de sua produção muitas vezes não podem ser determinados, e seu valor mercantil não pode ser auferido de acordo com o tempo de trabalho necessário que foi gasto em sua criação. (GORZ, 2003, p.10)

Gorz observa que as mudanças levaram a uma metamorfose no mundo do trabalho, que aponta para uma maior prevalência do capital imaterial, bem como a substituição do trabalho abstrato como medida principal da produção de valor pelo trabalho imaterial, que defende ser impossível de mensurar à maneira clássica (unidades de produtos por unidades de tempo). Utilizando os *Grundrisse* (1953) de Marx como referência, Gorz sustenta sua posição da seguinte forma:

O conhecimento (knowledge) é considerado como a ‘força produtiva principal’. Marx mesmo já notava que ele se tornaria ‘*die grösste Productivkraft*’ e a principal fonte de riqueza. ‘O trabalho em sua forma imediata’, mensurável e quantificável, deverá, por consequência, deixar de ser a medida da riqueza criada. Esta ‘dependerá cada vez menos do tempo de trabalho e da quantia de trabalho fornecida’; ela dependerá cada vez mais ‘do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia’ (p. 592).

‘O trabalho imediato e sua quantidade não mais aparecem como o principal determinante da produção’, mas então apenas ‘como um momento indispensável, porém subalterno em relação à atividade científica geral’ (p. 587). O ‘processo de produção’ não poderá mais ser confundido com um “processo de trabalho”. (GORZ, 2003, p.15-16)

O trabalhador, o seu sujeito, e suas capacidades e qualidades individuais e subjetivas determinam a capacidade de produzir e de realizar tarefas, sendo que se perde a ideia de realização de procedimentos pré-definidos e a capacidade de “motivação” se torna o elemento preponderante. Qualidades como “discernimento”, “capacidade de enfrentar o imprevisto”, “de identificar e de resolver problemas” são aquelas desejadas pelos empregadores que seus “colaboradores” possuam. Tais habilidades e qualidades são demandadas pelas empresas e fazem parte de suas vidas cotidianas e de fora do trabalho. Gorz percebe um elemento a realidade, essa mudança da estrutura do trabalho e o crescimento do valor gerado pelo trabalho imaterial, mas não apresenta ou não é capaz de perceber a relação dessas mudanças com a produção do valor. Ou seja, como a produção de valor teria sido afetada diretamente com a mudança do trabalho. De fato, a dificuldade de mensurar o valor criado por essa forma de trabalho se coloca, mas não é suficiente para sustentar a diminuição do trabalho como gerador de valor e capital.

Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. São nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora. (GORZ, 2003, p. 19)

O autor questiona como essa economia do imaterial consegue tamanha adesão por parte do trabalhador, fazendo que o mesmo se submeta a essa nova lógica de exploração e de controle, identificando o trabalho com suas qualidades e criando uma perspectiva de realização pessoal pelo trabalho. A relação salarial cria o afastamento entre sujeito e empresa, estabelecendo direitos e deveres para ambos, mas a empresa se utiliza de um ardil ao oferecer ao trabalhador “stock-options”, ou seja, participação nos capitais e diversos benefícios na firma, possibilitando dessa forma que o “colaborador” se integre à estrutura empresarial. Isso impulsiona um processo tendencial, que o autor aposta como

certo para um futuro próximo, de expansão dos auto empreendedores, aqueles que assumem para si a responsabilidade de vender sua força de trabalho enquanto prestação de serviço, se responsabilizando por todos os elementos de sua vida, o que apontaria para a degradação e extinção dos direitos trabalhista e do próprio trabalho assalariado. Esse entendimento, apesar do exagero, na atualidade tem se mostrado coerente com a realidade. Assim, vida e trabalho perdem a fronteira que os separa.

A fronteira entre o que se passa fora do trabalho, e o que ocorre na esfera do trabalho, apaga-se, não porque as atividades do trabalho e as de fora mobilizem as mesmas competências, mas porque o tempo da vida se reduz inteiramente sob a influência do cálculo econômico e do valor. Toda atividade deve poder tornar-se um negócio. (GORZ, 2003, p.25)

Gorz apresenta a proposição acerca da renda de existência, que para ele seria uma remuneração justa que retribui aquilo que todos os indivíduos produzem pelo simples fato de viverem em sociedade, e que nessa nova economia do imaterial permite a utilização de “capacidades, competências e recursos” da vida cotidiana, que fazem parte de um capital humano fixo. Essa sua proposição poderia muito bem figurar como políticas de distribuição de renda e constar em planos de governo de partidos socialdemocratas e agências financeiras do capitalismo globalizado.

O autor aborda a mudança operada na produção como um elemento que altera a forma que se compreende a geração do valor. Considerando-se a “economia do conhecimento”, este sendo a principal força produtiva, os produtos da atividade social não seriam mais resultado de um “trabalho cristalizado”, mas sim do “conhecimento cristalizado”. O conjunto de saberes e habilidades torna-se assim, a substância que é fonte de valor e lucro, sendo incomensurável, não tendo mais a capacidade de se obter uma média do trabalho social, em horas, que se possa classificar os produtos da economia do conhecimento. Interessante notar que Gorz não chama esse momento da “cristalização do conhecimento” de trabalho, ou seja, para que o conhecimento se torne produto, material ou não, ele precisa que alguém execute esses conhecimentos, e não que ele simplesmente se faça de repente. Como coloca Gorz,

O conhecimento, diferentemente do trabalho social geral, é impossível de traduzir e de mensurar em unidades abstratas

simples. Ele não é redutível a uma quantidade de trabalho abstrato de que ele seria o equivalente, o resultado ou o produto. Ele recobra e designa uma grande diversidade de capacidades *heterogêneas*, ou seja, *sem medida comum*, entre as quais o julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e de informação, a faculdade de aprender e se adaptar a situações imprevistas. (GORZ, 2003, p.29)

Questiona também a mensurabilidade do valor de troca e a dificuldade de se determinar as noções de sobrevalor e sobretrabalho,

A crise da mediação do trabalho engendra inevitavelmente a crise da mediação do valor. Quando o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto, essa incerteza não pode deixar de repercutir sobre o valor de troca do que é produzido. O caráter cada vez mais qualitativo, cada vez menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de 'sobretrabalho' e de 'sobrevalor'. A crise da mediação do valor põe em crise a definição da essência do valor. Ela põe em crise, por consequência, o sistema das equivalências que regula as trocas comerciais. (GORZ, 2003, p. 30)

Gorz apresenta a dificuldade de se medir esses elementos, a dificuldade, no entanto, não significa impossibilidade. Gorz considera que o saber, aquilo que se aprende no cotidiano e que é impossível de ser padronizado ou tecnificado, ou seja, o conjunto de atribuições culturais e sociais que permite ao sujeito realizar ações específicas, torna essa nova forma de produção incapaz de se apropriar de determinadas gestualidades e monopolizá-las, é uma herança social do ser humano. Gorz apresenta dois exemplos para demonstrar segmentos da produção que se utilizam em grande medida da tecnologia, do conhecimento, como fonte de valor, no caso a indústria farmacêutica e o segmento da informática:

Mas os produtos, na indústria do conhecimento, não eram, em si mesmos, mercadorias. Os conhecimentos não eram produzidos em função de seu valor de troca, porém como fonte de valor das mercadorias – os medicamentos – nas quais eles estavam destinados a ser incorporados. Seu valor de uso era certo; seu valor-custo, em compensação, era imprevisível em razão dos acasos da pesquisa-desenvolvimento, bem como pela impossibilidade de mensurar os conhecimentos-produtos em unidades de produtos[...]. Estas observações valem particularmente para os conhecimentos presentes nos programas de computador. Sua elaboração e sua transcrição em linguagem binária, digital, tem um custo frequentemente elevado, porém os programas podem ser reproduzidos em número praticamente ilimitado, e a um custo desprezível. (GORZ, 2003, p.35-36)

Ainda acrescenta o papel revolucionário que o conhecimento possui na produção atual quando este,

[...] pode exercer em si mesmo, e por si mesmo, uma ação produtiva na forma de programas de computador. Ele pode *organizar e gerir* as interações complexas entre um grande número de atores e de variáveis; pode *conceber e conduzir* as máquinas, as instalações e os sistemas de produção flexíveis; ou seja, desempenhar o papel de um capital fixo, substituindo o trabalho vivo, material ou imaterial, por trabalho acumulado. (GORZ, 2003, p.37)

Gorz, citando Rifkin, fala sobre a chamada “nova economia”, que se baseia na produção de softwares, e que defende uma nova concepção do que dá valor às mercadorias, sendo resumida em:

[...] a dimensão imaterial dos produtos leva vantagem sobre a realidade material deles; seu valor simbólico, estético ou social, prevalece sobre seu valor de uso prático e, está claro, também sobre seu valor de troca, que ela praticamente apaga; [...]. As empresas de produção material são relegadas ao posto de vassalos das firmas cuja produção e cujo capital são essencialmente imateriais. (GORZ, 2003, p.38)

Gorz chega a afirmar que esse novo momento do capitalismo é incompatível com esse modo de produção, que não consegue estabelecer um controle sobre a produção imaterial, o monopólio desse conhecimento e chega a dizer que, “[...] o capitalismo dito cognitivo é a crise do capitalismo.” (GORZ, 2003, p.43). A superação do capitalismo passa pela superação da lógica produtivista, a economia perde seu posto de principal orientador da organização social e as capacidades humanas, seu conhecimento e habilidades, passam a se pautar como riqueza por si mesmos e não mais como força produtiva. Instaura-se a “sociedade da cultura”, em que a realização das necessidades do ser humano se sobrepõe ao processo de reprodução do capital, e os programadores de softwares livres e hackers assumem um papel central na superação do capitalismo por esse novo ornamento societário. Esse neoproletariado pós-industrial, como Gorz vai classificar, concentra o potencial de luta antiglobalização e antifinanceirização, possuindo uma ética e uma estética próprias que se baseiam no reconhecimento entre os pares das suas contribuições para uma coletividade, sendo que a realização das necessidades alheias passa a se tornar uma necessidade pessoal também, o que o autor classifica como a semente de uma sociedade “anarco-comunista”.

Com os dois livros podemos traçar uma linha de pensamento em que Gorz ressalta as mudanças que ocorreram no processo produtivo e na estrutura social, sendo que nos anos 1990 com o desenvolvimento e a popularização da internet, esta ganha uma dimensão de modificar ainda mais aquela estrutura que o autor analisou nos anos 1980. Mas ele mantém a análise de que algumas tendências ainda permanecem, como a diminuição da jornada de trabalho, o crescimento do trabalho imaterial e a preponderância do conhecimento no processo de valorização do capital, bem como a perspectiva de uma sociedade pós-capitalista que teria nessa nova classe (não-classe dos não-trabalhadores; neoproletariado pós-industrial) o elemento social capaz de modificar o modo de produção e a sociabilidade vigente. Gorz capta corretamente uma série de mudanças e tendências sobre a realidade, mas não as explica de forma consistente nessa própria realidade. Cria categorias de análise teóricas e se fundamenta bastante em uma concepção sociológica e menos nos elementos concretos da produção. Cai em uma incorreção comum dos críticos de Marx, toma o autor pela tradição que segue dele, como aponta ao não demonstrar suas posições com citações diretas de Marx.

A posição de Gorz será debatida diretamente por Antunes e indiretamente por Postone, uma vez que o autor dialoga com Habermas, mas a crítica que realiza e a forma como constrói seu argumento fundamentado em Marx, é capaz de dialogar com a ampla tradição dos autores do fim da centralidade do trabalho, mesmo em suas distinções. Tanto Gorz quanto Habermas apresentam em comum a crítica da validade da teoria do valor, sendo que para ambos essa proposição que versa sobre a geração de valor e riqueza não seria mais capaz de explicar o movimento atual do valor visto que as mudanças na produção dos anos 1970 em diante, e mais ainda 1990 com o desenvolvimento da informática, teriam modificado de forma tal que esta teoria não teria sido capaz de atender às novas condições postas pela realidade.

1.2 – Apontamentos sobre Habermas e o debate da centralidade do trabalho

Habermas ocupa um lugar central nesse debate, haja vista ter sido identificado tanto por Postone quanto por Ricardo Antunes como interlocutor, por ser um autor que apresenta extensa e profícua literatura. Por esse motivo,

concentraremos a análise mais especificamente em seu livro “Para a reconstrução do materialismo histórico”, fruto de um conjunto de palestras e aulas ministradas pelo autor. Esse texto apresenta algumas categorias centrais de sua elaboração e contribui para entender a sua posição e a de seus críticos. Habermas encontra-se filiado à Escola de Frankfurt e segue a tradição desta – inserida no interior do marxismo -, corrente teórica que buscou entender as mudanças ocorridas no século XX, em suas mediações com o marxismo tradicional, e que, apesar das diferenças entre seus autores, apresenta uma continuidade em seu entendimento sobre a realidade.

Habermas parte de um ponto crítico à tradição marxista, com o intuito de repensar essa tradição em suas lacunas, em especial na sua forma de explicar o desenvolvimento societário. Para o autor, o materialismo histórico dialético e a luta de classes seriam insuficientes para entender os processos de mudança culturais e sociais. Ele parte de algumas premissas, mas o elemento central de sua análise é de que há um processo histórico, no qual se pode verificar o desenvolvimento, a evolução social. Outro elemento, pressuposto chave para ele, é a importância que a linguagem assume no seu ordenamento teórico. Habermas coloca a mesma em posição superior de relevância em relação ao trabalho no processo de gênese humana. Para justificar sua posição, o autor recorre à antropologia e à psicologia, trazendo aspectos do desenvolvimento humano para justificar o desenvolvimento social deste. A linguagem permitiria o desenvolvimento das capacidades comunicativas e interativas dos seres humanos, levando, em um estágio evolutivo superior, à capacidade de se criar entendimentos intersubjetivos. Isso seria um dos pilares de sustentação social e promoção de seu desenvolvimento. Com essa compreensão, Habermas distingue e separa essas duas esferas, a econômica e a político-social, relacionando à primeira um agir humano instrumental/estratégico; e à segunda o agir comunicativo. Agora, faz-se necessário apresentar esses elementos no próprio autor. Essa apresentação, por sua vez, não se dará de forma extensiva, uma vez que Habermas se configura somente como a nossa porta de entrada em um debate mais amplo que virá a seguir.

Em 1938, Stalin codificou o materialismo histórico numa forma plena de consequências. As pesquisas histórico-materialistas empreendidas a partir de então permanecem, em ampla medida,

prisioneiras desse quadro teórico. A concepção de materialismo histórico – que se consagrou e se enrijeceu com Stalin – exige uma reconstrução que sirva à elaboração crítica dos enfoques concorrentes. (HABERMAS, 1976, p.111-112)

Prontamente, Habermas deixa claro com quem está debatendo: muito mais do que com Marx, debate em especial com a vertente mais tradicional do marxismo.

O trabalho socialmente organizado é a forma específica pela qual os homens, diferentemente dos animais, reproduzem suas vidas: “Podem-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser; mas eles começaram a distinguir-se dos animais quando começaram a produzir os seus meios de subsistência, um progresso que é condicionado pela sua organização física”. (HABERMAS, 1976, p.112)

O ponto de partida de Habermas leva em consideração elementos presentes em Marx, em particular, suas determinações acerca da gênese do trabalho, no entanto deve-se ressaltar que apesar de citar diretamente Marx aqui, isso se figura como exceção no texto que trabalho, sendo as referências à tradição marxista muito mais presentes. O trabalho social, segundo Habermas configura-se como condição de existência e de reprodução da vida humana, entendendo o mesmo não só como distinto de um abstrato trabalho individualizado. No entanto, o aspecto social do trabalho revela o seu sentido socializador, sua capacidade de tornar sociais os seres humanos, para além de elementos cognoscitivos.

A cooperação na caça de grandes animais exige, de qualquer modo, a compreensão baseada em experiências, de maneira que devemos assumir como operante uma protolinguagem através da qual tenha tido início, pelo menos, aquela conexão sistemática, importante para o aparecimento do homem, de realizações cognoscitivas, manifestações afetivas e relações interpessoais. (HABERMAS, 1976, p.115)

A partir desse momento do texto, o autor traz à tona um elemento decisivo em sua justificativa do agir comunicativo: coloca o surgimento da linguagem como característica essencialmente humana, assim como o trabalho. Apresenta, ainda, uma dupla dimensão humana, na qual o trabalho configuraria as atividades movidas por um fim, já as razões instrumental e comunicativa seriam possíveis pela linguagem. Ou seja, quando da cooperação para o trabalho - no caso da caça para Habermas - a (proto) linguagem aparece como necessidade,

ao mesmo tempo que o próprio trabalho, e permite, como tal, o desenvolvimento cognoscitivo e o das relações interpessoais humanas. Cabe aqui uma apresentação da categoria chave do autor, o agir comunicativo que, em suas próprias palavras, é “[...] agir comunicativo (ou seja, as normas de ação intersubjetivamente válidas e garantidas de acordo com procedimentos rituais). (HABERMAS, 1976, p.118). ”

O conceito marxiano de trabalho social, portanto, é adequado à tarefa de delimitar a forma de vida dos homínidas com relação à dos primatas, mas não capta a reprodução especificamente humana da vida. (HABERMAS, 1976, p.115)

E aqui estabelece uma limitação fundamental do trabalho, a saber, o trabalho permite a evolução da espécie humana, sua diferenciação em relação aos seus antepassados primatas, mas não é suficiente para entender a reprodução humana e seu desenvolvimento. Se o lugar do trabalho, no desenvolvimento humano, somente assume preponderância quando da diferenciação das espécies, e não mais na reprodução da vida humana, outro elemento o faz, e o autor há de justificar mais à frente a esfera do agir comunicativo como tal.

Podemos assumir que somente nas estruturas de trabalho e linguagem completaram-se os desenvolvimentos que levaram à forma de reprodução da vida especificamente humana e, com isso, à condição que serve como ponto de partida da evolução social. *Trabalho e linguagem são anteriores ao homem e à sociedade.* (HABERMAS, 1976, p.118)

Para Habermas, o primeiro momento da gênese do homem deve ser localizado no trabalho, na ação junto à natureza, porém, logo após, com o surgimento da linguagem, esta assume o papel preponderante no processo. Ele instaura nos decursos iniciais da civilização, a cisão entre trabalho (razão instrumental) e linguagem (ação comunicativa).

A chave para a reconstrução da história do gênero é fornecida pelo conceito de *modo de produção*: Marx concebe a história como uma sucessão discreta de modos de produção que – em sua ordenação segundo uma lógica de desenvolvimento – torna reconhecível a direção da evolução social. (HABERMAS, 1976, p.119)

Habermas toma o Marx estabelecido pela tradição marxista, e, dessa forma implica a ele, dois “desvios” muito comuns dos quais seus opositores o

acusam há bastante tempo: ser economicista e evolucionista. Para Habermas, Marx entenderia o processo de desenvolvimento civilizatório humano, a história do gênero humano, por meio uma “sucessão discreta de modos de produção”. Esta apresentaria, ainda, uma “ordenação segundo uma lógica de desenvolvimento” que permitiria reconhecer “a direção da evolução social”. Fica claro que a sucessão de modos de produção, como elemento chave para o entendimento do desenvolvimento humano, aponta um economicismo em Marx, uma vez que este defenderia a ideia de que a esfera econômica daria origem às demais esferas da vida humana, como elemento primordial do desenvolvimento da humanidade.

O materialismo histórico não precisa assumir como pressuposto um sujeito genérico em relação ao qual a evolução se realize. Portadores da evolução são, ao contrário, a sociedade e os sujeitos de ação a ela integrados. (HABERMAS, 1976, p.120)

O sujeito genérico não realiza evolução alguma, na medida em que não é um sujeito isolado real, mas que expressa um processo de abstração de grande complexidade. Esse processo busca colocar em evidência os elementos comuns pertinentes ao ser humano em qualquer momento histórico. Habermas, no entanto, compreende que o processo histórico humano ocorre por meio da sociedade e de seus “sujeitos de ação”.

A tarefa de explicar em termos genéticos porque uma determinada sociedade alcançou um determinado nível de desenvolvimento é independente da tarefa de explicar em termos estruturais como se comporta um sistema orientado [...] segundo a lógica de suas estruturas atingidas em cada oportunidade concreta. São muitos os caminhos que podem levar ao mesmo nível de desenvolvimento; são tanto mais improváveis desenvolvimentos *unilineares* quanto mais numerosas forem as unidades evolutivas. Por outro lado, não há tampouco nenhuma garantia de desenvolvimentos ininterruptos; depende de constelações acidentais o fato de que uma sociedade estanque improdutivamente num certo patamar do desenvolvimento, ou de que resolva os seus problemas sistêmicos através do desenvolvimento de novas estruturas. (HABERMAS, 1976, p.121)

Habermas aponta corretamente as imprevisibilidades de um processo de desenvolvimento histórico das sociedades. Fora de uma perspectiva evolucionista, como entendemos Marx, as sociedades mudam conforme as necessidades e as condições para seu desenvolvimento. Nesse processo, cabe

mesmo o retrocesso como parte do curso civilizatório dentro das tomadas de decisões humanas, ainda que não ocorra da forma como desejaríamos. Existem, porém, leis de funcionamento social, que independem dos homens, e que buscam uma continuidade, como a lei do valor. No entanto, essas não são imperativas ou insuperáveis. Cabe destacar que Habermas, dentro de sua compreensão evolutiva, percebe momentos de progresso ou de estagnação do desenvolvimento societário e que o mesmo pode voltar a caminhar com o “desenvolvimento de novas estruturas”. Ou seja, existem estruturas capazes de retomar o processo evolutivo estagnado, estruturas essas que destacarei mais à frente.

Do contexto em que Marx coloca o seu teorema, porém, resulta claramente que a dependência da superestrutura em relação à base referia-se, em primeira instância, somente à fase crítica na qual uma sociedade passa a um novo nível de desenvolvimento. Referia-se não a uma constituição ontológica qualquer da sociedade, mas ao papel de direção que a estrutura econômica assume na evolução social. (HABERMAS, 1976, p.124)

Habermas afirma que a dependência superestrutural em relação à economia (determinação do aparato jurídico-político pela economia) se configura somente em um momento transitório entre níveis de desenvolvimento social. Não entende, pois, essas categorias relacionadas entre si e com a economia/produção em mesmo nível de importância sendo a economia o elemento preponderante. Se a refutação de Habermas está correta, deve-se destacar que, nesse momento, o que se atribui a Marx é, na verdade, tese comum a autores do materialismo vulgar.

Ora, a equiparação entre “base” e “estrutura econômica” poderia levar a que se considerasse o âmbito da base como coincidindo sempre com o sistema econômico. Mas isso só vale, ao contrário, para as sociedades capitalistas. Determinamos as relações de produção mediante a sua função de regulamentação do acesso aos meios de produção e, portanto, indiretamente, da repartição da riqueza social. Nas sociedades primitivas, essa função é assumida pelo sistema de parentesco; nas sociedades das grandes civilizações, pelos sistemas de poder. As relações de produção só emergem enquanto tais e só assumem forma econômica quando, no capitalismo, o mercado [...] passa a ter a função de estabilizar as relações de classe. As teorias da sociedade pós-industrial preveem inclusive condições nas quais o primado evolutivo passa do sistema econômico ao sistema educativo e científico. (HABERMAS, 1976, p.125)

Habermas novamente aponta uma dominância do sistema econômico, que, para ele ocorre de fato, no capitalismo, ainda que identifique a emergência das relações sociais nessa forma social como controlada pelo “mercado”, que “estabiliza” as relações de classe. Esse entendimento que o autor considera ser o de Marx, guarda uma relação mais direta com teses do marxismo vulgar. Isso faz com que se percebam outras formas sociais (sociedades primitivas, sociedades das grandes civilizações) como determinadas por outros fatores - os sistemas de parentesco e de poder - ou seja, Habermas apresenta um Marx economicista, que não leva em conta outros elementos participantes do ordenamento social como decisivos. O que Habermas entende é que, mudado o ordenamento social tal ou qual estrutura é deixada de lado ou assume um papel central, e já indica ao final, o que aqueles autores do fim da centralidade do trabalho apontam como os elementos de superação dessa sociabilidade, a saber: a substituição do trabalho (sistema econômico) por elementos mais contemporâneos como o sistema educativo e científico.

Mas esse mecanismo de aprendizado não é capaz de explicar como podem ser resolvidos os problemas surgidos. A introdução de novas formas de integração social – como por exemplo, a substituição do sistema de parentesco pelo Estado – requer um saber de tipo prático-moral, não um saber tecnicamente valorizável, que possa ser traduzido e implementado em regras de agir instrumental e estratégico. (HABERMAS, 1976, p.126)

Habermas dá aqui indicações de sua interpretação sobre as formas sociais. Quando as sociedades enfrentam problemas e estes precisam ser superados para que elas voltem a se desenvolver, há a necessidade de que se aprendam novos valores para isso, valores concernentes a uma nova formação social resolutiva daqueles conflitos anteriores. Essas novas “formas de integração social” devem, porém, ser de um novo saber, que seja prático-moral. Esse saber prático moral encontra-se presente na esfera do agir comunicativo, ou seja, somente nessa esfera a sociedade é capaz de resolver seus conflitos, que por sua vez correspondem à esfera da política. Habermas, então, delega à esfera política a capacidade de resolução de conflitos e, também a de retomar o desenvolvimento civilizatório. Os saberes tecnicamente valorizáveis, aqueles que se relacionam ao agir estratégico e instrumental, levariam a esfera propriamente humana a ser dominada pelo reino da necessidade, em detrimento

da esfera da vontade livre, ou seja, da política. A política estaria contaminada pela necessidade, pela razão instrumental.

O crescimento endógeno do saber, portanto, é uma condição necessária da evolução social. Mas só quando surge um novo quadro institucional é que se pode trabalhar – com a ajuda do potencial cognoscitivo acumulado – nos problemas sistêmicos que ficaram até então sem solução: e disso *resulta* um aumento das forças produtivas. Somente *nesse* sentido é defensável o princípio segundo o qual uma formação social não desaparece, e novas e superiores relações de produção não emergem, “antes de terem amadurecido no seio da velha sociedade as condições materiais da sua existência. (HABERMAS, 1976, p.127-128)

O desenvolvimento do conhecimento configura-se, para o autor, como uma necessidade para a evolução social. Não é possível o desenvolvimento societário sem que haja simultaneamente, à luta social, uma capacidade intelectual de resolver as questões postas. Esse acúmulo na forma de pensamento é o que permite o desenvolvimento, quando se colocam as condições que ele vai chamar de quadro institucional, para que uma nova forma de organização possa se estabelecer e “[...] disso resulta um aumento das forças produtivas”. Habermas deixa claro que o pressuposto para o desenvolvimento, inclusive o produtivo, se funda na capacidade de ter se desenvolvido anteriormente o conhecimento. O autor realiza, aqui, uma inversão com relação àquilo que atribui a Marx, e estabelece de forma clara como entende que a sociedade se desenvolve dentro de sua perspectiva evolutiva.

A resposta *descritiva* do materialismo histórico diz: ela se realiza através de conflitos sociais, através da luta, através de movimentos sociais e choques políticos [...]. Mas só uma resposta *analítica* pode explicar *por que* uma sociedade dá um passo evolutivo e como se deve entender o fato de que as lutas sociais levam, em determinadas condições, a uma nova forma de integração social e, portanto, a um novo nível de desenvolvimento da sociedade. A resposta que gostaria de propor soa assim: o gênero aprende não só na dimensão [...] do saber tecnicamente valorizável, mas também na dimensão [...] da consciência prático-moral. As regras do agir comunicativo desenvolvem-se, certamente, em reação a mudanças no âmbito do agir instrumental e estratégico; mas, ao fazê-lo, seguem *uma lógica própria*. (HABERMAS, 1976, p.128)

Habermas propõe o que seria uma resposta analítica sobre o processo que leva ao desenvolvimento societário, em contraponto ao que caracteriza como uma deficiência do materialismo histórico de responder descritivamente,

indicando os processos de lutas sociais. Sua proposição de que o gênero (a sociedade) aprende não só na dimensão do agir instrumental, mas também na consciência “prático-moral”. Complementa, dizendo que as mudanças na esfera do agir comunicativo reagem ao que ocorre no âmbito instrumental e estratégico, mas de forma própria. A história do pensamento científico e filosófico, por mais que reaja a esse outro mundo que ocorre ao mesmo tempo, é dele distinto.

A introdução de um novo princípio de organização equivale à consolidação de um novo nível de integração social. Esse, por sua vez, permite a absorção de saber técnico-organizativo disponível (ou a produção de novo saber), isto é, um aumento das forças produtivas e uma ampliação da complexidade sistêmica. Para a evolução social, os processos de aprendizagem, portanto, têm funções de precursor (de abridor de caminhos) no âmbito da consciência prático-moral. (HABERMAS, 1976, p.141)

A organização social e a integração se relacionam diretamente, na medida em que novos princípios, que fundamentam a organização, significam para Habermas a consolidação de um novo patamar de integração. Isso nos permite entender que o autor relaciona diretamente o desenvolvimento societário com as novas formas de organização e estrutura sociais. Quando se consolida essa nova etapa, também se torna claro que a produção de um novo saber, de novas formas técnico-organizativas, expressa esse novo patamar de desenvolvimento. A compreensão de Habermas do desenvolvimento social se torna completa, nessa obra, e percebemos, que, contra o materialismo dialético, ele apresenta uma proposta evolucionista e estrutural de desenvolvimento das sociedades, por mais que tente diminuir essas características em suas justificativas. Ainda aponta que o pré-requisito para o âmbito da consciência prático-moral é o conhecimento. Este reflete na esfera comunicacional, política, que cria as condições de consolidação de novas formas de organização social.

No que se refere ao eixo do desenvolvimento das forças produtivas, o materialismo histórico deduziu progressos lineares, enquanto no que toca ao desenvolvimento das relações de produção recorreu a figuras de pensamento dialéticas. Se assumirmos os processos de aprendizagem não só para a dimensão do saber tecnicamente valorizável, mas também para a da consciência prático-moral, poderemos afirmar que há estágios de desenvolvimento tanto para as forças produtivas quanto para as formas de integração social. (HABERMAS, 1976, p.144)

Para Habermas o materialismo histórico deduziu progressos lineares, ou seja, defende a ideia de que o “economicismo de Marx” estaria errado, uma vez que para Habermas, a autonomia do político, dimensão central da vida social é capaz de realizar o processo evolutivo civilizatório e até sua emancipação. Habermas propõe ampliar o escopo de sua abordagem, ao abarcar na esfera da aprendizagem, a dimensão do saber tecnicamente valorizável, o que implicaria entender também o desenvolvimento das forças produtivas. Habermas entende que as esferas, mesmo distintas entre si, podem se relacionar, ainda que o elemento do aprendido seja o ponto mais relevante a se destacar na relação entre as esferas da vida social.

Como deve ser explicada essa *dialética* do progresso? A explicação reside, a meu modo de ver, no fato de que novos níveis de aprendizagem equivalem não só a uma ampliação das margens de opção, mas também a novas situações problemáticas. (HABERMAS, 1976, p.144)

Defendendo o contínuo processo de desenvolvimento humano, Habermas aponta que o desenvolvimento permite que um nível superior de organização e de aprendizagem apresente novos e diversos problemas para a nova sociedade que se estabelece. Dessa forma, será submetida por outra forma de pensamento que criará as condições para um novo processo de organização societal e assim sucessivamente. Assim, novos estágios civilizatórios criam as condições para o desenvolvimento do pensamento que engendra a capacidade de superação dos conflitos que poderão surgir naquela etapa de desenvolvimento.

Habermas apresentado, e antes de iniciar as considerações de Postone sobre este, é importante pontuar alguns elementos percebidos na exposição. Habermas procede, sobremaneira, a fim de separar as esferas econômica e política, nas suas categorias, as esferas do agir instrumental e do comunicativo. Apresenta um superdimensionamento da política como resolutora dos conflitos sociais, e para a superação do capitalismo por meio da ciência e da tecnologia - o pensamento/conhecimento que é a base dos processos de mudança societárias em sua perspectiva. Percebe-se, então, que Habermas procede o esvaziamento, a perda de relevância das categorias da esfera econômica, que ficam, pois, separadas da esfera da vida, ao mesmo tempo que esta assume uma posição de maior preponderância. O que Habermas faz, então, é retirar a

esfera da vida de sua vinculação mais estreita com o capital, com o que este determina. O que Postone apresenta, como veremos, é buscar a dimensão que a política assume dentro da sociabilidade específica do capital, em sua relação íntima com a forma mercadoria. Esses apontamentos servem, antes, para elucidar pontos de Habermas e preparar a aproximação de Postone.

1.3 – Postone e sua crítica a Habermas

O debate sobre a centralidade do trabalho remonta à década de 1960 e, desde então, consolidaram-se duas posições distintas, mas bem definidas. A princípio consolidou-se a crítica ao trabalho, feita por autores diversos como Gorz, Offe, Habermas, Kurz. Estes, ainda que de modos bem específicos, e com argumentos próprios, defendem, no geral, uma perda ou não relevância do trabalho como elemento ordenador social. Assim, o processo de superação da ordem social vigente passaria ao largo da esfera produtiva. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora, enquanto agente social, não possuiria a capacidade de revolucionar as bases sociais na medida em que, dentro da própria produção, seu lugar de existência, teria perdido relevância e peso com os processos de automação perpetrados pela reestruturação produtiva. O polo oposto é o de defesa do trabalho como elemento central da produção de valor, mesmo que para isso tenha-se que entender a classe trabalhadora de forma expandida, como “classe-que-vive-do-trabalho”. Detém esta, ainda, apesar das mudanças que ocorreram na esfera produtiva, o agente social capaz de realizar um processo de emancipação humana.

Moishe Postone, autor canadense, apresenta mais claramente uma proposta crítica a Habermas. O autor, embora já muito conhecido, não foi devidamente debatido no país, visto que suas obras só muito recentemente começaram a ser traduzidas para o português. Apresenta um entendimento distinto da obra de Marx em relação a Gorz e Habermas, autores já referidos em nossos comentários e análises precedentes. Para Postone, não há de se falar de centralidade do trabalho, mas sim de uma crítica à centralidade do trabalho nessa sociabilidade, uma proposição outra que será abordada ao longo da exposição. Dessa forma, depreende-se que a luta de classes e a superação dessa sociabilidade não se assentam sobre uma perspectiva de repartição justa

dos frutos do trabalho, mas de um processo de mudança da estrutura produtiva e do papel que a força de trabalho cumpre na criação de valor. Apresentaremos a interlocução entre Postone e Habermas, uma vez que a crítica que o primeiro estabelece sustenta a sua proposição, e também nos ajuda a entender melhor o tratamento que demos ao segundo anteriormente.

Segundo Postone, Habermas tenta apropriar-se da realidade do mundo contemporâneo a fim de - pelo menos como esforço - reconstruir uma teoria crítica que possibilite explicar o que ele vai caracterizar como “capitalismo pós-liberal”. Essa tentativa também pretende deixar de lado aspectos da Escola de Frankfurt, elemento abordado pelo autor, em especial em Pollock e Horkheimer no início de seu livro. No entanto, a abordagem sobre o trabalho, realizada por Habermas, apresenta algumas inconsistências em relação a Marx, no que se refere à compreensão do autor. Afirma que o trabalho para Marx assume uma função epistemológica, além do seu significado material da reprodução humana. O trabalho criaria “as condições transcendentais da objetividade” (POSTONE, 2014, p.263), ou seja, o trabalho sintetizaria a existência de um mundo e o intercâmbio material entre os homens. Entende-se que Habermas faz um esforço para compreender o trabalho como fundante do ser social, em seu caráter social e na reprodução da vida humana. Porém, já aponta que Marx coloca o trabalho em um lugar por demais especial, o de síntese, de ponto de apoio no qual se ergue o mesmo mundo como a possibilidade de entendimento desse próprio mundo. Traduzindo para o vocabulário deste debate, atribui um lugar de centralidade ao trabalho para Marx.

Nesse mundo derivado do trabalho, os sujeitos se identificariam, individualmente, em si mesmos, pelo lugar que ocupam no trabalho, ou seja, são identificados somente pela relação produtiva que estabelecem. Ou seja, como indica Postone, “[...] a espécie humana se postula como sujeito social no processo de produção”. (POSTONE, 2014, p.263). A posição de Habermas nos parece por demais incisiva nesse sentido. Lukács, bem ancorado em Marx, fala do “campo de possíveis” posto pela esfera da economia. Então, trata-se de leis tendenciais necessárias, que comportam a possibilidade e a contingência. Tal como no trabalho, as leis da natureza conferem os limites insuperáveis das leis, porém o homem produz coisas completamente novas a partir das determinações

necessárias. O necessário comporta possibilidades. A possibilidade não está dada pelo objeto, mas pela relação entre objetividade e subjetividade, sendo esta última a condição de possibilidade para a transformação. Novamente aponta que compreende Marx de maneira enviesada, pelos marxistas e pelas interpretações que fazem do autor. Por mais que a espécie cumpra esse papel produtivo, a forma pela qual isso se deu em modos de produção distintos foi bastante diferente, tendo implicações para o debate que estamos fazendo. Habermas, como demonstra Postone, critica Marx por uma concepção que não é deste último: se o trabalho assume esse lugar de síntese, o conhecimento seria instrumentalizado por um sistema de trabalho social (que é uma ação instrumental), ou seja, a possibilidade de se conhecer a materialidade teria raízes no próprio trabalho. O processo de reflexão, a capacidade humana de se chegar ao conhecimento, para Habermas em seu entendimento de Marx, se desenvolveria de acordo com o “modelo de produção”, como mera ação instrumental derivada do trabalho.

A implicação dessa concepção de Marx seria ele ter retirado o conhecimento, como força motriz do desenvolvimento humano. “Por causa da noção de síntese por meio do trabalho social, então, a possibilidade de uma crítica radical do conhecimento foi solapada e o *status* lógico das ciências naturais não se distinguiu do da crítica”. (POSTONE, 2014, p.264). A crítica do conhecimento seria deficiente em Marx, uma vez que a posição deste e as ciências naturais apresentariam um mesmo nível de problemas. Em oposição à Marx, Habermas propõe um entendimento da história humana que compreenda uma dupla perspectiva: trabalho e interação. Habermas também atribui a Marx o não entendimento de que os processos de mudança social passam por uma reorganização do Estado em uma disputa de forças entre classes sociais, segundo ele, para Marx a relação de forças políticas seria uma derivação do trabalho produtivo. O que Habermas pretende com essas afirmações é legitimar sua ideia de que em Marx há uma derivação – gerada através da síntese pelo trabalho social – em que a esfera da interação seria derivada da esfera do trabalho, e não a parte dessa última, sendo que essa estreita relação impediria o desenvolvimento da consciência crítica o que poderia levar ao processo de emancipação.

Habermas propõe, portanto, uma reconstrução histórica baseada numa teoria de duas formas de síntese social: uma por meio do trabalho (ou seja, por meio da ação instrumental), pela qual a realidade é interpretada do ponto de vista técnico; e outra por meio da luta (como forma institucionalizada de interação), pela qual ela é interpretada de um ponto de vista prático. Ele afirma que a síntese somente pelo trabalho leva historicamente a organização da sociedade como um autômato, ao passo que a síntese por meio da interação pode levar a uma sociedade emancipada, que ele descreve como uma organização da sociedade com base em decisões tomadas em discussões livres de dominação. Então, a esfera de interação oferece uma base para crítica e para a possibilidade de emancipação. (POSTONE, 2014, p. 265)

O autor opõe as duas esferas sociais sendo uma representada pelo agir instrumental e a outra pela interação (que se caracteriza como esfera da luta política). Quando a primeira se sobrepõe à segunda, tal como considera ser a posição de Marx, o verdadeiro âmbito da humanidade é a política, são os processos de interação. Quando a razão instrumental invade esses processos temos o desvirtuamento do social, da política. À esfera da produção e do trabalho cabe somente a automatização da vida humana, - tal como demonstra Postone a partir da obra de Marx fundamentada na ótica do trabalho abstrato e alienado. Para a esfera da interação (da luta política), distinta e da primeira, cabe a capacidade crítica e de emancipação social.

Postone deixa clara a elaboração de Habermas ao afirmar que este propõe uma nova crítica para emancipação humana na contemporaneidade que se assentaria em dois elementos: a crítica de uma “sociedade da síntese pelo trabalho” e a proposição de uma reconstrução histórica humana que levasse em conta a síntese pela interação (a esfera política). Para Postone, Habermas utiliza os textos de juventude de Marx, textos estes que tratariam o trabalho com sentido trans-histórico, no entendimento de Habermas, o que é criticado por Postone. Chama-nos a atenção que Postone utilize este termo (trans-histórico), apesar de seu grande rigor ao abordar Marx. Esse assunto será tratado mais à frente com a devida atenção, quando formos discutir a proposta de Postone propriamente. O trabalho para Marx, em seu sentido de abstração razoável (o que em Postone seria traduzido por trans-histórico), configura os elementos comuns presentes em todas as formações sociais, e a particularidade do trabalho, sua subsunção ao capital nessa sociabilidade. Parecendo-nos que

Habermas levou pouco em conta esse segundo elemento. Nas palavras de Postone:

Marx, como já afirmei, não reduz a prática social ao trabalho nem postula a atividade produtiva como o paradigma da interação. Pelo contrário, ele analisa como o que poderiam ser duas dimensões da vida social em outras sociedades são fundidas no capitalismo, na medida em que ambas são mediadas pelo trabalho. Sobre essa base, ele especifica as formas de relações sociais e de consciência na sociedade capitalista e analisa a lógica interna do desenvolvimento dessa sociedade. Habermas, como resumirei rapidamente, age com base na noção trans-histórica do “trabalho” e despreza a concepção de Marx da especificidade das formas de riqueza, produção e relações sociais no capitalismo; ele também interpreta mal a teoria sócio-histórica do conhecimento de Marx. A questão não é simplesmente se Habermas é “justo” com Marx, trata-se da adequação de uma teoria social crítica ao seu objeto. Se o processo de constituição social pelo trabalho especifica de fato o capitalismo, então projetar trans-historicamente esse modo de constituição (como fez o marxismo tradicional) ou substituí-lo por um esquema igualmente trans-histórico da existência de duas esferas separadas, mas interdependentes (trabalho e interações, ação instrumental e ação comunicativa) e obscurecer o capitalismo. (POSTONE, 2014, p.267)

A crítica de Postone é muito precisa: Habermas ajusta sua proposição teórica a um objeto mal-entendido. Isso lhe permite afirmar que Marx entende a sociedade determinada pelo trabalho (o que fazem na verdade muitos marxistas). A partir dessa afirmação, cria as condições de sua crítica, que não compreende a inter-relação entre os complexos categoriais, mas a substituição de um suposto complexo equivocado (trabalho), por aquele que seria condizente com sua proposição teórica, o complexo da interação (agir comunicativo/politicidade). Apesar de os colocar como interdependentes, Habermas deixa claro, em vários momentos, que o elemento motor e desenvolvedor das sociedades seria mesmo a esfera do agir comunicativo. Diferentemente dele, Postone indica que, para Marx, surgem no seio da sociabilidade as condições de superação de sua forma produtiva (por outra mais avançada, que já se apresenta dentro desta). No capitalismo a superação se daria pela substituição desse elemento particular do trabalho, seu caráter alienado. Porém, esse sentido não se realiza como determinação obrigatória, mas como possibilidade, já que ainda se encontra uma ordem social baseada na

lei do valor, diferentemente do que Habermas e demais autores propõem, de uma superação do capitalismo por uma sociedade tecnológica/do conhecimento.

Postone indica outro mal entendimento de Habermas no que se refere à tecnologia como fonte de riqueza. Segundo Postone, Habermas utiliza-se de passagens dos *Grundrisse* para afirmar que Marx indica a possibilidade de o conhecimento ser fonte de valor, entretanto em momento posterior de sua obra teria apresentado postura “revisionista” ao retirar o entendimento de que o valor não necessitaria ser criado diretamente de trabalho humano. Postone, no entanto, discorda dele: “Em outras palavras, Habermas não capta a distinção de Marx entre valor e riqueza material e, portanto, entre as dimensões abstrata e concreta do trabalho que produz mercadorias”. (POSTONE, 2014, 268-269)

A teoria do valor-trabalho, de acordo com Habermas, foi válida para um estágio de desenvolvimento técnico, mas não é mais válida e deve ser suplantada por uma “teoria do valor da ciência e tecnologia”. Sua noção de que a base de “valor” muda com a tecnologia implica necessariamente uma noção linear do curso da produção capitalista, e não possui nenhuma contradição nem limites intrínsecos. Na crítica da economia política, Marx tenta basear e explicar o curso dialético do desenvolvimento capitalista em termos da natureza de suas formas sociais básicas; mas Habermas, por sua vez, se vale de uma concepção basicamente evolutiva, uma noção de desenvolvimento linear, trans-histórico da produção (e da interação), que ele não fundamenta socialmente. (POSTONE, 2014, p.270)

Esse não entendimento de Habermas sobre a distinção entre valor e riqueza leva-o a considerar a superação da sociedade do valor-trabalho, ou seja, transição para uma sociabilidade na qual o valor se vincula diretamente à ciência e à tecnologia, surgindo destas. Essa indicação coloca Habermas juntamente com os autores que defendem o fim da sociedade do valor-trabalho e a sua superação para uma sociedade tecnológica. Essa é a “confirmação” que Habermas precisa para justificar o conjunto de sua teoria. Se o capitalismo demonstra ter sido superado e ultrapassado por uma organização social moldada pelo conhecimento, logo, sua proposição teórica que opõe agir instrumental (trabalho-valor-capitalismo) e agir comunicativo (esfera política-entendimento intersubjetivo-conhecimento) se validaria. Essa compreensão de uma superação como desenvolvimento civilizatório está implicada pela noção habermasiana de seu evolucionismo linear, que acusa Marx de realizar. Marx indica as bases sociais da produção no capitalismo, forma particular que analisa

e dela não extrai uma compreensão evolutiva ou uma abstração que explicaria o desenvolvimento humano, mas aponta a dialética contraditória da própria história humana.

[...] apesar de Habermas nem sempre tratar valor como uma categoria trans-histórica de riqueza, mas, por vezes, como uma categoria historicamente específica do mercado, ele não capta valor como uma forma específica de riqueza e de relações sociais e considera-o com referência à especificidade do trabalho no capitalismo. Pelo contrário, ele trata valor como riqueza em geral ou como uma forma específica de distribuição de riqueza. Claramente, essa posição é intrinsecamente relacionada a um entendimento da categoria do trabalho na análise de Marx do capitalismo como trabalho concreto em geral, como uma atividade técnica que medeia as relações humanas com a natureza. (POSTONE, 2014, p.270-271)

É fundamental entender claramente os argumentos de Habermas, de acordo com o que Postone nos indica. Este pondera que Habermas apresenta em seu entendimento geral, uma compreensão do valor como “riqueza em geral” ou “forma específica de distribuição de riqueza” e que Habermas não vê no próprio valor as determinações da troca. O valor condiz à produção da riqueza, enquanto a ação comunicativa dos homens determina a forma da distribuição. Habermas, como apresenta Postone, separa a esfera produtiva – na qual a riqueza, não o valor, é criada – da esfera da circulação, dominada pela ação comunicativa, o espaço do agir político. Dessa forma, os “problemas” relacionados à distribuição, como a exploração, seriam, então, problemas solucionados na esfera comunicativa.

Outras implicações podem ser retiradas daí. A forma como tratou os Grundrisse, afirma-nos Postone, levou Habermas a derivar que a apropriação da ciência pela produção, tecnologicamente pela maquinaria, possibilitaria automaticamente a libertação de sujeitos produtivos autoconscientes. Seria como se as formas rudimentares escravizassem as consciências dos trabalhadores que, libertos de sua condição pela tecnologia e pelos conhecimentos seriam capazes de se emancipar. “Em outras palavras, ele imputa a Marx, uma noção de emancipação como consequência técnica quase automática do desenvolvimento linear da produção material”. (POSTONE, 2014, p.271). Esse é um indicativo dos riscos de não compreender a particularidade do trabalho nessa forma, no sentido das relações sociais que implica - deixa de lado as relações entre os homens em detrimento da esfera da distribuição e deriva

tudo da exploração do trabalho. Na sociedade do trabalho, para Habermas, aquela do agir instrumental, o seu limite não se daria com a superação pela emancipação humana, mas uma sociedade-autômato, em que o trabalho, em seu sentido mais grosseiro determinaria as relações sociais tecnocraticamente.

Na análise de Marx, constituição social pelo trabalho, portanto, não é trans-histórica, mas, pelo contrário, é um modo historicamente específico que está na base da regulação automática da vida social no capitalismo. Essa forma de constituição social é o objeto e não o ponto de vista dessa crítica. Segue-se, portanto, que emancipação exigiria não a realização, mas a superação das consequências desse modo de constituição social. Superar a contradição resumida nos *Grundrisse* não implica somente a emancipação da fome e da labuta: superar as relações capitalistas de produção, tal como expresso pelas categorias de valor e capital, também resulta na superação da regulação automática da sociedade. (POSTONE, 2014, p.272)

Postone faz uma indicação decisiva sobre Marx: este entende o trabalho no capitalismo - suas características - como particulares, elementos específicos que se conjugam com outros trans-históricos (abstração razoável, conforme veremos mais à frente). Esse entendimento central parece-nos que escapa de Habermas, gerando equívocos interpretativos. Disso Postone retira uma consequência crucial para o entendimento do trabalho: “Essa forma de constituição social é o objeto e não o ponto de vista dessa crítica”. Marx parte da análise do complexo social vivente, do mundo real e material. Logo, o trabalho, como um dos elementos de grande importância nessa formação social, é um de seus objetos de estudo mais relevantes, porém, não funciona como lente para a interpretação da realidade, ou seja, Marx não assume uma perspectiva particular como condição de interpretação. Entende a realidade material em suas determinações reais. Talvez a grande confusão resida aqui: o fato de Marx assumir a posição de classe do proletariado em sua luta pela emancipação humana, não o coloca no lugar de defender a forma específica do trabalho no capitalismo, realizado pelos trabalhadores, como forma de emancipação. Pelo contrário, como indica Postone, a emancipação humana passa pela emancipação do trabalho como forma que determina as relações como forma específica que determina de maneira também específica as relações sociais na sociabilidade capitalista. Nesse sentido, que Habermas propõe a emancipação do trabalhador ocorre na esfera da distribuição basicamente, na medida em que se resolveria a exploração por meio da divisão da riqueza social. Esse

entendimento do trabalho pelo autor, afirma Postone, indica que: “A crítica de Marx por Habermas é uma crítica da noção marxista tradicional da constituição social pelo trabalho a partir do ponto de vista de uma posição que compartilha algumas premissas tradicionais” (POSTONE, 2014, p.273).

Segundo Postone, Habermas considera que Marx não foi capaz de perceber que o trabalho assume um sentido instrumental (técnico), por ser uma forma social indiferenciada e socialmente indeterminada, nas palavras de Postone, trans-histórico. A instrumentalidade se vincula ao trabalho em si, em qualquer forma social, como atividade produtiva, perdendo assim o autor, a noção de particularidade que o trabalho assume no capitalismo, sendo que, mesmo nesse modo de produção, o trabalho não funciona como momento de realização meramente técnica. Pelo contrário, como bem indica Postone, “[...] para Marx é, mas não parece ser, socialmente determinado e determinante no capitalismo”, e esse sentido aparente é fundamental para entender o equívoco de Habermas. Ele desconsidera o sentido da alienação do trabalho, nos termos de Marx, o que o leva a se tornar confuso quando entende que Marx desconsidera o sentido social do trabalho. Essa perda da relação social do trabalho não se apresenta claramente, mas indireta. A noção de relação social que o trabalho estabelece, é cindido por Habermas que o coloca na esfera da interação, levando a que considere o trabalho *per se* como atividade puramente técnica, sendo que, para Marx, esse sentido não se apresenta de forma generalizada no capitalismo.

Habermas, em outras palavras, hipostasia trans-historicamente o caráter alienado do trabalho no capitalismo como um atributo *per se*. Consequentemente, seu entendimento das relações de produção no capitalismo é crucialmente inespecífico, pois lhe falta precisamente o momento caracterizador central - o caráter alienado e objetivo - que ele atribui ao “trabalho” ao vê-lo como ação instrumental. (POSTONE, 2014, p.274)

Ao hipostasiar o trabalho alienado, Habermas, de acordo com Postone, coloca o mesmo no patamar de categoria trans-histórica, elemento que sempre existiu e retira, dessa forma, seu sentido particular, ou seja, essa característica do trabalho no capitalismo se torna inespecífica. É esse trabalho, muito diferente do entendido por Marx, que Habermas entende como ação instrumental. Habermas universaliza, sem considerar a devida relação histórica, o trabalho como relação com a natureza. Para Habermas – herança de Weber – o

capitalismo se caracteriza pelo desenvolvimento da técnica, da razão instrumental. Esta por sua vez, ao se desenvolver, termina por contaminar e invadir a esfera da ação comunicativa, submetendo-a a sua lógica – instrumental. Portanto, em Habermas, não é o caso da universalização trans-histórica da lógica capitalista, mas a demonstração de que o desenvolvimento do capitalismo, da razão técnica leva à racionalização dos processos sociais. Entende que a razão técnica invade a esfera pública, porém supõe a possibilidade de sua separação. Da segunda como a reguladora da primeira, e desse modo, como a esfera na qual recai a primazia. Deve-se, como indica Postone, questionar se o trabalho, como razão instrumental é, na verdade, forma particular ou trans-histórica, implicando inclusive o sentido de sua superação, como já pontuamos. Depreende-se, também, que esses diferentes entendimentos implicam o trabalho como socialmente constitutivo ou individualmente autoconstituído como aponta Postone, também com implicações políticas:

Uma abordagem trans-histórica também tende a não distinguir entre o trabalho como socialmente constitutivo e como individualmente auto constituído. Assim, formas ortodoxas de marxismo tradicional avaliam positivamente os dois casos: o socialismo é concebido como uma sociedade em que a constituição social pelo trabalho vai funcionar abertamente e coincidir com a auto constituição individual pelo trabalho. Ainda assim, a avaliação negativa de Habermas dos efeitos da constituição social pelo trabalho, por seu caráter igualmente trans-histórico, implicitamente não confere nenhuma possibilidade criativa, positivamente autorreflexiva ao trabalho individual. Mas, quando a síntese social pelo trabalho é vista como historicamente específica, os dois momentos podem ser separados. Já vimos que, para Marx, superar o capitalismo resultaria na abolição de valor e permitiria uma transformação radical da natureza do trabalho social, o que sugere que o trabalho individual pode ser mais positivamente auto constituído quando o trabalho não mais funcionar como uma atividade socialmente constituidora. (POSTONE, 2014, p.275)

O marxismo tradicional, com quem Habermas dialoga, apresenta um entendimento do trabalho por si como libertador do homem, ou seja, há a constituição social e individual autorrealizadora pelo trabalho, indicando uma sociedade do trabalho e pela valorização do mesmo. Habermas por sua vez, desconsidera a possibilidade criativa e autorreflexiva que o trabalho apresenta. Em Marx, no entanto, a emancipação humana passa, mas não se limita, por retirar do controle do valor pelo trabalho, ou seja, o trabalho estaria orientado por

outros determinantes sociais que não a geração de mais-valor, possibilitando a estruturação de uma nova forma social. Disso se depreende que um novo trabalho, não alienado e não subsumido ao capital, tem a capacidade, mesmo que em potência, de ser autoconstituído para o ser humano, em seu sentido positivo. A compreensão de Marx do fetiche ainda permite entender, para além de como percebe Habermas, não somente a legitimação do poder burguês, mas atua também como uma teoria da subjetividade, relacionando as formas de consciência às formas das relações sociais mediadas pelo trabalho. Habermas deixa de perceber um dos pontos centrais que conectam a mediação do trabalho por si mesmo e as formas de consciência distorcidas que daí surgem. Essa separação entre as esferas comunicativa e instrumental não aparecem em Marx, porque, historicamente, na análise que faz dessa sociabilidade, esse dualismo não se encontra na realidade, Marx analisa as formas concretas e específicas dessa sociabilidade.

O segundo ponto levantado por Habermas como proposição para sua obra, é a necessidade de se apropriar da realidade da sociedade contemporânea, dividida em formas que diferenciem a ação e a razão que permeiam a sociedade. Como foi apresentado, Habermas se utiliza amplamente desse dualismo a fim de perceber os elementos que constituem a sociabilidade, implicando uma série de problemas, relacionados às ideias de mundo da vida e de sistema da vida. O terceiro elemento é um esforço, por sua parte, em construir uma teoria sobre essa sociedade “pós-liberal” que entenda não negativamente o desenvolvimento histórico proporcionado pelo capitalismo, como um processo racional e diferenciador. Esse processo tem o intuito de enxergar criticamente seus aspectos patológicos, apesar da capacidade evolutiva. Isso posto, compreende-se que, para Habermas, a condição de desenvolvimento civilizatório passa necessariamente por essa dualidade social, ou seja, não é na esfera instrumental que se têm de resolver essas patologias, mas exatamente na esfera comunicativa. Esta, que é “linguisticamente mediada”, realiza-se como uma força motriz própria, capaz de estruturar o mundo da vida em uma espiral crescente evolutiva.

Para Postone, Habermas apresenta, na realidade, a substituição do trabalho pela linguagem, comparativamente aos marxistas que centralizam o trabalho. Esse mundo moderno seria resultado do desacoplamento entre o

sistema e o mundo da vida (Estado e economia), cindidos quando do desenvolvimento societal que cria as condições para a interação por meio da comunicação e pelos “meios de direção do dinheiro e do poder”. Habermas distingue, então duas formas de modernização: uma patológica, que apresentamos, a qual ele caracteriza como “colonização do mundo da vida”. Nela a monetarização e a burocratização conquistam, para além do Estado e da economia, outros espaços, distorcendo a reprodução simbólica do mundo da vida. A forma normal seria aquela em que há uma mediação entre mundo e sistema da vida, sendo que o primeiro se complexifica e, com isso, se torna progressivamente racionalizado e desacoplado. Postone indica ainda que, Habermas nessa mistura de referências da qual se utiliza, acaba por fazer o que critica, assume parcialmente determinadas proposições de vieses teóricos muito distintos e cria uma bilateralidade que o leva a ter dificuldades de relacionar as dimensões de que trata.

Interessante notar que Habermas não parte somente de outros autores (Weber, Parsons), mas da teoria crítica, escola da qual se origina. O que busca superar é resolvido para ele, teoricamente, na medida que propõe a esfera do agir comunicativo existindo concomitante ao capitalismo, mas não se derivando deste. Novamente para Postone, Habermas apresenta somente uma proposição substitutiva em relação àqueles que critica. Apresenta-se como um crítico do capitalismo, porém realiza uma crítica que somente o caracteriza como patológico. Habermas precisa basear sua teoria como uma ontologia a fim de justificar a razão comunicativa, uma vez que não seria possível sustentar a mesma, compreendendo o sentido especificamente histórico dessa forma de trabalho.

É importante notar que a análise de Marx, assim entendida, não apreende o capitalismo como bilateral, constituindo novas formas que apontam além de si mesmo; pelo contrário, ela encara o capitalismo somente como uma força negativa que destrói e deforma o que surgiu como resultado da racionalização do mundo da vida. A possibilidade do socialismo, então, resulta da revolta do mundo da vida contra sua destruição pelo sistema. Mas isso implica que o socialismo representa não uma sociedade além do capitalismo — uma nova forma histórica —, mas uma versão alternativa, menos distorcida da mesma forma histórica. (POSTONE, 2014, p.291)

Entende-se que afinal Habermas realiza uma crítica do capitalismo com forte apelo à resolução pela via política; essa forma social teria corrompido, em

sua forma patológica, um desenvolvimento societal que estava em curso, e não apresenta em si grandes possibilidades de desenvolvimento e de perspectivas para a humanidade. O socialismo – entendido como uma variação da sociedade do trabalho – é uma opção um tanto melhor do que a forma capitalista, embora também distorcida, apesar de a exploração do trabalho ocorrer de forma distinta. Nesse sentido, Postone entende que Habermas compreende o capitalismo como a realização particularizada de um potencial universalista que estaria presente ontologicamente, como uma regra evolucionista que regeria o desenvolvimento humano. Ou seja, no capitalismo haveria a ruptura desse processo em virtude do sentido particular que essa forma social proporciona. Esse sentido também se aplica à crítica que Habermas faz a Marx, como aponta Postone, uma vez que, se Marx fez uma crítica ao capitalismo em termos das relações de classes, acerca da exploração do trabalho, logo, este teria assumido um lado ao realizar essa crítica, no caso, o da classe trabalhadora, uma perspectiva do trabalho. Habermas compreende muito parcialmente Marx nesse sentido. Marx entende, sim, a classe trabalhadora como potencialmente capaz de emancipar a si e aos demais, porém essa emancipação se dá também em relação ao trabalho, não basta somente redistribuir melhor a riqueza socialmente produzida, mas faz-se necessário alterar a lógica produtiva e retirar do capital o papel de determinante da produção de valor, e conseqüentemente da relação que o trabalho assume nisso. Também vale ressaltar a diferença entre entender um protagonismo do trabalho e da classe trabalhadora. O primeiro caso deriva na centralidade do trabalho, que estamos tratando ao longo da discussão. No segundo, entende-se que a classe trabalhadora assume estrategicamente a potencialidade de emancipar a humanidade, mas muitas vezes os marxistas tomaram um pelo outro de forma indistinta, e quer parecer que Habermas também entende dessa forma. Por mais que Marx não entenda o trabalho em termos de uma centralidade, isso não o impede de compreender a importância estratégica da classe trabalhadora.

Mas, como já demonstrei, a análise de Marx do trabalho no capitalismo não é de forma alguma a que Habermas atribui a ele. De acordo com Marx, as formas sociais categóricas de mercadoria e capital não somente velam as relações sociais reais do capitalismo, pelo contrário, elas são as relações sociais fundamentais do capitalismo, formas de mediação que são constituídas pelo trabalho nessa sociedade. [...]. Mas longe de

vermos o que Habermas chama de “dimensão sistêmica” como uma ilusão, uma projeção do trabalho, Marx trata-o como uma estrutura quase objetiva constituída pelo trabalho alienado. (POSTONE, 2014, p.293)

Postone é taxativo, ao afirmar que Habermas faz uma análise equivocada do entendimento de Marx sobre o trabalho. O trabalho não é só encoberto pelas formas sociais da mercadoria e do capital, mas estas são formas das relações sociais capitalistas sendo mediadas pelo trabalho. O que Habermas entende como sistema da vida, distinto do mundo da vida, nada mais é do que uma indicação daquilo que, aparentemente, encontra-se separado nessa sociabilidade, e que Marx vai entender como relações sociais reais determinadas pelo trabalho em sua forma alienada. Ter perdido essa dimensão da alienação atrapalhou bastante Habermas no entendimento de Marx, e o levou a criar uma dualidade entre produção e relações sociais reais que, para Marx, apresentam um sentido necessariamente intrínseco.

Marx entende o trabalho morto - a estrutura constituída pelo trabalho alienado — como não somente o local de dominação no capitalismo, mas também o local da possível emancipação. Isso só tem sentido quando a análise crítica marxiana do capitalismo é entendida como a que aponta a possível abolição do trabalho proletário (“trabalho vivo”), não na direção da sua afirmação. Em outras palavras, contrariamente a alegação de Habermas, Marx concorda com Weber que a abolição do capitalismo privado não seria suficiente para a destruição do moderno trabalho industrial. Entretanto – e essa é uma diferença crucial -, a análise de Marx não aceita como necessária a forma existente desse trabalho. (POSTONE, 2014, p.294)

Diferente do que Habermas lhe atribui, Marx captura a dinâmica do mundo material, e percebe que, mesmo com a alienação, existe a potencialidade de emancipação dos trabalhadores. Mas Habermas não consegue perceber isso porque sua estrutura de explicação social o impede de enxergar esse fato, ao cindir interação e trabalho. A emancipação humana seria possível pela abolição do trabalho, não como propõem os marxistas, de forma positiva, mas como reino da necessidade, sobre o qual se ergue o reino da liberdade. Postone ainda faz uma indicação de que Weber concordaria com Marx no sentido de que não é suficiente a abolição do capitalismo privado, ou seja, novamente não se trata de um problema na esfera da distribuição, da repartição justa da riqueza, da exploração do trabalho, mas para além disso é necessário retirar o trabalho do seu lugar subsumido ao capital. E arremata dizendo que Marx “[...] não aceita como necessária a forma existente desse trabalho”. A implicação disso é

gigantesca: o trabalho em outra formação societária pode, e deve, se constituir de forma distinta da forma como ocorre subsumido ao capital, sem perda alguma, sem necessidade de se manter qualquer elemento dessa forma particular.

Outro aspecto delicado em que Habermas insiste, e que tem implicações, é o referente ao desenvolvimento evolutivo societário. Considera, entretanto, um desenvolvimento histórico, a análise das formas reais existentes que se desenvolveram contingencialmente. Ainda que possuindo tendências, não há elementos reguladores determinativos sobre o fluxo do desenvolvimento humano. Para Habermas, por sua vez, há o entendimento de um “desenvolvimento trans-histórico e evolutivo”, a necessária e imanente lógica que guia o desenvolvimento histórico em uma espiral evolutiva. Se para Marx é possível compreender um sentido historicamente determinado; para Habermas haveria um sentido trans-histórico que fundamente esse processo. Além de que, como Postone indica: “Em certo sentido, a oposição entre sistema e mundo da vida — tal como a anterior entre trabalho e interação — expressa uma hipostasia desses dois momentos de uma forma que dissolve as relações sociais capitalistas em esferas ‘simbólicas’ e ‘materiais’”. (POSTONE, 2014, p.297). Ao hipostasiar os pares de sua dualidade analítica, sistema/mundo da vida e trabalho e interação, Habermas indica não compreender as relações intrínsecas e de necessidade, relações de reflexão entre essas esferas. Cria uma oposição entre os aspectos materiais simbólicos, mas esquece de referenciar os mesmos como relações sociais concretas. Da mesma forma que o trabalho apresenta um sentido material é também uma relação social concreta, uma interação simbólica.

A possibilidade de superação dessa dualidade e de uma crítica que supere o pessimismo da teoria crítica e que também permita uma diferenciação frente à tradição marxista em sua interpretação trabalhista, deve levar em conta uma possibilidade de emancipação para além do trabalho. Não pela realização deste ou pelo fim da alienação, também não pode ser pelo desenvolvimento de estruturas simbólicas/linguísticas que mediem a comunicação. Deve, sim, entender na dialética real das formas concretas, as possibilidades de emancipação presentes nas especificidades dessa forma histórica.

Destaca-se que Habermas está longe de ser um autor de pouca envergadura, pelo contrário, faz um esforço para compreender e caminhar pela superação de dilemas presentes na teoria social de variadas vertentes. No entanto, faz-se necessário apontar deficiências encontradas em seus textos e através da leitura de Postone que muito contribuiu. Destaca-se nesse momento, somente alguns elementos mais importantes que foram tratados extensivamente nessa exposição. Um dos problemas foi entender Marx por interpretações diversas e que não se dessem de uma análise imanente do próprio autor, não extrair de Marx o próprio Marx, mas tomá-lo de outros autores, ainda mais envoltos em contextos políticos que muitas vezes atrapalham uma análise mais fiel, mesmo que, do ponto de vista histórico, Habermas exemplificasse a atmosfera de seu tempo. Outro ponto a se destacar é que Habermas indica a substituição do trabalho pelo agir comunicativo, ou seja, para ele muito mais importou demonstrar que estava errado o objeto de centralidade do que combater exatamente essa ideia da centralidade. Nesse sentido, em Marx, há o sentido histórico e particular do trabalho articulado com sua abstração razoável, e não a elevação da abstração a um patamar ontológico. E, por fim, entendemos que Habermas toma o sentido da evolução societal como questão dada, até mesmo atribuindo a Marx, e parte disso para justificar qual seria o elemento guia desse processo em uma fundamentação ontológica, sendo que opõe a um Marx distorcido da centralidade do trabalho, uma perspectiva que critica a falta da esfera da interação. Não reconhece a importância da teoria da alienação em Marx, que faz uma das conexões possíveis entre trabalho e consciência.

Estabelecida a crítica a Habermas e entendido de onde parte Postone em sua crítica, deve-se apresentar a proposição que este realiza frente às duas concepções em conflito: de um lado, a centralidade do trabalho da tradição marxista; e, do outro, a sua crítica por Habermas que representa também um conjunto de autores que defendem seu fim. Será apresentada a proposição de Postone, entendida como um retorno a Marx, uma proposta originalmente diversa, e que apresenta as deficiências de ambos os segmentos. Postone considera Habermas a origem de um conjunto de incompreensões relativas a Marx. Não apenas no que se refere ao trabalho, apresentando um enquadramento do mesmo como um economicista, para propor alternativamente, à supremacia do trabalho a sua tese de autonomia do político;

também como forma de justificar a esfera comunicacional. O debate segue com Ricardo Antunes que apresenta a defesa da centralidade do trabalho oriunda da tradição marxista.

1.4 – O debate de Ricardo Antunes contra Gorz e Habermas: a reafirmação da centralidade do trabalho

O sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, debate diretamente com Gorz e Habermas em suas elaborações. Trata-se de um autor influente, não é o caso de fazermos uma análise extensiva de sua vasta obra, porém fazer alguns apontamentos e tentar analisar as respostas que Ricardo Antunes dá aos problemas colocados por Gorz e Habermas.

Responde ao livro de Gorz “Adeus ao proletariado” com um questionamento “Adeus ao trabalho? ”, reafirmando que o trabalho continua assumindo uma posição central na sociabilidade burguesa. Antunes em sua pesquisa na área de sociologia do trabalho permite-nos cotejar com Habermas, autor com quem dialoga. Antunes apresenta, em sua bibliografia, uma série de artigos e livros nos quais discute a centralidade do trabalho, ou seja, defende que ainda se faz presente e relevante uma posição produtiva e política da classe trabalhadora. Entende que, apesar do profundo processo de mudança no mundo do trabalho, de 1970 em diante, com a reestruturação produtiva e o chamado toyotismo, não houve uma perda de validade da teoria do valor, tal como Marx havia apresentado; e que, também, não se perdera o sentido da classe trabalhadora como agente revolucionário, seja como produtor de valor na produção, ou como entidade coletiva política.

Dessa forma, Antunes argumenta que a classe trabalhadora se modifica, metamorfoseia-se, torna-se a classe-que-vive-do-trabalho, fragmentada, polivalente e heterogeneizada. Para ele, elementos esses que, em Marx, estariam presentes em outras classes, como a pequena burguesia e o lumpen-proletariado, agora se enquadram na classe trabalhadora “ampliada”. Pode-se perceber que o critério adotado por Antunes é o da posição do trabalhador no processo produtivo como assalariado e seu sentido de explorado, como demonstra a seguir:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural [...]. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos McDonald's, os trabalhadores hifenizados de que fala Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados [...], além dos trabalhadores desempregados [...]. (Antunes, 2009, p.103)

Esse entendimento parte de uma realidade brasileira a qual o sociólogo assim interpreta posicionando-se em posição contrária àquela defendida por Habermas. Antunes mesmo coloca.

Embora a esfera da linguagem ou da comunicação seja um elemento constitutivo central do ser social, em sua gênese e em seu salto ontológico em relação às formas anteriores, não posso concordar com Habermas, quando ele confere à esfera intercomunicacional o papel de elemento *fundante* e estruturante do processo de sociabilização do homem. (ANTUNES, 2009, p.156)

Antunes aponta, então, uma diferença que se apresenta como chave - a discordância com a propositura de Habermas de que a esfera da linguagem/comunicacional teria assumido um papel central e fundante da socialização - apesar de reconhecer que esse elemento é de extrema importância para o desenvolvimento social humano. Dessa forma, Antunes indica que outro princípio assumiria esse lugar.

O trabalho constitui-se numa categoria central e fundante, *protoforma do ser social*, porque possibilita a *síntese* entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social. O trabalho, a sociabilidade, a linguagem, constituem-se em *complexos* que permitem a gênese do ser social. Como vimos anteriormente, entretanto, o trabalho possibilita pela primeira vez no ser social o advento do ato teleológico interagindo com a esfera da causalidade. *No trabalho o ser se expõe como subjetividade* (pelo ato teleológico, pela busca de finalidades) *que cria e responde ao mundo causal*. (ANTUNES, 2009, p.156)

O elemento fundante do ser social é, para ele, o trabalho. Este, entendido como tal por apresentar em si a síntese da teleologia e da causalidade, que permite o salto ontológico do ser social. Trabalho, sociabilidade e linguagem são complexos cruciais para o ser social, mas, para Antunes, o trabalho assume um lugar especial. Cabe-nos aqui a necessidade de ressaltar o fato de Antunes apresentar o sentido do trabalho como central e fundante, sem grandes

diferenciações, elemento este que implica significados e interpretações por demais importantes. A ideia do trabalho como fundante do ser social apresenta-se desenvolvida por Lukács, autor extremamente relevante para Antunes, mas que, devido às limitações da dissertação não poderá ser tratado aqui. O sentido de fundante dá ao trabalho a primazia de ser a categoria que permite ao ser social o salto ontológico e o coloca como gênese da humanidade. O sentido de centralidade do trabalho, por sua vez, apresenta a ideia distinta de que a esfera do trabalho permanece, para Antunes, enquanto elemento principal do ordenamento societal, da qual as demais esferas são derivadas ou que sofrem grande influência. Também apresenta um sentido político, na medida em que aponta a permanência da classe trabalhadora enquanto protagonista das lutas sociais e como vanguarda de um processo de luta revolucionária. Essa é uma diferença importante de ser explicitada e que apresenta implicações em suas consequências teóricas.

Mas se o trabalho tem o sentido de momento predominante, a linguagem e a sociabilidade, *complexos fundamentais do ser social*, estão intimamente relacionadas a ele, e como momentos da práxis social esses complexos não podem ser separados e colocados em disjunção. (ANTUNES, 2009, p.156)

Aqui Antunes acrescenta uma nova categoria, presente em Marx: ele refere-se ao trabalho como momento predominante. Momento predominante, como utilizado por Marx, indica categorias de mesma importância que se relacionam, sendo que uma delas assume um papel preponderante, que se destaca frente às demais, mas não as submete ou deriva. Antunes, em dois parágrafos, utiliza três categorias distintas e importantes para se referir à importância que o trabalho apresenta.

Pelo que acima esbocei, não posso concordar com a separação analítica operada por Habermas – e que se constitui no eixo de sua crítica a Marx e Lukács -, entre sistema e mundo da vida, ou se preferirmos, esfera do trabalho e esfera da interação. O sistema não *coloniza o mundo da vida* como algo exterior a ela. “Mundo da vida” e “sistema” não são subsistemas que possam ser separados entre si, mas são partes integrantes e constitutivas da totalidade social que Habermas, sistêmicas, binária e dualisticamente secciona. (ANTUNES, 2009, p.158)

Mais à frente, Antunes esclarece novamente o sentido de sua crítica a Habermas, a diferença de compreensão que apresenta em relação à ideia de

Habermas de uma disjunção entre sistema/mundo da vida, em que, no primeiro, o trabalho determinaria a vida; no segundo, este seria dominado pela esfera interacional e comunicativa. Dessa forma, o autor, de que estamos tratando, compreende que não há o domínio de uma esfera pela outra, do trabalho sobre a vida cotidiana, mas que ambas já se encontram em um mesmo patamar e o trabalho assume esse papel central.

Para Habermas, na disjunção que realiza a partir da complexificação das formas sociais, com a efetivação do *desacoplamento* entre sistema e mundo da vida e a consequente autonomização da intersubjetividade, caberá à esfera da linguagem e da razão comunicacional um sentido emancipatório. Em Lukács, ao contrário, os vínculos entre *subjetividade e trabalho* são indissolúveis. Assim, tanto na *gênese* do ser social quanto no seu *desenvolvimento* e no próprio processo *emancipatório*, o trabalho como momento fundante da própria subjetividade humana, por meio contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da vida social, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante. (ANTUNES, 2009, p.161)

Antunes aponta que, em Habermas, não é mais o trabalho elemento emancipatório, uma vez que este se encontra no sistema da vida, e os processos políticos e intersubjetivos no mundo da vida, dão à linguagem e à razão comunicacional essa primazia. Para respaldar sua posição, apoia-se novamente em Lukács, autor que entenderia o trabalho como “elemento ontologicamente essencial e fundante”, que estaria presente como momento principal da gênese, do desenvolvimento e da emancipação humana, ou seja, em todos os momentos. Não basta recolher este elemento de Lukács, o autor tem outras considerações em outros capítulos como o capítulo da reprodução, do ideal e da ideologia, na qual, aí sim, grande parte dos problemas, que Habermas apresenta para questionar Marx, são tratados por Lukács, sobre uma base analítica, que se inicia pela análise da gênese do ser social pelo trabalho, mas que o trabalho por si só, não é suficiente para responder os problemas de Habermas.

Antunes parte então desse entendimento de Habermas como base para elaborar uma posição de defesa da centralidade do trabalho, também como elemento político de afirmação da classe trabalhadora. Dessa forma, entendemos, a partir de Antunes, que este localiza em Habermas uma fonte importante da origem do debate sobre a centralidade do trabalho. É interessante

observar que, de maneira semelhante, Postone localiza em Habermas a matriz desse debate, mas toma um rumo muito distinto do apresentado por Antunes. A discussão do brasileiro com Habermas é tratada apenas em um artigo com mais profundidade. Assim, seguir-se-á apresentando a posição de Antunes e sua crítica a Gorz.

Para Ricardo Antunes, em termos da produção, o trabalho material ainda seria o grande produtor de valor e argumentando que a classe trabalhadora, permanece sendo protagonista dos processos de lutas sociais, sendo capaz de modificar a realidade estabelecendo seu projeto societário de classe. Afirma a relevância do trabalho material não por meio de uma análise do real e dos complexos categoriais, mas por um levantamento empírico importante, mas disso já depreende uma relação mais complexa do protagonismo da classe trabalhadora. Apresenta cinco teses: defende que trabalho concreto e abstrato ainda se configuram como geradores de valor das mercadorias; que o trabalho, como criador de valores de uso, não se extinguiria, uma vez que a necessidade humana de produtos duraria tanto quanto sua existência; a possibilidade ainda existente dos trabalhadores serem sujeitos de um processo de lutas e revoltas que permita superar o capitalismo; reafirma que, apesar de “heterogeneizada”, “complexificada” e “fragmentada”, a classe trabalhadora não estaria em vias de se extinguir, mas se modificando, seja intelectualizando e especializando ou com as terceirizações e o mercado informal; defende que o estranhamento tem se aprofundado, criando mais barreiras para afastar o homem de seu ser-genérico.

Dessa forma, Antunes apresenta elementos também tratados por Postone. Reafirma constantemente a mudança da classe trabalhadora e sua ampliação, com categorias cada vez menos precisas e ancoradas em Marx, a fim de justificar que a mudança da classe não diminui seu tamanho e capacidade produtiva, e aponta um outro elemento tratado amplamente por Postone: a importância da alienação para se entender o papel que o trabalho cumpre.

Antunes argumenta que após os anos 1970/80, mudanças de fundo ocorreram na estrutura produtiva e na constituição do Estado, que levaram à flexibilização das relações de trabalho, uma vez que a nova forma de organização do capitalismo exigia um tipo diferente de trabalhadores,

polivalentes, que trabalhassem cada vez mais em intensidade, tendo mais sobretrabalho extraído pelo capital, ao mesmo tempo que os postos de trabalho diminuem, em um processo claro de ampliação do desemprego estrutural, sendo que essa aparente dicotomia será nomeada por ele como “movimento pendular” da classe trabalhadora na atualidade. Caracteriza uma “nova polissemia”, “nova morfologia” do trabalho, “[...] sua *forma de ser*, cujo elemento mais visível é seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas” (ANTUNES, 2008, p.124). Essa nova morfologia na era da *informatização* levou a um processo de *informalização* das relações de trabalho, tornando cada vez mais comum os trabalhadores terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, em tempo parcial e o chamado *ciberproletariado*, que se relaciona a um processo de substituição, não extinção, cada vez maior do trabalho vivo pelo trabalho morto no processo produtivo. Importante notar que Antunes entende que o “trabalho imaterial” em simbiose com o trabalho material expressa “[...] novas formas contemporâneas de criação do valor. ” (ANTUNES, 2008, p.128). Nesse sentido, o autor coloca na conta do trabalho e da produção de valor uma gama de funções, que de fato expressam essa nova “morfologia”, como coloca, mas sem distingui-las qualitativamente, ou seja, são todos trabalhadores.

Antunes discute a questão do tempo de trabalho, e da tentativa histórica do movimento sindical em diminuir a jornada de trabalho, como uma forma de liberar tempo para a realização de atividades humanas que deem sentido à vida dos trabalhadores. Mas é necessário também que o trabalho perca sua característica atual de estranhamento, que seria impossível uma vida cheia de significado somente fora do trabalho e que, para tanto, faz-se necessário que os trabalhadores assumam o papel de determinar como se daria essa organização do trabalho, não bastando somente a liberação de tempo fora da jornada. A libertação perante a forma atual de trabalho, estaria, para ele, relacionada diretamente à diminuição da carga horária e à superação do estranhamento. Assim, dotar uma vida de sentido dentro e fora do trabalho quer dizer,

Se o trabalho se tornar dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social

poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. (ANTUNES, 2008, p.135)

Antunes (2008) ressalta que a defesa pela esquerda da criação de postos de emprego não se caracteriza como cultuação do trabalho e sua idolatria, mas que, dadas as condições atuais de vida dos trabalhadores e a exclusão da maioria deles de políticas sociais, defender a empregabilidade deles e inclusive a redução de jornada para que mais postos de trabalho possam surgir, seria uma tática necessária ao momento atual. Essa aparente contradição, não é explicada pelo autor com maior profundidade, uma vez que se é necessário buscar a liberdade frente ao trabalho, dever-se-ia buscar na verdade que as políticas de emprego buscassem diminuir a jornada de trabalho. Isso revela que para ele na verdade não se trata de propor a superação da sociedade do trabalho, mas a empregabilidade geral e a mudança da forma de trabalho, uma vez que numa sociedade distinta do capitalismo o trabalho permaneceria como estruturante central.

Para o autor a “nova morfologia do trabalho” faz necessário se pensar uma “noção ampliada e moderna da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2008, p.139), que abarcaria todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário (classe-que-vive-do-trabalho), no caso os trabalhadores produtivos e improdutivos, o proletariado rural, proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part-time*, os terceirizados e precarizados, os assalariados da economia informal e também os desempregados. Ou seja, todos aqueles que assumem um lugar indistinto de não possuidores dos meios de produção ou que se enquadrariam em um patamar baixo economicamente.

Essa noção atual de trabalhador exclui os gestores do capital, os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural. Aponta a tendência de precarização do trabalho via sua feminização, uma vez que as mulheres recebem em sua maioria um salário menor do que o homem pelo mesmo serviço. Também a não universalização do acesso ao trabalho, que ainda se restringe muito ao âmbito nacional, diferente do capital que, na fase financeira, se globalizou sem precedentes. Com a impossibilidade de se acabar com o trabalho vivo na produção, mas com a necessidade de se ampliar a extração de mais-valor e se manter competitivo no mercado mundial, as

empresas investem cada vez mais numa imbricação entre capital material e imaterial, ao mesmo tempo que precarizam o trabalho, o trabalhador hifenizado cresce proporcionalmente no setor produtivo e a apropriação do conhecimento, da tecnologia e da técnica pelo capital se expande.

Em “Os Sentidos do Trabalho” (2009), Antunes defende a posição de que o capitalismo na atualidade ainda mantém seu estatuto de produção de valores de troca, não sendo a ciência a principal força produtiva. Entende que a principal mudança, com a diminuição do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto na produção não leva a uma perda de relevância da produção de valor nas mercadorias materiais, mas sim uma flexibilização e perda de condições de trabalho e direitos para os trabalhadores, fazendo ampliar formas mais atuais de trabalho que sejam altamente prejudiciais aos trabalhadores, dessa forma, mesmo que o tempo de trabalho tenha diminuído em comparação aos primórdios do capitalismo, a produtividade cresceu em proporção tal que compensa ao capitalista o que foi perdido em termos de extração de sobretrabalho com a redução da jornada. A ciência não é a força produtiva central que se sobrepõem ao Capital, mas, pelo contrário, o Capital assume o controle sobre a produção do conhecimento e o coloca a sua disposição no processo de reprodução ampliada, como explica Antunes:

[...] a ciência encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual ela não pode superar. E é por essa restrição estrutural, que *libera* e mesmo *impele* a sua expansão para o incremento da produção de valores de troca *mas impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível*, que a ciência não pode se converter na principal força produtiva. ” (ANTUNES, 2009, p.122)

Antunes faz a crítica da captura do trabalho pelo Capital, mas também não explica, nem empiricamente, como a ciência e a tecnologia se relacionam agora com o capitalismo, não apresentando as mediações estabelecidas; O autor se apoia em Marx, em uma passagem dos Grundrisse, a fim de respaldar sua posição,

Liberada pelo capital para expandir-se, mas sendo em última instância prisioneira da necessidade de subordinar-se aos imperativos do processo de criação de valores de troca, a ciência não pode converter-se em “principal força produtiva”, em ciência

e tecnologia independentes, pois isso explodiria, faria saltar pelos ares a base material do sistema de produção do capital. (ANTUNES, 2009, p.122)

Antunes aborda o trabalho na contemporaneidade de forma ampliada, levando em conta o trabalho imaterial que não produz valor diretamente, mas que contribui para o processo produtivo e de circulação, como os setores de serviço e comunicações, como ele mesmo coloca,

O avanço do trabalho em atividades de pesquisa, na criação de *softwares*, *marketing* e publicidade, é também exemplo da ampliação do trabalho na *esfera imaterial*. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades *imbricadas* com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da *noção ampliada de trabalho*, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo. (ANTUNES, 2009, p.125)

Para Antunes, ao mesmo tempo em que houve uma deterioração do trabalho com a sua precarização e terceirização, dada em muito na esfera do trabalho produtivo, também o trabalho imaterial mais intelectualizado cresceu neste mesmo segmento, principalmente nas indústrias de ponta. O trabalho imaterial ganha força na medida em que se demanda meios de comunicação e propaganda para se agilizar o processo de circulação de mercadorias e salvaguardar a produção, evitando perdas e não realização da mais-valia, uma vez que o sistema *just in time* permite produzir após a venda, produtos montados e singularizados pelo consumidor. Importante notar que essa imbricação entre trabalho material e imaterial também leva a mudanças na forma de estranhamento dos trabalhadores, independente de realizarem trabalho produtivo ou improdutivo. Este estranhamento se intensificou e, apesar da aproximação entre elaboração e execução dada na atual forma de organização do trabalho, passou a determinar ainda mais o tempo fora do trabalho, o escasso tempo livre, seja com o lazer mercantilizado ou com a necessidade imposta ao trabalhador de se qualificar cada vez mais para se tornar necessário e manter sua empregabilidade, deslocando a responsabilidade da qualificação do empregador para o trabalhador.

Concomitante a isso, observa-se um processo de brutal desumanização do sujeito social, que passa a se tornar cada vez mais uma coisa, sendo que seu

produto social, o capital expresso pela mercadoria, ganha mais humanidade, como que retirada daquele que o produziu. Mesmo o trabalho intelectualizado reproduz esse processo, ao mesmo tempo em que o trabalho produtivo direto, fabril, se torna cada vez mais extenuante e brutal em termos de exploração e de controle sobre a vida do trabalhador. Apesar de em Antunes o estranhamento assumir importância nessa forma produtiva, diferentemente de Postone, Antunes não apresenta as mediações e elementos necessários para se entender como o trabalho, e, no caso, suas metamorfoses, se relacionam com o estranhamento.

Antunes reafirma a impossibilidade do fim do trabalho concreto para o ser humano e do trabalho abstrato no capitalismo, sendo que ambos constituem o ser social no seu momento histórico atual e o primeiro caracteriza o ser humano em seu processo de desenvolvimento a partir do salto ontológico.

[...] a chamada '*crise da sociedade do trabalho abstrato*' não pode ser identificada como sendo *nem o fim do trabalho assalariado no interior do capitalismo*[...] nem o fim do *trabalho concreto*, entendido como fundamento primeiro, *protoforma* da atividade e da omnilateralidade humanas. Fazer isso é efetivamente desconsiderar, na dimensão necessária e essencial, a distinção marxiana entre trabalho *concreto* e trabalho *abstrato*, resultando essa disjunção em grandes equívocos analíticos. (ANTUNES, 2009, p.166)

Entende-se que o trabalho apresenta um sentido de fundante do ser social, e como tal, figura enquanto categoria intrínseca à existência humana, uma vez que é por meio do trabalho que o ser humano estabelece sua relação com a natureza a fim da reprodução individual e enquanto espécie, e como tal seria incapaz de acabar, a não ser com o fim da espécie. Porém, Antunes novamente, extrapola a questão ao relacioná-la à centralidade do trabalho, reafirmando a permanência de uma forma trabalho baseada na forma particular capitalista deste.

Antunes indica elementos que seriam importantes para a superação da sociabilidade capitalista e que deveriam constituir um futuro modo de produção. Em primeiro lugar, uma sociedade que atenda às necessidades humanas, em que o valor de uso das mercadorias não esteja subsumido ao seu valor de troca. Dessa forma, o produto do trabalho dos sujeitos sociais poderia tornar a ser elemento constitutivo de sua própria subjetividade, dando significado a sua função laborativa e permitindo a não-subordinação aos anseios do capital. Em

segundo lugar, a necessidade de que o trabalho não seja determinado por uma lógica de produção de tempo excedente para geração de mais-valor, mas que se relacione ao “tempo disponível”, aquele que signifique atividade livre e auto significativa. A emancipação social passa pela necessidade de que aqueles que nela produzem possam ser os mesmos a controlar a produção, como “produtores associados”, se colocando, novamente, contrário às teses que defendem o fim do trabalho e de sua centralidade.

Seus apontamentos são insuficientes ao não apresentarem um elemento chave, que Postone indica: o fim da subsunção do trabalho ao capital. Para Antunes um elemento chave para o fim do estranhamento seria a superação da exploração, principalmente com a redução da jornada e empregabilidade geral. Um elemento ao longo da leitura que nos chamou atenção, é que Antunes faz uso em menor expressão das citações diretas a Marx como forma de demonstrar as posições do autor alemão, algo bastante distinto de Postone que se utiliza bastante do recurso às citações diretas.

O autor foca bastante em elementos concretos e apresenta, a partir deles, argumentos para sustentar sua tese de manutenção da centralidade do trabalho, principalmente no que se refere à permanência da relevância do trabalho material e produtivo e da “heterogeneização”, “complexificação” e “fragmentação” da classe trabalhadora. Importante notar que o autor parte do referencial marxista e se apoia constantemente em Marx para salvaguardar seus argumentos, e para refutar os de Gorz, que também utiliza Marx como fonte de argumentação. Entende o proletariado como a classe revolucionária, apesar das mudanças de sua composição e da diminuição do operariado, e sinaliza que as mudanças societárias possíveis passam pelas lutas no mundo do trabalho, com sua libertação realizada pelos trabalhadores. No próximo capítulo, Postone será tratado e seus argumentos expostos com o intuito de posteriormente comparar suas posições com as de Antunes.

Capítulo 2 – A perspectiva do trabalho em Postone

Trata-se nesse capítulo de apresentar Postone em suas proposições teóricas acerca de três categorias principais, a saber: trabalho, tempo e capital. O autor apresenta um entendimento distinto da tradição marxista e procura explicitar, por meio de uma leitura mais referendada pelos textos, a natureza efetiva do pensamento de Marx. Nos importa o rigor da análise empreendida pelo autor, uma vez que, no interior do marxismo são comuns as interpretações aleatórias e de pouca fundamentação com base nos textos. Ao mesmo tempo é importante também entender as respostas que ele deu aos autores que defendem o fim do trabalho ou de sua centralidade, em especial Habermas. Este capítulo pretende, então, uma apresentação das ideias de Postone por ele mesmo, em um esforço de realizar uma leitura imanente dele. Busca-se dialogar com o mesmo sem interpretá-lo, expondo suas ideias, em especial das três categorias. Pretende-se demonstrar nesse capítulo o desenvolvimento do argumento de Postone, estabelecendo qual a propositura do autor e como ele se apoia em Marx afim de sustentar sua posição.

2.1– O trabalho e sua crítica

Postone fundamenta suas proposições explicitamente em Marx, apresentando citações do autor em diversos momentos, o que nos permite analisar a fidelidade das elaborações de Postone em relação às de Marx. Postone então, apresenta os elementos primordiais da categoria trabalho bem como aponta sua relação com demais categorias.

O problema do trabalho está associado ao do valor. Como já mostrei, desde que se admita que a categoria de valor - e, portanto, as relações capitalistas de produção — é adequadamente entendida em termos de mercado e propriedade privada, o significado de trabalho parece estar claro. Essas relações, assim concebidas, são supostamente o meio pelo qual o trabalho e seus produtos são socialmente organizados e distribuídos; em outras palavras, elas são extrínsecas ao trabalho em si. Consequentemente, pode-se concluir que o trabalho no capitalismo é o trabalho tal como geralmente entendido; uma atividade social útil que envolve a transformação de materiais de forma determinada que é

condição indispensável de reprodução da sociedade humana. O trabalho é então entendido de maneira trans-histórica; o que varia historicamente é o modo de suas distribuição e administração sociais. Por conseguinte, o trabalho e, portanto, o processo de produção são “forças de produção” inseridas em diversos conjuntos de “relações de produção” que supostamente são extrínsecas ao trabalho e a produção. (POSTONE, 2014, p.148)

Postone inicia suas considerações relacionando diretamente valor e trabalho, dentro de uma forma específica determinada pela sociabilidade burguesa, ou seja, circunscrito às relações capitalistas de produção, em que o valor está fundado precisamente sobre os preceitos do mercado e da propriedade privada, como elementos que ordenam a sua forma de produção. O autor ainda faz uma distinção central, presente em Marx: o trabalho se apresenta em sua particularidade no real, e deste pode-se extrair os elementos comuns relativos ao trabalho em outras formações sociais. Também o valor, determinado por elementos próprios do modo de produção capitalista é elemento de uma forma específica de riqueza material. Se o trabalho gera valor, e este é elemento particular dessa sociabilidade, os elementos específicos do trabalho que permitem que se crie valor, tornam essa forma de trabalho particular, no entendimento de Postone, “Isso implica que o trabalho que constitui valor não pode ser entendido em termos válidos trans-historicamente para o trabalho em todas as formações sociais” (2014, p.148). A partir da apresentação dos elementos distintos do trabalho, revela sua tese central introdutoriamente. Ele pretende demonstrar como o sentido do trabalho, não é determinado tecnicamente, mas é forma objetiva de relações sociais reais, apontando um elemento central como mote de seu argumento:

Daí se torna claro que a crítica marxiana é uma crítica do trabalho no capitalismo, não apenas uma crítica da exploração do trabalho e do modo de distribuição, e que a contradição fundamental da totalidade capitalista deve ser vista como intrínseca ao reino da produção em si, e não apenas uma contradição entre as esferas de produção e distribuição. (POSTONE, 2014, p.148)

Essa proposição de Postone mostra ser de grande relevância por deslocar o ponto da crítica da exploração – lugar comum politicamente – por uma crítica intrínseca ao trabalho. Essa posição compreende perspectivas diferentes das tradicionais: uma superação do capitalismo em que o trabalho não seria elemento central da forma como o é no capital. O problema não se encontra na

distribuição, e na apropriação do trabalho alheio, somente, mas se encontra em grande medida já na produção e na forma como o trabalho se subordina ao valor. Isso leva a uma determinação das relações sociais também muito particular no capitalismo:

Uma característica do capitalismo é que suas relações sociais essenciais são sociais de uma maneira peculiar. Elas existem não como relações interpessoais abertas, mas como um conjunto quase independente de estruturas que se opõem aos indivíduos, uma esfera de necessidade impessoal “*coisa*” e “dependência *coisa*”. Conseqüentemente, a forma de dominação social característica do capitalismo não é abertamente social e pessoal: ‘Essas relações de dependência *coisa* [...] aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, ao passo que antes dependiam uns dos outros’. O capitalismo é um sistema de dominação abstrata e impessoal. Em relação a formas sociais anteriores, as pessoas parecem independentes; mas, na verdade, são sujeitas a um sistema de dominação social que não parece social, e sim “objetivo”. (POSTONE, 2014, p.149)

As relações sociais se apresentam impessoais, tornam os sujeitos distantes em si, tornando aparentemente um mundo de relações entre coisas, mas especificamente, entre coisas mercadorias, e como tal abstratas para um nível de entendimento mais direto. Marx, citado por Postone nessa passagem, aponta ainda que há uma mudança substantiva: anteriormente as relações de dependência social se davam de forma direta, se identificava objetivamente o outro sujeito da relação. Na forma social capitalista, isso não se torna possível, pelo caráter alienado que será elucidado mais à frente. Isso leva a uma noção geral de independência entre os sujeitos sociais, que se entendem estabelecendo não relações entre si, mas estabelecem suas relações sociais por meio de objetos, no ato da troca, como um contrato de trabalho por exemplo, que apaga a relação social intrínseca de produção por uma relação mediada juridicamente. Essa dependência que ocorre no capitalismo indica de fato uma dominação, das pessoas pela produção em que aqueles se encontram subsumidos por esta, sendo que a mediação dessa dominação encontra seu meio no trabalho: é pela subsunção ao trabalho social que os indivíduos trabalhadores se tornam subsumidos à produção capitalista. Como indica o autor: “Isso sugere que a dominação social no capitalismo não pode ser suficientemente entendida como dominação e controle dos muitos e de seu trabalho por poucos”. (2014, p.150). A exploração e apropriação particular do

trabalho social, para ele não é suficiente, apesar de ser um elemento, para explicar o controle sobre o trabalho. O trabalho funciona como esfera das relações sociais que media a dominação no modo de produção capitalista.

Assim, pensar na superação dessa sociabilidade e das suas formas de dominação passa necessariamente por alterar as condições para a liberdade do gênero humano como um todo, o que quer dizer que para além das formas de dominação expressas socialmente nas relações sociais que não são veladas, é fundamental lutar contra aqueles elementos velados também. Como aponta Postone, fazer essa análise de forma crítica, das formas de dominação abstratas, é crucial para “[...] reestabelecer a relação entre socialismo e liberdade, uma relação que se tornou problemática no marxismo tradicional”. (2014, p.151). Ele adverte sobre o sentido especificamente histórico, ou seja, o trabalho relacionado à produção de mercadorias, necessário para se criar o valor de uso e valor presente nesta se configura como forma particular de trabalho. Esse elemento indica que a mercadoria, realizada por um trabalho particular, também é forma particular do produto desse trabalho, que se generaliza “apenas” no capitalismo, segundo Marx. Essa mercadoria generalizada como forma que prepondera no capitalismo indica então para um trabalho que cria valor, mas também capital.

De acordo com Marx, a forma-mercadoria e, conseqüentemente, a lei de valor, só estão completamente desenvolvidas no capitalismo e são determinações fundamentais dessa formação social. Quando são consideradas válidas para outras sociedades, o resultado é que “a verdade da lei de apropriação da sociedade burguesa tem de ser transposta para uma época em que essa sociedade ainda não existia”. (POSTONE, 2014, p.157)

Por mais que a mercadoria e a lei do valor possam estar presentes nas sociedades anteriores ao capitalismo, é somente neste que elas se generalizam e assumem um lugar de determinação das relações sociais de produção. Gera-se somente anacronismos históricos quando se tenta vislumbrar essas formações sociais anteriores por meio das categoriais que não se encontravam maduras. A teoria do valor então, para Marx, apreende “a verdade da lei de apropriação” capitalista, estando circunscrita a esta sociabilidade. Assim sendo, Postone aponta que as categorias trabalhadas por Marx no início de O Capital devem ser entendidas de forma historicamente determinada, em que consegue

perceber aqueles elementos básicos que constituem essa sociabilidade, mas não outras formas sociais progressas. Tal incorreção teórica leva a entender como naturais categorias que no capitalismo aparecem e expressam a forma particular e não o elemento comum presente em formas sociais distintas. Por exemplo a especificidade do trabalho que é ocultada pelos vários fatores de produção e pelo salário, que em aparência remunera o trabalho e não a força de trabalho, levando a que se entenda o lucro não somente como resultado do trabalho. Outro exemplo bastante atual é a relação do capital a juros que numa relação aparente se autovaloriza, um valor que se autovaloriza, independente do trabalho e da esfera produtiva, discussão esta, presente no livro III d'O Capital.

Uma consequência do recurso de Marx a uma abordagem reflexiva e historicamente específica é, portanto, que a crítica de teorias que postulem trans-historicamente o que é historicamente determinado passa a ser central para a sua investigação. Uma vez que afirma ter descoberto o núcleo historicamente específico do sistema capitalista, Marx tem de explicar por que tal determinação histórica não é evidente. Como veremos, central para essa dimensão epistemológica da sua crítica é o argumento de que estruturas sociais específicas do capitalismo aparecem de forma “fetichizada” — ou seja, parecem “objetivas” e trans-históricas. Na medida em que Marx mostra que as estruturas historicamente específicas que analisa se apresentam de formas trans-históricas manifestas, é que essas formas manifestas servem como objeto de várias teorias — especialmente as de Hegel e Ricardo —, ele tem condições de explicar e criticar essas teorias em termos sociais e históricos, como formas de pensamento que expressam, mas não apreendem em sua totalidade, as formas sociais determinadas no coração do seu contexto (sociedade capitalista). O caráter historicamente específico da crítica social imanente de Marx implica que o que é “falso” e a forma de pensamento temporariamente válida que, por carecer de autorreflexão, é incapaz de perceber seu próprio terreno historicamente específico e, portanto, se considera “verdadeira”, ou seja, trans-historicamente válida. (POSTONE, 2014, p.162-163)

Postone afirma que para Marx é fundamental entender a dimensão histórica das categorias com as quais trabalha. É exatamente isso que o permite compreender os elementos tratados anteriormente da especificidade das categorias no capitalismo, ou seja, é possível separar aqueles elementos trans-históricos, que se repetem, daqueles particulares que ajudam a caracterizar e especificar o que se está analisando. Feito isso, entendido o conjunto de

elementos particulares dessa sociabilidade, Marx desvela os mesmos, demonstrando os motivos pelos quais essas características não se fazem aparentes, fazendo uma leitura imanente da própria realidade. O fetichismo ajuda a compreender porque muitas categorias são entendidas como trans-históricas, mesmo não sendo. Quando Marx apreende esse elemento consegue fazer a crítica das teorias, em especial Hegel e Ricardo, que tornaram gerais e naturais elementos próprios do modo de produção capitalista. Segundo Postone, a dialética histórica para Marx, em sua maturidade, não relaciona simplesmente sujeito, trabalho e natureza, se funda na contradição presente das próprias formas sociais do capitalismo. Esses elementos que apontamos, da crítica imanente da realidade e da dialética fundamentam a necessidade de uma “crítica social autorreflexiva”, em que não se parta da categorização dos elementos em um patamar trans-histórico ou transcendental. A capacidade de criticar a sociabilidade burguesa está presente em si mesma, nas suas contradições próprias, que devem ser reveladas e como tal compreender as possibilidades de sua superação e “negação histórica”.

Minha alegação de que a análise de Marx do caráter historicamente específico do trabalho no capitalismo está no coração da sua teoria crítica é central para a interpretação apresentada neste livro. Já mostrei que a crítica marxiana parte de um exame da mercadoria como forma social dualística e que ele baseia o dualismo da forma social estruturante fundamental da sociedade capitalista no duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias. Nesse ponto, deve-se analisar esse duplo caráter, especialmente a dimensão que Marx chama de “trabalho abstrato”. (POSTONE, 2014, p.169)

É a partir dos elementos apresentados até então que Postone irá sustentar a sua análise; indicando que o direcionamento de sua crítica se apoia sobre o trabalho abstrato apresentado por Marx. E nesse sentido faz uma afirmação de grande relevância:

A distinção feita por Marx entre o trabalho concreto e útil que produz valores de uso, e o trabalho humano abstrato, que constitui valor, não se refere a dois tipos diferentes, mas a dois aspectos do mesmo trabalho em uma sociedade determinada por mercadorias (POSTONE, 2014, p.169)

As formas do trabalho tratadas por Marx, e que apresentam sentidos e consequências tão distintas indicam na verdade faces diferentes da mesma categoria, da mesma relação social que é o trabalho. Esse elemento é

fundamental para qualquer entendimento enviesado de Marx, em que se hipostasia normalmente um ou outro elemento e é retirada a relevância da outra característica, pelo menos nessa sociabilidade. Entendido a relação de necessidade entre ambos no capitalismo, e que o trabalho abstrato se configura como forma particular dessa sociabilidade, seria impreciso imputar a Marx a centralidade do trabalho ou de qualquer categoria relacionada a este.

Podemos começar a entender as categorias marxianas de mercadoria, valor e trabalho abstrato abordando-as como categorias de uma forma determinada de interdependência social. [...]. Uma sociedade em que a mercadoria e a forma geral do produto e, portanto, valor e a forma geral de riqueza, caracteriza-se por uma forma única de interdependência social - as pessoas não consomem o que produzem, mas produzem e trocam mercadorias para adquirirem outras mercadorias. (POSTONE, 2014, p.174)

Postone explicita a necessidade de se entender as categorias em questão – mercadoria, valor e trabalho abstrato – dentro do que chama de “interdependência social”. Nesse sentido a sociabilidade da generalização da mercadoria e da expressão da riqueza por meio do valor, também é a sociabilidade particular que permite o trabalho abstrato, uma vez que este se encontra na base dos outros dois.

O trabalho é distribuído por relações sociais manifestadas nas sociedades não capitalistas. Entretanto, em uma sociedade caracterizada pela universalidade da forma-mercadoria, um indivíduo não adquire bens produzidos por outros por meio de relações sociais abertas. Em vez disso, o próprio trabalho - seja diretamente ou como expressado nos seus produtos - substitui essas relações, servindo como um meio “objetivo” pelo qual os produtos de outros são adquiridos. *O trabalho em si constitui uma mediação social em lugar de relações sociais abertas.* Ou seja, uma nova forma de interdependência passa a existir. Ninguém consome o que produz, mas o próprio trabalho, ou os produtos do trabalho, funcionam como o meio necessário de obtenção de produtos de outros. Ao servir como esse meio, o trabalho e seus produtos cumprem aquela função em lugar das relações sociais manifestas. Portanto, em vez de ser mediado por relações abertamente ou “reconhecivelmente” sociais, o trabalho determinado por mercadorias é mediado por um conjunto de estruturas que - como veremos — ele próprio constitui. O trabalho e seus produtos medeiam a si próprios no capitalismo, são socialmente auto mediantes. Essa forma de mediação social é única: na estrutura da abordagem de Marx, ela diferencia suficientemente a sociedade capitalista de todas as outras formas existentes de vida social, de maneira que, em

relação à anterior, essas últimas podem ser vistas como possuidoras de características comuns - podem ser consideradas “não capitalistas”, não importando o quanto difiram entre si. (POSTONE, 2014, p.175-176)

A produção não gera ao trabalhador o fruto de seu trabalho, como pontua Postone, mas este vende sua capacidade produtiva como uma mercadoria, para que compre outras mercadorias, inclusive aquelas que havia produzido. O trabalho funciona como a mediação entre a produção e o consumo para o próprio trabalhador, substituindo o que Postone chama de relações sociais abertas. Essa mediação do trabalho por si mesmo, como forma auto mediadora criaria uma “nova forma de interdependência”, uma relação social obscurecida pelo trabalho abstrato e alienado, em que a força de trabalho alçada ao patamar de mercadoria esconderia o sentido social relacional estabelecido por essa forma de produção. Para Postone, se o trabalho se torna uma mercadoria que passa a mediar esse processo, e a mercadoria é em si mesma mediada pelo trabalho abstrato, em última instância, essa relação social particular do trabalho (abstrato) no capitalismo se torna a forma que media o próprio trabalho social. E como Postone afirma: “Essa forma de mediação social é única: na estrutura da abordagem de Marx, ela diferencia suficientemente a sociedade capitalista de todas as outras formas existentes de vida social”, indicando que esses elementos dão ao trabalho seu sentido particular e específico, e não geral/trans-histórico/central. Esse elemento de particularização do trabalho e, por conseguinte, da sociabilidade burguesa é suficiente para diferenciá-lo das formações sociais anteriores ao capitalismo e não permite que se generalize essa forma social de produção em qualquer modo de produção.

Postone ainda afirma que no capitalismo não é conferido ao trabalho o sentido social pelas relações sociais abertas - aquelas em que não há o elemento da alienação -, mas que o trabalho alienado, que o media, substitui esse sistema de relações sociais abertas. “Esse momento reflexivo determina a natureza específica do caráter social automediado do trabalho, bem como das relações sociais estruturadas por essa mediação social”. (2014, p.177). E acrescenta:

Em outras palavras, o trabalho fundamenta o seu próprio caráter social no capitalismo em virtude da sua função historicamente específica como uma atividade mediadora. Nesse sentido, *o trabalho no capitalismo se torna seu próprio terreno social.* (POSTONE, 2014, p.177)

O que torna o trabalho especialmente particular, cumprindo seu sentido histórico nessa sociabilidade é exatamente ser o fundamento de seu próprio caráter social, substituir as relações sociais abertas por relações alienadas capazes de o transformar no regulador das relações de uma maneira geral. Assim, para Postone, o trabalho se torna geral no capitalismo por sua forma social particular capaz de mediar as relações sociais, sendo abstraído da forma particular concreta. Postone, realiza uma comparação com o trabalho concreto para elucidar o caráter geral da forma abstrata:

O trabalho de todos os produtores de mercadorias, tomado em conjunto, é uma coleção de vários trabalhos concretos; cada um é uma parte particular de um todo. Da mesma forma, seus produtos parecem “uma enorme coleção de mercadorias” sob a forma de valores de uso. Ao mesmo tempo, todos os seus trabalhos constituem mediações sociais; mas, uma vez que cada trabalho individual funciona da *mesma* forma socialmente mediadora de todos os outros, seus trabalhos abstratos tomados em conjunto *não* constituem uma imensa coleção de vários trabalhos abstratos, mas uma mediação social *geral* - em outras palavras, trabalho abstrato socialmente total. Assim, seus produtos constituem uma *mediação socialmente total-valor*. (POSTONE, 2014, p.178)

Ao mesmo tempo em que o conjunto do trabalho concreto aparece como uma coleção de mercadorias, esse conjunto de trabalhos são também mediações sociais. Mas sua forma abstrata, não representa somente um conjunto de mediações sociais particulares, mas formam uma mediação social geral, como mediação social única posta pela igualação do tempo socialmente necessário.

No capitalismo, as relações sociais abertas não se apresentam diretamente, mas um novo conjunto de relações se formam em um “nível subjacente de inter-relação” que não é suficientemente explicável pelas relações pessoais ou de classes. Por mais que Marx revele o sentido da exploração e da dominação de classes presente no capitalismo, estes elementos não devem ser analisados somente pela via da desigualdade e do poder, mas devem ser entendidos como determinações oriundas desse nível subjacente, como expressão historicamente específica, na verdade se configura como uma forma objetiva de dominação. O tecido social moldado no capitalismo, tem, para Marx, como elemento peculiar sua constituição pelo trabalho, uma forma particular de trabalho que particulariza essa forma social. Assim, as relações sociais

particulares dessa sociabilidade só são realizáveis pela mediação da forma particular de trabalho: como trabalho concreto realiza a mercadoria, necessariamente; da mesma forma que em seu caráter abstrato se realiza nas relações sociais mediadas.

De acordo com Marx, um marco da sociedade moderna ou capitalista é que, dado que as relações sociais que essencialmente caracterizam tal sociedade são constituídas pelo trabalho, elas só existem em forma objetivada. Elas têm caráter objetivo e formal peculiar, não são abertamente sociais e se caracterizam pela dualidade antinômica do concreto e do abstrato, do particular e do homogeneamente geral. As relações sociais constituídas pelo trabalho determinado por mercadorias não prendem as pessoas umas às outras de maneira abertamente social; pelo contrário, o trabalho constitui uma esfera de relações sociais objetivadas que tem caráter aparentemente não social e objetivo e, como veremos, é separado do, e oposto ao agregado social de indivíduos e suas relações imediatas. (POSTONE, 2014, p.180)

O fato de o trabalho - em sua configuração particular - no capitalismo mediar as relações sociais como um todo, uma vez que se generaliza, leva a objetivação destas relações; aparecem como uma dualidade do concreto e do abstrato, de relações que são veladas por trás de uma mediação aparentemente direta entre a capacidade de trabalho e seu resultado final, ou seja, que, apesar de alienado – como forma contraditória – não é possível de se realizar sem os sujeitos que exclui. Então, se tornam conexões entre mercadorias, aparentemente não sociais e objetivas, levando ao extremo: opondo-se aqueles que a essas relações realizam. Essa forma trabalho não só esconde a realidade da relação entre sujeitos, mas estabelece sua objetivação por meio do valor. Esse não se torna somente o objetivo a ser realizado na mercadoria, mas o fim mesmo da produção. As mercadorias são distribuídas de forma aparente como autodistribuição da riqueza. Na realidade, as mercadorias se equalizam pelo valor, e se distribuem por meio deste também. O valor é então, uma mediação: forma histórica de riqueza, e “forma de uma relação social objetivada automediadora”.

Assim, a mercadoria, que Marx analisou como valor de uso e valor, é a objetivação material do duplo caráter do trabalho no capitalismo — como trabalho concreto é atividade socialmente mediadora. Ela é o princípio estruturante fundamental do capitalismo, a forma objetivada das relações das pessoas com a natureza, bem como delas entre si. A mercadoria é ao mesmo tempo um produto e uma mediação social. Não é um valor de uso que *tem* valor, mas, como objetivação materializada do

trabalho concreto e do trabalho abstrato, ela é um valor de uso que é *um* valor e, portanto, tem valor de troca. (POSTONE, 2014, p.181)

A mercadoria objetiva os dois aspectos do trabalho, mas não só, é o resultado real das duas ao mesmo tempo. Segundo Postone para Marx, a mercadoria estabelece as relações entre as pessoas e destas com a natureza nessa forma social, ao mesmo tempo que se configura como produto do trabalho, assume o lugar de mediação social, sendo o resultado do trabalho concreto realizado por meio de relações sociais estabelecidas pela forma abstrata de trabalho, ou seja, não é a soma de dois elementos, mas síntese de ambos. Nas palavras dele, “é um valor de uso que é *um* valor”. “Como objeto, a mercadoria *tem* uma forma material, como mediação social, ela é uma forma social”. Retira-se dessa compreensão essa síntese: a mercadoria é, ao mesmo tempo, forma material do trabalho, e forma objetiva de uma mediação estabelecida pela forma particular de trabalho no capitalismo. O trabalho que cria essa mercadoria, como unidade de um caráter duplo do trabalho, é historicamente específico, não apresenta uma “*causa sui*” metafísica, ou transcendente. O capitalismo não se caracteriza como coleção de trabalhos particularidades, mas uma totalidade formada por uma “substância geral e homogênea” representada pelo trabalho.

Resumindo: na obra de maturidade de Marx, a noção de que trabalho está no âmago da vida social não se refere simplesmente ao fato de a produção material ser sempre uma condição de vida social. Também não sugere que a produção é a esfera determinante historicamente específica da civilização capitalista - se produção é entendida apenas como a produção de bens. Em geral, a esfera da produção no capitalismo não deve ser entendida apenas em termos das interações materiais dos seres humanos com a natureza. Apesar de ser obviamente verdade que a interação “metabólica” com a natureza afetada pelo trabalho é uma condição da existência de qualquer sociedade, o que determina uma sociedade é também a natureza das suas relações sociais. O capitalismo, de acordo com Marx, se caracteriza pelo fato de suas relações sociais fundamentais serem constituídas pelo trabalho. O trabalho no capitalismo se objetiva não somente nos produtos materiais — o que ocorre em todas as formações sociais - mas também nas relações sociais objetivadas. Em virtude do seu duplo caráter, ele constitui como totalidade uma esfera social objetiva e quase natural que não pode ser reduzida a soma das relações sociais diretas e, como veremos, se coloca em oposição ao agregado de indivíduos e grupos como um Outro abstrato. Em outras palavras, o duplo caráter do trabalho determinado por mercadorias é tal que a esfera do trabalho no capitalismo medeia relações que, em outras formações, existem como uma esfera de interação social aberta. Assim, ela constitui uma esfera social

quase objetiva. Seu duplo caráter significa que o trabalho no capitalismo tem um caráter socialmente sintético que o trabalho em outras formações não possui. O trabalho como tal *não* constitui uma sociedade *per se*, mas o trabalho no capitalismo constitui de fato essa sociedade. (POSTONE, 2014, p.184)

Quer nos parecer nesse momento que Postone entende o trabalho em uma posição de destaque, talvez até central no capitalismo. Não em toda sociabilidade, mas especificamente nesta. Coloca a posição do trabalho inclusive distinta da produção, sendo que ele estaria em um patamar de destaque, no âmago do capitalismo. Faz, porém, uma diferenciação essencial: por mais que a produção não seja entendida estritamente como relação homem-natureza, essa característica perpassa o trabalho em quaisquer formações sociais.

Para Postone, o fato de o trabalho no capitalismo não se objetivar somente materialmente nas mercadorias, mas também constituir as relações sociais, indicaria que este assume um lugar de determinação especial nessa sociabilidade. Por seu duplo caráter, o trabalho assumiria a condição de mediador de relações sociais, que em outras formações sociais se dão abertamente, e que nesta forma particular é sobredeterminada por seu caráter alienado. E que “O trabalho como tal *não* constitui uma sociedade *per se*, mas o trabalho no capitalismo constitui de fato essa sociedade”, ou seja, não é uma sociedade do trabalho, mas dominada por ele em sua mediação.

Partindo da categoria da mercadoria e da determinação inicial do trabalho como mediação social, Marx desenvolve as categorias do dinheiro e do capital. Nesse processo, ele mostra que a forma mediada pelo trabalho das relações sociais características do capitalismo não constitui simplesmente uma matriz social em que os indivíduos se localizam e se relacionam uns com os outros; pelo contrário, a mediação, inicialmente analisada como um meio (de adquirir produtos de outros), adquire vida própria, independente, por assim dizer, dos indivíduos que media. Ela se desenvolve em um tipo de sistema objetivo acima dos indivíduos e contra eles, e cada vez mais determina os objetivos e meios da atividade humana. (POSTONE, 2014, p.185)

Postone indica que em Marx haveria uma compreensão determinativa do dinheiro e do capital tendo por base as categorias inicialmente trabalhadas pelo autor n’O Capital, a da mercadoria e do trabalho como mediação social. A forma social produzida pelo caráter social do trabalho no capital constitui leis objetivas que agem independentemente da consciência dos homens. São leis objetivas, efetivas, que orientam a dinâmica das relações sociais. Aponta que esse trabalho

particular, não assume somente o lugar de matriz das relações sociais mediadas no capitalismo, mas que essa mediação ganha autonomia frente aos sujeitos por ela mediados, numa objetivação que se coloca acima dos sujeitos. Em determinado momento, essa independência possibilita que o trabalho mediador se vire contra os indivíduos e determine “os objetivos e meios da atividade humana”.

Postone destaca que na análise marxiana não há uma ontologia que afirme a existência desse sistema social, mas uma teoria que busca compreender os elementos que fundamentem qualitativamente essa forma social capitalista. As relações sociais no capitalismo se “objetivam” e formam um “sistema”, por serem “constituídas pelo trabalho como uma atividade socialmente mediadora e historicamente específica”. A ação social então, expressa essas estruturas mediadas pelo trabalho, criando as formas específicas da experiência imediata.

A teoria crítica de Marx, em outras palavras, leva a uma análise complexa da constituição recíproca do sistema e da ação na sociedade capitalista que não postula a existência trans-histórica dessa mesma oposição - entre sistema e ação mas fundamenta-a e a cada um dos seus termos nas formas determinadas da vida social moderna. (POSTONE, 2014, p.186)

Postone aqui responde a Habermas, que separa as esferas da produção e da interação, demonstrando que em Marx essa separação não se faz presente, mas que busca demonstrar na realidade prática os termos da existência concreta das formas da vida social moderna, e não “postula a existência trans-histórica dessa mesma oposição”. Há na verdade, para Marx, uma unidade entre as esferas que Habermas separa, sendo que nessa forma social capitalista ocorre, o que Postone irá chamar de compulsão, como forma de dominação social de caráter objetivo e historicamente determinado também. Esta compulsão leva os indivíduos a produzirem e trocarem mercadorias para que possam sobreviver, ou seja, não escolhem livremente se desejam participar da forma capitalista de produção, mas de fato não tem escolhas. Mas esta relação de obrigatoriedade não é posta diretamente, numa relação entre explorador e explorado, como na servidão e no escravismo, mas por meio de estruturas sociais materiais e sensível-suprassensíveis, que impessoaliza essa relação. Assim sendo, em aparência, as relações sociais passam a não ser mais entre pessoas ou classes, mas determinadas por estruturas sociais difusas, uma forma social que se opõe

aos indivíduos particulares e contra a qual eles podem se contrapor sob circunstâncias determinadas, ou seja, são relações entre sujeitos e classes, mas que se encontram implicadas por uma determinação de fundo dessa forma social. O “Outro” (sociedade), aparenta ser independente, abstrato e universal, impondo a compulsão aos indivíduos, como uma estrutura alienada, sendo este sentido de alienação constituído exatamente pelo viés dúplice que o trabalho assume.

Se se parte de uma noção trans-histórica de “trabalho”, a diferença entre objetivação e alienação deve necessariamente basear-se em fatores extrínsecos a atividade objetivadora — por exemplo, nas relações de propriedade, ou seja, no caso de os produtores imediatos serem capazes de dispor do próprio trabalho e de seus produtos ou de a classe capitalista apropriá-los. Essa noção de trabalho alienado não apreende adequadamente o tipo de necessidade abstrata socialmente constituída que comecei a analisar. Mas nos textos da maturidade de Marx a alienação está enraizada no duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria e, como tal, é intrínseca ao caráter desse trabalho mesmo. Sua função como atividade socialmente mediadora é exteriorizada como uma esfera social independente abstrata que exerce uma forma de compulsão impessoal sobre as pessoas que a constituem. O trabalho no capitalismo dá origem a uma estrutura que o domina. Essa forma de dominação reflexiva autogerada é alienação. (POSTONE, 2014, p.186-187)

Um dos problemas da derivação pelo trabalho, entendido trans-historicamente, apontado por Postone, é que este deve buscar fora da atividade de objetivação aquilo que o caracteriza como tal ou como alienação. Isso indica o não entendimento de Marx no que diz respeito à sua compreensão da alienação como resultado do sentido dual do trabalho, suas características concreta e abstrata combinadas. O sentido de mediação social do trabalho se expressa objetivamente na propensão posta pelo trabalho, para aqueles que dele necessitam para sobreviver. E sintetiza dizendo que, a alienação assume o lugar de expressar a forma social de dominação mediada das relações sociais pelo trabalho, e como resultado do processo acaba por tornar-se elemento que reinicia esse mesmo processo como “dominação reflexiva autogerada”. Complementa dizendo que: “[...] objetivação é de fato alienação — se o que o trabalho objetiva são as relações sociais. Mas essa identidade é historicamente determinada: é função da natureza específica do trabalho no capitalismo”. (2014, p.187). Assim, o sentido da objetivação do trabalho como mediador das relações sociais no capitalismo é de fato o conjunto de relações sociais alienadas, mas

não como determinação ontológica geral, e sim como forma histórica particular. E acrescenta: “Portanto, existe a possibilidade de que ele possa ser suplantado”. Postone, em seu entendimento de Marx, afirma que são superáveis, abrindo espaço para se vislumbrar uma perspectiva de superação.

Postone diferencia também a exploração do trabalho da alienação. A opressão do trabalhador pelo burguês ocorre, mas não há uma igualdade entre essas categorias. No capitalismo, a exploração é mediada pela alienação - a forma particular histórica de trabalho que a determina - permitindo a coexistência entre as formas de dominação e exploração. Logo, o que determina a dominação abstrata e a exploração não é a expropriação do trabalhador, mas as formas pelas quais as relações sociais mediatizadas ocorrem. Mas essas relações sociais são naturalizadas. A compulsão social exercida pelo trabalho, então, aparece de forma natural, objetiva, impessoal, levando a crer que esse aspecto particular do capitalismo se encontra presente em outras formas sociais. Postone ainda aponta um elemento crucial para a percepção da compulsão: “Essa estrutura faz com que as necessidades próprias, e não a ameaça de força ou qualquer outra sanção social, pareçam ser a fonte dessa necessidade”. (2014, p.188)

Essa naturalização da dominação abstrata é reforçada pela superposição de dois tipos muito diferentes de necessidade associados ao trabalho social. O trabalho de alguma forma é uma pré-condição necessária - uma necessidade social “natural” - da existência social humana como tal. Essa necessidade pode ocultar a especificidade do trabalho produtor de mercadorias - que, apesar de não se consumir o que se produz, o trabalho é ainda assim o meio social necessário para obtenção de produtos a serem consumidos. Esta última necessidade é uma necessidade social historicamente determinada. (A distinção entre essas duas formas de necessidade, como se tornará claro mais adiante, é importante para compreender a concepção de Marx da liberdade na sociedade pós-capitalista.) Dado que o papel mediador social específico desempenhado pelo trabalho produtor de mercadorias é velado, e esse trabalho aparece como trabalho *per se*, esses dois tipos de necessidades se combinam na forma de uma aparente necessidade trans-histórica: é preciso trabalhar para sobreviver. Portanto, uma forma de necessidade social específica do capitalismo aparece como a “ordem natural das coisas”. (POSTONE, 2014, p.188)

A naturalização dessa forma particular de relação com o trabalho ocorre pela supressão aparente de determinadas mediações que cumprem um papel importante no entendimento dessa forma particular. Como Postone apresenta, o

trabalho é a mediação inicial básica que permite a sobrevivência humana, ideia relacionada com sua primazia, o que Marx caracteriza como a relação homem-natureza. A necessidade de sobrevivência, no capitalismo, se mescla com outro elemento, esse particular dessa sociabilidade, que é a utilização da força de trabalho como mercadoria, para com o salário se alcançar a satisfação de outras necessidades. Uma vez que o sentido de mercadoria do trabalho aparece velado por seu caráter alienado, resultante da forma histórica do trabalho abstrato, essa característica específica some e dá lugar a uma noção unilateral do trabalho, que, nas palavras de Postone: “se combinam na forma de uma aparente necessidade trans-histórica: é preciso trabalhar para sobreviver”. A não percepção do caráter alienado do trabalho leva a um entendimento parcial de que ele expressa um sentido de sobrevivência, que, na ordem capitalista, se realiza por meio do trabalho assalariado, hipostasiado como natural.

Marx, ao elucidar e fundamentar os aspectos centrais da sociedade capitalista nesse processo, avalia os resultados como bilaterais, e não como inequivocamente negativos. As estruturas de dominação abstrata constituídas por formas determinadas de prática social produzem um processo social que está além do controle humano; ainda assim elas também produzem, na análise de Marx, a possibilidade histórica de que pessoas possam controlar o que constituíram socialmente de forma alienada. (POSTONE, 2014, p.189)

Segundo Postone, Marx consegue capturar a dialética das formas reais: por mais que o trabalho alienado lance sobre o indivíduo um domínio objetivado de relações sociais mediadas por sua forma particular, nesse mesmo ínterim há a possibilidade de que os homens façam sua própria história, ou seja, se tornem senhores de si mesmo e não mais escravos de uma relação mediadora. Postone considera que o autor alemão não opõe universal e particular nem ignora suas relevâncias, mas, analisa de forma crítica e busca entender os constituintes sociais que caracterizam a “universalidade e igualdade modernas”. O particular não se caracteriza como forma transcendente, mas por aquilo que é historicamente constituído, determinado particularmente, como a mercadoria na sociabilidade mediada por ela. Não há uma universalidade posta, transcendente, mas resultado de uma formação historicamente particular.

A forma de dominação relacionada a essa forma abstrata não é apenas uma relação de classe ocultada por uma fachada universalista. Pelo contrário, a dominação que Marx analisa é a de uma forma específica, historicamente constituída de universalismo que ele tenta compreender com suas categorias

de valor e capital. A estrutura social que ele analisa também se caracteriza pela oposição historicamente constituída entre a esfera social abstrata e os indivíduos. Na sociedade determinada por mercadoria, o indivíduo moderno é historicamente constituído - uma pessoa independente de relações pessoais de dominação, obrigação e dependência que não está mais abertamente inserida em uma posição social fixa quase natural e assim, em certo sentido, é autodeterminada. Ainda, esse indivíduo “livre” tem de enfrentar um universo social de restrições objetivas e abstratas que funcionam de maneira semelhante a legal. Nos termos de Marx, de um contexto pré-capitalista marcado por relações de dependência pessoal emergiu um novo contexto caracterizado por liberdade pessoal individual em uma estrutura social de “dependência *coisa*”.

(POSTONE, 2014, p.191)

Postone capta um sentido interessante expresso por Marx. Muito mais do que esconder uma universalidade que expressa dominação de classe, a alienação, revela o sentido específico da forma histórica do capitalismo, funcionando muito melhor como caracterizador dessa formação social do que elemento indistinto. Essa forma não só esconde seu verdadeiro elemento ordenador, mas também opõe a si (esfera social abstrata), aos indivíduos. Mas este mesmo indivíduo é justamente determinado por essa forma objetiva concreta da abstração do trabalho com a qual se digladiava, sujeito aparentemente autodeterminante que não consegue perceber suas formas de dominação e controle. Postone indica então o elemento de caracterização histórica dessa forma social percebido por Marx: “de um contexto pré-capitalista marcado por relações de dependência pessoal emergiu um novo contexto caracterizado por liberdade pessoal individual em uma estrutura social de ‘dependência *coisa*’”.

A oposição moderna entre o indivíduo livre e autodeterminado e uma esfera extrínseca de necessidade objetiva é, de acordo com sua análise, uma oposição “real” historicamente constituída com a ascensão e difusão da forma de relações sociais determinadas por mercadoria e se relaciona à oposição geral constituída entre o mundo de sujeitos e um mundo de objetos. Ela não é, porém, somente uma oposição entre indivíduos e seu contexto social alienado: também pode ser vista como a que existe dentro dos próprios indivíduos, ou melhor, como a que existe entre determinações diferentes de indivíduos na sociedade moderna. Esses indivíduos são não somente “sujeitos” autodeterminados agindo com base na vontade; são também submetidos a um sistema de compulsões e restrições objetivas que operam independentemente da sua vontade - e, nesse sentido, são também “objetos”. Como a mercadoria, o indivíduo constituído na sociedade capitalista tem um duplo caráter. (POSTONE, 2014, p.191)

Uma formação social determinada de forma mediatizada pelo trabalho abstrato que autonomiza os sujeitos em aparência, ao mesmo tempo em que o domina e subordina a sua forma social particular, fazendo-os crer que são mais livres do que a forma anterior. A simples mudança da forma direta de dominação foi capaz de ocultá-la, de retirar de vistas uma organização que obriga a sobrevivência hegemonicamente por uma forma particular, que não aparente ser relação entre homens, mas entre coisas, transformando esses próprios sujeitos alienados em coisas. A oposição entre objetificação e individuação se configura como real, na medida em que expressa a oposição entre mundo de sujeitos e mundo dos objetos, viabilizada pela forma histórica capitalista que determina as relações sociais pela mediação das mercadorias. A oposição, no entanto, não ocorre somente entre indivíduos e forma social, mas internamente aos sujeitos que possuem restrições e compulsões objetivas que os dominam de maneira oposta a suas vontades, revelando que este sujeito apresenta um caráter dúplice.

Para Postone, na crítica de Marx à universalidade e a análise marxiana do processo de produção evita transformar a forma produtiva atual em continuidade para qualquer forma societária futura. Também, não seria a negação do potencial produtivo desenvolvido nessa sociabilidade que levaria à outra forma social. Para Marx, ambos, forma e objetivo da produção seriam necessariamente reestruturados, uma nova forma social socialista deveria não só distribuir melhor a riqueza, mas alterar os desígnios da produção. Nas palavras de Postone:

Na análise da universalidade e do processo de produção, a crítica marxiana evita hipostasiar a forma existente e postulá-la como o *sine qua non* de uma futura sociedade livre, evitando também a noção de que o que foi constituído no capitalismo será completamente abolido no socialismo. (POSTONE, 2014, p.192)

Dessa forma, Postone deixa claro que em seu entendimento, Marx nunca se limitou a tecer considerações gerais à determinação das características universais do trabalho, mas as analisou em suas formas concretas, históricas de realização, sendo que a sociabilidade que virá a superar o capitalismo deve partir diretamente da capacidade produtiva atualmente desenvolvida, e não um retorno a formas anteriores. Dessa forma, a superação da forma alienada de produzir seria substituída por uma nova sociedade que se ergue sobre as capacidades humanas desenvolvidas no capitalismo, diferindo assim Marx tanto da crítica

racional abstrata quanto da romântica. Finalizada a análise mais fundamental de Postone sobre o trabalho, elencando os elementos mais importantes do trabalho, bem como a questão do trabalho alienado, prossegue-se para o trato da categoria capital para o autor, segunda categoria relevante para nossa análise.

2.2 – A abordagem da categoria capital em Postone

É a partir da análise de Postone sobre o trabalho, a forma como fundamenta seu entendimento da categoria em Marx e as respostas que dá ao debate com Habermas, que se elucidará a compreensão do autor sobre o capital, categoria das mais importantes como ele indica em vários momentos, e que, por sua proposição será reconstruída em seu entendimento imanente de Marx.

Logo de início Postone já indica seu entendimento sobre o capital como: “[...] uma mediação social automovente, que torna a sociedade moderna intrinsecamente dinâmica e molda a forma do processo de produção”. (2014, p.301). Marx diferencia a circulação no capitalismo da simples troca de mercadorias, sendo que a primeira transpõe barreiras (temporais, espaciais e pessoais) que a permite desenvolver conexões sociais entre sujeitos humanos, sem que seja aparente, uma naturalização de relações de troca entre estruturas objetivadas. Isso ocorre exatamente por meio da forma-mercadoria capaz de realizar a mediação social histórica alienada que cria essa dependência objetiva generalizada. A forma-mercadoria, não cria a alienação, mas é meio para a expressão dessa forma criada pelo trabalho alienado. Como Postone indica, o dinheiro, funciona no capitalismo como aparência da mensurabilidade da mercadoria, expressando o trabalho como “atividade socialmente mediadora”. Dessa forma, aparentemente as relações sociais no capitalismo em nada se relacionam com a mercadoria como mediação social, sendo mesmo relacionadas a formas livres autodeterminadas pelos indivíduos ou constituídas como nas formações sociais pregressas ao capitalismo.

No desenvolvimento da sua investigação, contudo, Marx observa que a natureza da circulação de mercadorias é tal que a transformação da forma, de início determinada logicamente como um meio social, uma maneira de mediar a transformação da matéria, torna-se um fim em si. Ele fundamenta essa inversão dialética em uma necessidade social de acumular dinheiro, que advém das relações do próprio processo de circulação, do fato

de que, quando a circulação de mercadorias se torna generalizada, nem toda compra pode ser efetuada por uma venda simultânea. Em vez disso, é preciso possuir um estoque de dinheiro para adquirir os meios de consumo e pagar dívidas. Embora, em termos da lógica subjacente ao sistema, vende-se para comprar, a compra e a venda se separam e a dimensão exteriorizada do valor da mercadoria — dinheiro — torna-se um objetivo autossuficiente da venda. Com a expansão da circulação, tudo passa a ser conversível em dinheiro, que se torna um nivelador social radical. (POSTONE, 2014, p.305)

Para Postone, a primeira demonstração feita por Marx captura a lógica da própria coisa, determina a partir de suas formações reais, caracterizando de maneira precisa a forma da reprodução capitalista. Posteriormente, pelo processo analítico, é capaz de transformar esse movimento do mundo real em categorias ideais, que permitem descrever esse movimento real anteriormente observado. Postone, entende que esse entendimento dialético de Marx é fundamentado pela necessidade da acumulação de capitais, que funcionariam para iniciar o processo produtivo e pagar dívidas. Segundo Postone, o sistema de compra e venda apresentaria uma lógica subjacente em que o dinheiro se tornaria o “objetivo autossuficiente da venda”. Quando a circulação se generaliza, com a generalização dessa forma produtiva, há uma ampliação da conversibilidade para o dinheiro, e dessa forma, este se torna um “nivelador social radical”. A partir disso, para Postone, Marx começa a analisar a categoria capital, que, dada a necessidade da acumulação de dinheiro como um fim, aponta no autor alemão que acumular não se configuraria como forma logicamente adequada para o valor. Mas a contradição entre infinidade do dinheiro representante universal de riqueza com a limitação quantitativa da capacidade real de acumulá-lo. O capital funcionaria como meio real possível para o acúmulo ilimitado, implicado pela forma de valor, que permite que esse acúmulo ocorra pela continuidade do processo produtivo incessante com o intuito da geração de mais-valor. O capital permitiria a transformação da mercadoria em fim objetivo desse processo, sendo a transformação da matéria meio para a realização da mercadoria, ou seja, a produção, mediada pelo trabalho objetiva a realização do valor na mercadoria:

A produção, como um processo social de transformação da matéria que medeia os seres humanos e a natureza, passa a ser classificada sob a forma social constituída pela função de mediação social do trabalho no capitalismo. (POSTONE, 2014, p. 306)

Na fórmula D-M-D', Marx apresenta como resultado da relação de produção o acréscimo de valor, para além de compreender o dinheiro como representação universal da riqueza, ele demonstra o papel do dinheiro como elemento produtor de mais dinheiro, ou seja, prepara o terreno para elucidar a categoria capital. Postone então, argumenta que a análise marxiana do capital, leva ao entendimento dessa sociabilidade como um processo dinamicamente próprio das relações sociais que são objetivadas como valor excedente. Postone indica que a fórmula que expressa a geração do mais-valor, indica o recorte de um processo contínuo e crescente de geração de valor, uma vez que aquele valor acrescido resultado do processo de valorização retorna ao processo ampliando-o. E: “[...] esse movimento direcional, entretanto, é quantitativo e não tem um tólos externo”. (2014, p.307). Ou seja, há uma direcionalidade em termos de crescimento constante do valor criado, que se apresenta quantitativamente, mas que não revela uma compulsão ou ordem exterior ao processo. Nesse sentido, apresenta de forma clara a diferença de objetivos entre produção e circulação:

Considerando que é possível dizer que a circulação de mercadorias tem um objetivo final, externo ao processo — ou seja, o consumo, a satisfação de necessidades -, a força motivadora do circuito D-M-D', seu propósito determinante, de acordo com Marx, é o valor em si, uma forma abstrata geral de riqueza em função da qual todas as formas de riqueza material podem ser quantificadas. (POSTONE, 2014, p.307)

Assim, a produção busca a realização do valor e sua ampliação, em um processo direcional e crescente, na medida que a circulação busca atender a realização de necessidades dos seres humanos. O trato da categoria capital por Marx, para Postone, revela o valor como meio para um objetivo que na verdade não seria um fim, mas um meio: “Com a introdução da categoria capital, o valor é revelado como um meio para um objetivo que é, em si, um meio e não um fim”. (2014, p.308). O capital expressaria o movimento do valor expansivamente, de forma dinâmica. Assim sendo, impõe sobre as pessoas o que chama de “compulsão e refreamento abstratos”, ou seja, a alienação determina essa forma de dominação particular. Nas definições de Postone, Marx trataria o capital da seguinte forma:

Sua determinação inicial de capital, assim, é como valor que se autovaloriza, como a substância automovente que é sujeito. Ele descreve essa forma social subjetiva-objetiva automovente

como um processo contínuo e incessante de autoexpansão do valor. (POSTONE, 2014, p.308)

Diferentemente do dinheiro, como vimos anteriormente, o capital é ilimitado e infinito, aparecendo como uma forma pura da autovalorização do valor. Postone indica então, um sentido central ao capital:

Ao lidar com a categoria capital, lida-se com uma categoria central de uma sociedade que passa a ser caracterizada por um movimento direcional constante sem tólos externo determinado, uma sociedade impulsionada pela produção pela produção, por um processo que existe pelo processo. (POSTONE, 2014, p.308)

Postone busca ressaltar o papel que valor e capital cumprem nessa sociabilidade, na construção de um “movimento direcional constante”, a produção que busca a criação de valor e capital. Nesse sentido ressalta essas categorias de forma a demonstrar seu peso frente à exclusão que os autores do fim do trabalho realizam em relação a elas. As formas de objetividade social advindas do trabalho levam a uma dominação mais efetiva do que a forma política sugerida por Habermas por exemplo.

[...] essa forma alienada constitui uma lógica imanente da história, dá origem a uma estrutura particular do trabalho e transforma continuamente a vida social, enquanto reconstitui seu caráter capitalista subjacente. Sua investigação crítica da produção no capitalismo analisa como trabalhos individuais se tornam cada vez mais componentes celulares de um sistema alienado grande, complexo e dinâmico, que engloba pessoas e máquinas e é direcionado pelo objetivo da produção pela produção. Em suma, a forma capital das relações sociais, na análise de Marx, é cega, processual e semiorgânica. (POSTONE, 2014, p.308-9)

A forma específica alienada representada pelo capital “constitui uma lógica imanente da história” (dentro da sociabilidade capitalista). Postone entende que a necessidade para que essa sociabilidade se realize se encontra na obrigatoriedade da troca de mercadorias para realização das necessidades de consumo, bem como que os trabalhadores não possuam os meios de produção necessários para que realizem os produtos dos quais necessitam, sendo obrigados à venda de sua força de trabalho como mercadoria. Postone ressalta que Marx expressa a historicidade de suas categorias ao entender que somente no capitalismo a força de trabalho se torna mercadoria de forma generalizada sendo que o trabalho passa a ser assalariado, muito embora a circulação de mercadorias e o dinheiro já existissem anteriormente. Com essa

forma particular, a forma-mercadoria haveria de se tornar universal e o dinheiro o verdadeiro equivalente também universal.

Postone aponta que, em Marx, o desdobramento categorial lógico não ocorre enquanto progressão histórica necessária, ou seja, mercadoria, dinheiro e capital, não são um encadeamento obrigatório, mas a forma do desdobramento lógico exposto por Marx n'O Capital. Com as categorias mais-valor e força de trabalho, Marx “desce” da superfície da circulação, por onde começara sua exposição, para o “terreno oculto da produção”. Postone entende que para Marx, a relação estabelecida entre trabalhadores e capitalistas ocorre tanto na esfera produtiva quanto da circulação, indicando que um momento determinante que expressa essa relação na circulação ocorre por meio de uma igualdade formal em que todos aparecem como proprietários de mercadorias. A força de trabalho é ofertada pelo trabalhador como sua mercadoria particular, sendo que o valor dessa mercadoria varia historicamente, determinada objetivamente, e nisso pode apresentar elementos culturalmente determinados a depender dos hábitos e condições de barganha da classe trabalhadora. A forma-mercadoria, como explica Postone, só pode ser realizada socialmente pelos trabalhadores de forma coletiva, só se inserindo como sujeitos da sociabilidade burguesa de forma coletiva. A ação coletiva da classe trabalhadora, de venda de sua força de trabalho, na verdade realiza a sua condição de mercadoria, sendo então, necessária. A necessidade da ação coletiva é responsável, pois, pelo desenvolvimento das formas coletivas internamente ao capitalismo, que, segundo Postone, não implicam nas formas de superação do capitalismo, mas o trânsito da sua fase liberal para a pós-liberal. A relação de assalariamento, no entanto, não expressa somente uma relação social na esfera da circulação, como vendedores de mercadorias, mas tem uma expressão real na esfera produtiva na qual funcionam como objetos – valores de uso –, ou seja, essa simultaneidade define o trabalho assalariado.

A última oposição está relacionada ao *topos* de uma crítica do ponto de vista do “trabalho”, em que a esfera da produção representa um momento ontologicamente mais essencial e trans-histórico, que é distorcido no capitalismo pela circulação, mas que surgiria abertamente no socialismo. Na análise de Marx, no entanto, as esferas de circulação e produção são historicamente determinadas e constituídas por trabalho em seu duplo caráter. Nenhuma das esferas representa o ponto de vista da crítica social: a superfície e a estrutura profunda seriam

abolidas com o fim do capitalismo. Sua oposição, então, não é entre a aparência ilusória e a “verdade”, nem, por outro lado, entre ideais da sociedade capitalista e sua realização parcial ou distorcida. Pelo contrário, é uma oposição entre duas esferas diferentes, mas inter-relacionadas daquela sociedade que estão associadas a tipos muito diferentes de ideais. Como eu disse ao discutir a oposição entre universalismo abstrato e especificidade particularista, para Marx, a superação do capitalismo não envolve nem a simples abolição dos seus valores culturais, tampouco a realização daqueles valores da sociedade burguesa que ele considera emancipatórios. (POSTONE, 2014, p.317-318)

Postone faz um apontamento fundamental de grande relevância a ser discutido, até porque dialoga diretamente – ao longo do texto - com Habermas e os autores de ambas as tradições da centralidade e do fim do trabalho. Ele faz a crítica do que seria uma posição “do ponto de vista do trabalho”, que implica a Marx assumir em sua análise uma perspectiva do trabalho, o qual seria distorcido na esfera da circulação, por meio da exploração e apropriação privada da riqueza, e que alçaria o trabalho da esfera produtiva ao patamar de realizar um sentido humano, ou seja, quando da superação do capitalismo haveria a consequente reapropriação pelos indivíduos das forças sociais que possibilitem sua emancipação. No entanto, para Marx, circulação e produção são determinados historicamente e ambos são formados pelo caráter dual do trabalho. A crítica de Marx é pela superação das formas históricas do capitalismo, em todos os seus aspectos, na produção, circulação, trabalho, mercadoria, não somente como negação.

Em vez disso, sua abordagem implica que a superação do capitalismo deve ocorrer com base em valores historicamente constituídos, que representam a transcendência dos tipos de oposições internamente relacionadas e antinômicas - por exemplo, entre igualdade abstrata e desigualdade concreta — caracterizadoras da formação social capitalista. (POSTONE, 2014, p. 318)

Mas positivamente, sendo fundamental a superação da forma histórica capitalista, por outra forma histórica, também determinada particularmente - não a realização correta ou verdadeira de valores ontológicos distorcidos pelo capital - mas o conjunto de novos valores, que superem as contradições presentes nessa sociabilidade: “igualdade abstrata e desigualdade concreta”.

Com base na minha exposição sobre as diferenças entre uma crítica do ponto de vista do “trabalho” e outra a partir do caráter do trabalho no capitalismo, pode-se dizer que a afirmação de

Marx sobre a produção - de que ela constitui uma esfera social mais fundamental, “oculta” sob a esfera “superficial” da circulação — não é uma declaração sobre a primazia social da produção dos meios físicos da vida. Em vez disso, ela se refere a constituição das relações sociais, mediadas pelo trabalho, que caracterizam o capitalismo. No âmbito da sua análise, o capital - assim como a mercadoria - é uma forma de relação social. A categoria não se refere nem à riqueza nem à capacidade de produzir riqueza em geral; tampouco é entendida como forma social, pode ela ser reduzida a relações de classe. Defini, inicialmente, a forma capital de relações sociais como um Outro alienado, abstrato, automovente, caracterizado por um movimento direcional constante sem objetivo externo. A análise de Marx sobre a esfera da produção procura fundamentar essa dinâmica especificando a forma capital e investigando a constituição e o desenvolvimento da forma peculiar, intrinsecamente contraditória e dinâmica de relações sociais alienadas. Por causa do caráter dual do trabalho no capitalismo, sua investigação é necessariamente voltada à criação do produto excedente. Como veremos, Marx analisa a dinâmica do capital como um processo não linear, que é ao mesmo tempo processo de reprodução e de transformação. Ao se reproduzir, o capital transforma constantemente grande parte da vida social. (POSTONE, 2014, p.318-319)

Postone sustenta sua posição ao dizer que o capital, tanto quanto a mercadoria e o trabalho são expressões de relações sociais alienadas, sendo que Marx haveria buscado demonstrá-lo por meio da exposição sobre a produção. Ou seja, a apresentação de Marx sobre a esfera produtiva como o elemento escondido pelas relações expressas na circulação, nada mais seria do que uma forma de demonstrar a categoria capital, em sua dinâmica específica, que expressa a contradição das relações sociais alienadas.

Marx, ao situar o processo dinâmico na esfera da produção, afirma que este não está enraizado nem na esfera de circulação nem na do Estado. Sua análise, em outras palavras, sugere que a divisão clássica bipartite da sociedade moderna em Estado e sociedade civil é incompleta porque não pode apreender o caráter dinâmico da formação social. Marx não identifica a “sociedade civil” com o “capitalismo” nem postula a primazia de qualquer esfera do esquema bipartite clássico. (POSTONE, 2014, p.319)

Marx sinalizara a dinâmica do capital na esfera produtiva como forma de retirar o mesmo das esferas da circulação e do Estado, como forma crítica do entendimento bipartite do pensamento moderno que opõe somente Estado e sociedade civil, e não abre espaço para a produção propriamente. Postone então, busca se contrapor, por meio dessa exposição, exatamente aos autores

do fim do trabalho, destacando o lugar da produção e do capital, frente à cisão que Habermas, por exemplo, estabelece entre produção e Estado, atribuindo ao segundo o lugar dos conflitos e desenvolvimento civilizatório, ao mesmo tempo que apaga praticamente a esfera produtiva, ou melhor, lhe confere um lugar negativo de agir instrumental.

[...] o valor não é apenas um regulador da circulação nem uma categoria de exploração de classe por si só, mas, como valor que se autovaloriza, ele molda a forma do processo de produção e fundamenta a dinâmica intrínseca da sociedade capitalista. (POSTONE, 2014, p.319)

O valor não funciona apenas como equivalente geral da troca, nem apenas como elemento apropriado individualmente pelo capitalista na exploração do trabalho, mas também como forma autovalorizante que determina a dinâmica própria da sociabilidade capitalista. O processo produtivo, descoberto por Marx, se configura como a unidade entre o processo de trabalho e de valorização, sendo que a expressão materialmente objetiva do valor se baseia no valor de uso, que também encobre a sua forma específica e todo o processo de geração desse valor. Antes de Marx considerar os elementos específicos da produção capitalista, no entanto, ele observa os elementos gerais, aqueles comuns a outras formações sociais, sendo estes o trabalho e os meios de produção. O processo de trabalho então, em sua generalidade - os elementos presentes em todas as maneiras de se produzir – expressa a condição decisiva para a realização das necessidades humanas por meio da interação metabólica dos seres humanos com a natureza, sendo condição necessária da existência humana. Postone ainda argumenta que, a exposição de Marx sobre o processo de trabalho é frequentemente retirada de contexto e transformada em definição trans-histórica do processo de trabalho, mas, como coloca, Marx apresenta de fato alguns elementos comuns ao trabalho em todos os modos de produção, mas em seguida, quando apresenta o processo de valorização, relaciona ambos de forma mutualística. Isso implica em uma relação de subordinação dos elementos trans-históricos do trabalho à sua forma historicamente particular.

Marx começa com a observação de que os elementos do processo de trabalho adquirem um significado diferente quando considerados em termos do processo de criação de valor. Em primeiro lugar, o objetivo do processo de produção já não é o produto simplesmente como valor de uso; os valores de uso são produzidos apenas porque e na medida em que são portadores de valor. O objetivo da produção não é apenas o valor de uso,

mas o valor, mais precisamente, o mais-valor. Isso, no entanto, muda o significado do trabalho no processo da produção. Desdobrando ainda mais suas determinações categoriais anteriores, Marx argumenta que a importância trans-histórica do trabalho como atividade qualitativamente específica e intencional que visa a criação de produtos específicos é modificada na produção capitalista. (POSTONE, 2014, p.321)

Postone explicita o que caracteriza como essa dominação do processo de trabalho pelo capital: há a orientação da produção sob um novo viés, não mais a produção de valores de uso que atendam às necessidades humanas. Esses valores continuam a serem produzidos, mas somente enquanto suportes do valor, o objetivo real na produção no capitalismo, mais especificamente o mais-valor. Ou seja, o capital colocaria o trabalho e o produto do trabalho, a seu serviço, como criação de valor, e modificaria os elementos centrais do trabalho trans-histórico. As matérias-primas nesse processo de valorização, funcionariam apenas, segundo Postone, como o elemento que absorve e retém quantidades de trabalho determinadas em sua criação. E retoma sua discussão sobre a circulação ao afirmar que, para Marx o que caracteriza a produção no capitalismo é a transformação da matéria pelo trabalho como realização do valor e, “Dizer que o objetivo da produção é o (mais-) valor é dizer que esse objetivo é a mediação social em si”. (2014, p.322). Destaca-se que de fato na produção há uma subsunção do trabalho pelo capital no processo de valorização do valor. Prossegue afirmando que o processo de valorização transforma o processo de trabalho, submetendo-o a si, retirando desse trabalho o seu sentido qualitativo, por mais que aparentemente ele permaneça, atribuindo-lhe um caráter quantitativo de objetivação de tempo de trabalho. “Ou seja, o dispêndio de força de trabalho não é um meio para outro fim, mas, como meio, ele próprio se tornou um fim”. (2014, p.322). Esse objetivo se encontra relacionado às estruturas alienadas baseadas no trabalho abstrato, sendo inclusive independente das vontades daqueles que o realizam. O trabalho, então, assume um novo lugar, agora também como objeto da produção, como a matéria-prima verdadeira, mas, como o trabalho é a soma entre processo de trabalho e de valorização ele acumula dois sentidos, na valorização o que foi mencionado anteriormente, e no processo de trabalho propriamente, como realização de produtos que atendam à necessidade humana, escondendo, portanto, seu sentido alienado.

É significativo que Marx analise o processo de valorização essencialmente em termos da criação do valor: sua discussão

inicial do processo capitalista de produção trata tanto da forma da riqueza — e, portanto, a forma do excedente — quanto do excedente em si. Isso apoia a minha afirmação de que a análise de Marx da produção no capitalismo não é baseada em uma teoria do trabalho da *riqueza*, e que sua crítica não deve ser compreendida como simplesmente uma crítica da exploração. Ou seja, sua investigação sobre a fonte do excedente não é uma investigação da criação pelo “trabalho” de um excedente da riqueza material, com o que ele critica a apropriação daquele excedente pela classe capitalista. De modo semelhante, Marx não considera o processo de produção no capitalismo como um processo de trabalho controlado extrinsecamente pela classe capitalista em benefício próprio, o que, no socialismo, seria usado para o benefício de todos. Tais interpretações ignoram as implicações tanto da forma de valor da riqueza como da análise de Marx da natureza dupla do processo de produção no capitalismo - isto é, de seu caráter intrinsecamente capitalista (determinado pelo capital). A produção capitalista, para Marx, é caracterizada não apenas pela exploração de classe, mas também por uma dinâmica peculiar, enraizada na expansão constante do valor; ela é caracterizada, ainda, pelas diversas determinações do processo de valorização descrito anteriormente. (POSTONE, 2014, p.323-324)

Marx analisa o processo de valorização entendendo a criação de valor tanto na produção da riqueza, quanto do excedente criado que é parte desse processo. A partir disso Postone argumenta que em Marx não haveria uma “teoria do trabalho da riqueza”, proposição que apoiaria as teses dos autores que defendem em Marx uma crítica da exploração. Nesse sentido Marx não faria uma simples crítica da apropriação do excedente pela classe capitalista, criado pelo trabalho. Sua crítica é mais profunda na medida que entende a produção de riqueza e o caráter duplo do trabalho como determinação intrínseca do capitalismo, ou seja, as perspectivas de superação do capitalismo que abordem somente a superação da exploração não são capazes de perceber que a necessidade de mudar a própria forma como a produção e o trabalho são ordenados pelo capital, não mudam somente com a distribuição mais “justa” da riqueza criada. A necessidade para Marx não é a distribuição da riqueza, mas retirar o trabalho do jugo dominante do valor. E Postone ainda completa: “Diferentemente de interpretações mais tradicionais, o trabalho é apresentado aqui não apenas como objeto de dominação, mas também como fonte constituinte da dominação no capitalismo”. (2014, 324). Ou seja, o trabalho, a classe trabalhadora, não são apenas submetidos pelos desígnios capitalistas que os exploram, mas o trabalho nessa forma social se configura em si como forma de dominação, como elemento que funciona como meio para a valorização

do valor e para a alienação que se expressa nas relações sociais e por meio da forma-mercadoria.

Postone indica que o excedente apropriado pela classe capitalista é exatamente o mais-valor criado na relação de trabalho, em que sua mensurabilidade é observada pela quantidade de horas que se trabalha a mais para remunerar a força de trabalho, relacionada, em especial ao mais-valor relativo, ampliado pela redução dos custos de vida do trabalhador. Essa redução do mais-valor relativo indica o movimento direcional do capital de valorização do valor por meio do incremento crescente da produtividade do trabalho. “Emerge uma dinâmica imanente do capitalismo, uma expansão incessante fundamentada numa relação determinada entre o crescimento da produtividade e o crescimento da forma de valor do excedente”. (2014, p.325). Postone indica aqui uma relação intrínseca ao capitalismo entre a expansão produtiva e a necessidade de expansão do valor.

O processo de trabalho, então, é transformado à medida que o processo de valorização se move do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo. Marx descreve essa transformação do processo de trabalho como a passagem de um estágio de “subsunção formal do trabalho sob o capital”, em que “a natureza universal do processo de trabalho não se altera em nada pelo fato de o trabalhador realizá-lo para o capitalista, e não para si mesmo”, para um estágio em que “o capital é ocupado por sua subsunção real” e a “transformação do próprio modo de produção por meio da subordinação do trabalho ao capital”. Neste último estágio, as determinações do processo de valorização são materializadas no processo de trabalho: o trabalho humano direto torna-se materialmente o objeto da produção. Em outras palavras, o trabalho proletário concreto assume materialmente os atributos que Marx lhe atribuiu logicamente no começo de sua análise do processo de valorização. Como materialização adequada do processo de valorização, essa forma de produção, a industrial, é caracterizada por Marx como “modo de produção especificamente capitalista”. (POSTONE, 2014, p.325-326)

Postone faz uma relação importante presente em Marx, da transição do mais-valor absoluto, para o relativo - a forma de extração de mais-valor e de ampliação do tempo excedente de trabalho – indica também o processo de transição entre a subsunção formal do trabalho para a subsunção real. Esse ponto é fundamental, na medida que na subsunção formal ainda há uma continuidade do processo de trabalho com as formas anteriores, e este trabalho se modifica gradualmente para a forma particular dessa sociabilidade, dentro do

processo de valorização do valor. A princípio, o trabalho era realizado da mesma forma para o próprio trabalhador e para o capitalista; na subsunção real, ele passa a se subordinar ao capital, tornando-se “materialmente o objeto da produção”. Marx caracteriza então, essa forma industrial como tipicamente burguesa. Logo, como Postone sinaliza, a contradição no capitalismo não é entre a forma produtiva e a distribuição orientada pela lógica burguesa, ou, se poderia afirmar, que essas, nada mais são do que o reflexo ou a consequência necessária do processo de produção. Ainda retira uma outra conclusão um tanto polêmica: “Isto, obviamente, enfraquece o conceito tradicional do papel atribuído a classe trabalhadora na transição do capitalismo para o socialismo. (2014, p.326)

Postone argumenta que em Marx há, na exposição em O Capital, um desenvolvimento categorial que começa pela mercadoria e se desenvolve, que apresenta um desenvolvimento lógico e histórico da realidade, sendo que partindo da mercadoria Marx apresenta primeiramente o elemento lógico que posteriormente será unido ao histórico quando tratar da categoria mais-valor relativo. Esta fusão levaria a uma compreensão de uma lógica dialética da história por Marx que pode ser extraído somente na fase desenvolvida do capitalismo, permitindo um olhar de retorno às formas sociais anteriores. Marx não busca entender um desenvolvimento histórico que resultou no capitalismo como uma condição posta transcendental, mas realiza uma “projeção para trás”, em que reconstrói logicamente esse processo a partir da dinâmica posta pela forma social do capital. Isso revela uma oposição do autor à proposição hegeliana, na qual haveria de existir um “núcleo racional” guia do desdobramento dialético da história. A crítica de Marx se funda então na não existência de uma lógica trans-histórica, em que as formas históricas são constituídas pois, historicamente. Postone apresentou uma infinidade de questões no seu trato da categoria capital, nos fazendo entender como ela é importante e se relaciona reflexivamente com o conjunto de categorias dessa sociabilidade.

2.3 – A análise de Postone sobre o tempo

Agora entramos em um terreno novo, a proposição teórica de Postone sobre a categoria tempo em Marx. O autor parte do tempo de trabalho

socialmente necessário como elemento medidor do valor, ou seja, esse tempo só faz sentido inserido em uma totalidade social mediada pela mercadoria, que subordina e domina os trabalhadores.

É importante para os nossos propósitos que essa determinação inicial da magnitude do valor implique também uma dinâmica. Suponhamos que, antes da introdução do tear a vapor, um tecelão produzia **20** metros de tecido em uma hora com o tear manual, gerando um valor x . Quando o tear a vapor, que duplicou a produtividade, começou a ser introduzido, mais de metade da tecelagem continuou sendo feita a mão. Consequentemente, o padrão de valor — o tempo de trabalho socialmente necessário — continuou sendo determinado pela tecelagem em tear manual; a norma permaneceu em 20 metros de tecido por hora. Assim, os 40 metros de tecido produzidos em uma hora com o tear a vapor tinham um valor de $2x$. No entanto, depois que se generalizou, o novo modo de tecer deu origem a uma nova norma de tempo de trabalho socialmente necessário: o tempo de trabalho normativo para a produção de 40 metros de tecido foi reduzido para uma hora. Como a grandeza do valor produzido é uma função do tempo despendido (socialmente médio), em vez da massa de bens produzidos, o valor dos 40 metros de tecido produzidos em uma hora com o tear a vapor caiu de $2x$ para x . Os tecelões que continuaram a usar o método antigo, agora anacrônico, ainda produziam **20** metros de tecido por hora, mas recebiam apenas $1/2x$ — o valor de meia hora socialmente normativa — por sua hora individual de trabalho. (POSTONE, 2014, p.331)

Postone destaca que o tempo socialmente necessário apresenta uma determinação crucial para a determinação do volume de valor produzido, sendo que essa mudança ocorre quando da generalização da forma produtiva em questão. É importante destacar esse elemento. É a partir do espraiamento das tecnologias e técnicas de produção, e a redução do tempo de produção, com a consequente redução do tempo de circulação do capital, que se amplia o volume de valor criado, dentro de uma totalidade socialmente determinada. Esse elemento é, então, decisivamente histórico, reforçando o caráter particular do trabalho e do capital relacionados à essa forma de tempo. O aumento da produtividade, então, determina de fato a manutenção do volume de valor produzido, quando da generalização do tempo médio, fazendo que, uma mesma quantidade de valor seja distribuída por uma quantidade maior de mercadorias. Isso implica também na redução do valor da hora de trabalho social normativa, ou seja, quando a produtividade chega à produção dos meios de produção e dos produtos de consumo direto do trabalho, permitem a redução também do valor dessa força de trabalho. Postone faz, no entanto, uma ressalva importante:

(Note-se que essa determinação não pode ser expressa em termos de tempo abstrato. O que mudou não foi a quantidade de tempo que gera um valor x, mas o padrão do que constitui essa quantidade de tempo.) A produtividade — a dimensão de valor de uso do trabalho — não altera, portanto, o valor total produzido por unidade de tempo abstrato, mas determina a unidade de tempo em si. (POSTONE, 2014, p.332)

Modifica-se não o volume de valor por unidade, mas a generalização desse novo tempo médio implica no estabelecimento de um novo tempo socialmente necessário. Os ganhos do incremento da produtividade são curtos: duram o tempo suficiente para que o novo padrão do tempo de produção se generalize. Quando acontece, há o retorno ao nível anterior de padrão de valor criado.

Isso resulta em uma nova determinação da hora de trabalho social e um novo nível de produtividade. O que emerge, então, é uma dialética de transformação e reconstituição: mudam os níveis gerais de produtividade e as determinações quantitativas de tempo de trabalho socialmente necessário, mas essas mudanças reconstituem o ponto de partida, isto é, a hora de trabalho social e o nível de produtividade. (POSTONE, 2014, p.333)

Consegue capturar um elemento dialético interessante: transformação e reconstituição alternam-se continuamente. A medida que surge uma nova condição de produção, capaz de gerar mais-valor, esta proporciona um passo à frente àqueles que a utilizam até que retomem todos a caminhada juntos quando essa condição se torna geral. Assim se repete esse processo. Esse processo ocorre direcionalmente de forma a aumentar a produtividade, ampliando ao mesmo tempo o volume de valor criado progressivamente, mas tornando também os novos ciclos de uma magnitude também maiores, fazendo-se necessário que as inovações precisem proporcionar uma ordem de grandeza imensa de valor. Isso ocorre concomitante a uma redefinição generalizada também das dimensões do trabalho, da produtividade (como já exposto) mas também da “medida abstrata temporal da riqueza”. Postone apresenta o que compreensão como efeito esteira, presente na dinâmica do capitalismo e “enraizado unicamente na dimensão temporal” do valor. O efeito esteira é exatamente esse processo progressivo de sucessão de momentos de expansão e retorno do tempo socialmente necessário. Faz um apontamento interessante ao afirmar que não é uma função do mercado o retorno do nível de valor ao

anterior da generalização, mas uma função da natureza do valor, sendo independente da forma pela qual a determinação da generalização ocorre.

Anteriormente, descrevemos a categoria de capital como uma forma social dinâmica. Agora, começamos a examinar mais de perto a natureza do seu caráter dinâmico e indicar como ela está definitivamente enraizada na interação entre valor e riqueza material, trabalho abstrato e concreto — isto é, a interação das duas dimensões da forma-mercadoria. Essa dinâmica representa os primeiros esboços da lógica histórica imanente do capitalismo, que resulta do caráter alienado e da determinação temporal das relações sociais mediadas pelo trabalho. Ela prenuncia, de maneira abstrata, uma característica central do capital, a saber, que este precisa se acumular constantemente para existir. A transformação é a condição para sua existência. (POSTONE, 2014, p.335)

A dinâmica do capital se encontra “definitivamente enraizado” reflexivamente com as categorias valor, riqueza material e trabalho concreto e abstrato. Essa dinâmica que expressa a forma particular de trabalho e suas relações sociais mediadas indica o que para Postone é um elemento central para o trabalho: a necessidade de acumulação constante. “A transformação é a condição para sua existência”.

Como vimos, a interação entre as duas dimensões da forma-mercadoria envolve uma redeterminação substancial de uma constante temporal abstrata. Essa medida temporal abstrata do valor permanece constante, mas tem um conteúdo social mutável, embora oculto: nem toda hora é uma hora — em outras palavras, nem toda hora de trabalho conta como a hora de trabalho social que determina a magnitude do valor total. A constante temporal abstrata é, pois, ao mesmo tempo, constante e não constante. Em termos abstratos temporais, a hora de trabalho social permanece constante como medida do valor total produzido; em termos concretos, ela muda conforme a produtividade. No entanto, como a medida do valor continua sendo a unidade temporal abstrata, a sua redeterminação concreta não é expressa nessa unidade como tal. O aumento da produtividade é, com certeza, expresso na redução proporcional do valor de cada mercadoria individual produzida — mas não no valor total produzido por hora. Todavia, o nível histórico de produtividade apoia-se no valor total produzido, embora apenas indiretamente: ele determina o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria; tal norma temporal, por sua vez, determina o que constitui uma hora de trabalho social. Tornou-se claro que, com o aumento da produtividade, a unidade de tempo torna-se “mais densa”, em termos de produção de bens. No entanto, essa densidade não se manifesta na esfera da temporalidade abstrata, a esfera do valor: a unidade temporal abstrata — a hora - e o valor total produzido permanecem constantes. (POSTONE, 2014, p.336)

A redeterminação do tempo abstrato, da constante de tempo relacionada ao tempo excedente, funciona como uma “constante mutável”, como coloca Postone, na medida que, o valor produzido em uma hora de trabalho, pode não ser igual ao tempo necessário para produzir a unidade de valor socialmente estabelecida. O tempo de trabalho médio socialmente necessário, permanece como constante, mas o tempo real mensurável, varia conforme a produtividade, segundo o autor. Como medida do valor, o tempo não modifica seu volume, mas o que se altera com a produtividade é, de fato, o valor contido em cada mercadoria individual, não o montante total de valor correspondente àquela unidade temporal. A hora socialmente necessária está apoiada sobre um nível histórico da produtividade que expressa o volume de valor total produzido. E aponta, que, com o incremento da produtividade, há o “adensamento” da unidade temporal, ou seja, uma mesma quantidade de valor, em um mesmo tempo, está expressa em um volume cada vez maior de mercadorias, ou seja, há o adensamento do tempo, mas a pulverização individual, por mercadoria, do valor.

O movimento resultante da redeterminação substancial do tempo abstrato não pode ser expresso em termos temporais abstratos; ele exige outra estrutura de referência. Esse quadro pode ser concebido como um modo de tempo concreto. Anteriormente, defini o tempo concreto como qualquer tipo de tempo que seja uma variável dependente - uma função de eventos ou ações. Vimos que a interação entre as duas dimensões do trabalho determinado pela mercadoria é tal que os aumentos de produtividade socialmente gerais movem a unidade temporal abstrata “para frente no tempo”. A produtividade, segundo Marx, é fundamentada no caráter social da dimensão de valor de uso do trabalho. Consequentemente, esse movimento do tempo é uma função da dimensão do valor de uso do trabalho em sua interação com a estrutura de valor e pode ser compreendido como um tipo de tempo concreto. Ao investigar a interação entre o trabalho concreto e o abstrato, que ocupa um lugar central na análise do capital feita por Marx, descobrimos que uma característica do capitalismo é um modo de tempo (concreto) que expressa o movimento do tempo (abstrato). A dialética das duas dimensões do trabalho no capitalismo também pode ser entendida temporalmente, como uma dialética de duas formas de tempo. (POSTONE, 2014, p.337)

Postone atribui uma relação entre as categorias de trabalho e tempo em suas formas concreta e abstrata. A medida desse tempo abstrato se apoia sobre um tempo concreto, uma medida temporal real, que é capaz de ser mensurável independente da forma capitalista de tempo como medida do valor. É pela interação das formas de trabalho que se determina o tempo abstrato em sua

relação com o aumento da produtividade, no conceito apresentado por Postone de esteira. “Ao investigar a interação entre o trabalho concreto e o abstrato, que ocupa um lugar central na análise do capital feita por Marx, descobrimos que uma característica do capitalismo é um modo de tempo (concreto) que expressa o movimento do tempo (abstrato)”. Aqui Postone faz um apontamento decisivo, o trabalho, em sua forma dual, assume de fato um lugar central na forma capitalista de produção, e, implica a Marx, a determinação de tempo concreto e abstrato em consonância a estes elementos. O desenvolvimento da produtividade, em seu efeito esteira, que faz avançar a relação valor/tempo, que se estabelece como padrão e avança novamente, cria um movimento dinâmico e direcional do tempo, que Postone chama de “fluxo da história”, ou seja, o estabelecimento de um tempo histórico da sociedade capitalista.

O tempo histórico, nessa interpretação, não é um *continuum* abstrato no qual os eventos ocorrem e cujo fluxo é aparentemente independente da atividade humana, mas é o movimento do tempo em oposição ao movimento no tempo. (POSTONE, 2014, p.338)

Postone estabelece então, claramente, uma diferenciação entre as duas formas temporais também, outra dualidade que expressa também a dualidade do trabalho, a saber: tempo concreto e abstrato. O tempo concreto, ou tempo histórico, baseia o conjunto de interações e ações realizadas, com um determinante histórico e social, ou seja, é particular, mas expressa um movimento geral da história humana, não expressando, pois, um conjunto de tempos abstratos; o tempo abstrato por sua vez indica o que já foi indicado do movimento da produtividade em relação ao valor, sendo esse tempo uma constante relativa ao valor criado no tempo de trabalho socialmente necessário.

As formas sociais básicas do capitalismo, segundo Marx, fazem com que as pessoas criem sua própria história — no sentido de um processo contínuo e direcional de transformação social. Devido ao caráter alienado dessas formas, no entanto, a história que constituem está além do seu controle. (POSTONE, 2014, p.340)

O autor então, depreende de Marx as categorias temporais como derivações das formas socialmente estabelecidas do trabalho e indica um sentido contínuo e direcional da história humana, em suas condições de transformação social, que, no entanto, não é diretamente realizado pelo caráter alienado dessa forma histórica, ou seja, a alienação impede que os homens assumam para si o controle da sua própria história.

[...] a posição aqui desenvolvida mostra que a própria existência de um fluxo histórico contínuo, “automático”, está intrinsecamente relacionada a dominação social do tempo abstrato. *Ambas* as formas de tempo são expressões de relações alienadas. Argumentei que a estrutura das relações sociais característica do capitalismo assume a forma de uma oposição quase natural entre uma dimensão abstrata universal e uma de natureza “coisa”. O momento temporal dessa estrutura também tem a forma de uma oposição aparentemente não social e não histórica entre uma dimensão formal abstrata e uma dimensão de processo concreto. Essas oposições, no entanto, não são entre momentos capitalistas e não capitalistas, mas, assim como a oposição entre formas de pensamento racional-positivista e romântica, permanecem totalmente dentro do quadro das relações capitalistas. (POSTONE, 2014, p. 340)

Assim, Postone sustenta que o tempo abstrato como dominação indica esse próprio fluxo, que caracteriza como “automático” que expressa uma forma alienada. Assim, a dualidade de tempo expressa correlatamente a dualidade existente na esfera do trabalho, sendo que Postone realiza uma derivação direta dessa forma de trabalho em uma forma temporal, sendo que também esta expressa a alienação, elemento presente e que se relaciona com todas as esferas produtivas. A oposição aparente entre as formas distintas de tempo, formas alienadas que são, expressam a aparência de distinção entre tempo formal abstrato e concreto, que seriam não específicos à essa sociabilidade. Indica um conflito inerente à sociabilidade capitalista, e não oposição com as formas pregressas. As consequências dessa análise do movimento do tempo (seu desenvolvimento social, intelectual, cultural), podem ser medidas por meio “[...] tanto em termos de mudanças na quantidade de bens produzidos por unidade de tempo, por exemplo, ou em termos de alterações na quantidade de tempo necessário para produzir um produto específico”. (2014, p.342). No entanto, o “desenvolvimento histórico em si”, não é passível de ser medido, uma vez que não podem ser mensurados tempo por base o tempo abstrato (como expressão do valor), mesmo que o valor molde a forma concreta de produção que apreende o acúmulo de “conhecimento, experiência e trabalho objetivamente”.

A disparidade entre o acúmulo do tempo histórico e a objetivação do tempo de trabalho imediato torna-se mais evidente a medida que o conhecimento científico se materializa na produção. De conformidade com distinção de Marx entre valor e riqueza material, os grandes incrementos de produtividade operados pela ciência e pela tecnologia avançada não são e não podem ser explicados adequadamente em termos de dispêndio de

tempo de trabalho abstrato, seja ele manual ou mental — incluindo o tempo necessário para pesquisa e desenvolvimento e a formação de engenheiros e trabalhadores qualificados. (POSTONE, 2014, p.343)

Postone apresenta uma questão de grande relevância que perpassa a maioria dos autores que discutem o fim do trabalho: a tecnologia e a ciência como tempos históricos efetivos alterariam o valor. Afirma que de acordo com Marx não se pode quantificar esses trabalhos pelo dispêndio de tempo de trabalho abstrato, indicando, então, que quanto mais a ciência é incorporada à produção, maior se torna a discrepância entre o tempo histórico e o tempo de trabalho objetivado. O desenvolvimento científico, se encontra ao longo do desenvolvimento da capacidade humana e constitui parte do incremento da produtividade, sendo que a experiência social prévia e o trabalho acumulados permitem também o avanço do conhecimento por expressarem parte de um conhecimento social geral. Com o tempo histórico, há um aumento da distância entre o que Postone qualifica como, “[...] condições para a produção de riqueza material e as condições para a geração de valor”. (2014, p.343). A produção absorve então, cada vez menos as habilidades e conhecimentos dos produtores, que antes eram indispensáveis à objetivação das mercadorias. Em seu lugar, como ele argumenta, há cada vez mais a objetivação de um conhecimento coletivo humano, que é acumulado historicamente – no sentido do tempo histórico. Esse seu argumento, a princípio, responde bem a crítica de Habermas acerca do uso da ciência e tecnologia no processo de desenvolvimento humano. Mas, como adverte Postone, por mais que haja uma tendência de a produção migrar cada vez mais para a objetivação do conhecimento baseado no tempo histórico – ao invés da habilidade expressa no trabalho imediato -, aponta um elemento elencado por Marx que é decisivo: “De acordo com Marx, no entanto, o valor continua a ser necessariamente expressão da objetivação deste último”. (2014, p.343). Ou seja, o valor continua expressando o trabalho realizado, imediato, e não o conhecimento.

Na análise de Marx, o desenvolvimento evolucionário só seria possível se o valor e a riqueza material não fossem formas muito diferentes de riqueza. Por causa do duplo caráter das formas de estruturação do capitalismo, no entanto, esse desenvolvimento representa apenas uma tendência dentro de uma dinâmica histórica dialética muito mais complexa. A análise que Marx faz do valor como uma categoria de estruturação social não trata o desenvolvimento da produção simplesmente como um

desenvolvimento técnico - no qual um modo de produção baseado principalmente no trabalho humano é substituído por um baseado em ciência e tecnologia - nem ignora as grandes mudanças promovidas pela ciência e tecnologia. Em vez disso, com base nas distinções entre valor e riqueza material, trabalho abstrato e concreto (e, implicitamente, tempo abstrato e concreto), Marx analisa a produção no capitalismo como um processo social contraditório constituído por uma dialética das duas dimensões da forma-mercadoria. (POSTONE, 2014, p.344)

Novamente respondendo a Habermas, Postone demonstra que em Marx, muito embora não haja uma concepção evolucionista, esta somente seria possível se valor e riqueza material fossem semelhantes, ou seja, destaca a diferença entre ambas, na medida em que o valor aparece como forma particular e a riqueza material como forma indistinta, presente em formas diferentes, mas não determinada especificamente. Marx entender o valor como parte do processo produtivo, não torna este meramente instrumental, técnico ou automatizado, como colocado por Habermas, mas considera sim o papel da ciência e tecnologia, a despeito de não os entender como capazes de modificar a sociabilidade. Entende, pois, que valor e riqueza material expressam formas distintas de trabalho, abstrato e concreto e que a produção no capitalismo é uma unidade desses elementos distintos dialeticamente. As mudanças causadas pela produtividade no tempo são mediadas socialmente, criando um novo parâmetro de tempo abstrato, o tempo de trabalho socialmente necessário. O desenvolvimento da produtividade então, redetermina a hora de trabalho social, modificando a necessidade derivada dessa medida temporal abstrata, assim, um novo patamar de produtividade generalizado, uma nova medida da hora de trabalho social é estabelecida, determinando uma nova constante temporária de valor criado por tempo abstrato. O tempo histórico, então, não é suficiente para determinar o tempo imediato e o volume de valor por ele criado, modificando, no entanto, o seu pressuposto concreto, segundo o autor, que reconstitui sua necessidade.

Ambas as formas de dominação abstrata, bem como sua inter-relação intrínseca são apreendidas pela “lei do valor” marxiana. Salientei que essa lei é dinâmica e não pode ser adequadamente compreendida como uma lei de mercado; posso acrescentar que ela apreende categorialmente a busca de níveis cada vez maiores de produtividade, a transformação constante da vida social na sociedade capitalista, bem como a contínua reconstituição de suas formas sociais básicas. Também revela o capitalismo como uma sociedade marcada por uma dualidade

temporal – um fluxo contínuo e acelerado da história, por um lado, e uma constante conversão deste movimento do tempo em um presente constante, por outro. Embora constituídas socialmente, ambas as dimensões temporais exercem domínio sobre os atores constituintes e estão fora do seu controle. Portanto, longe de ser uma lei de equilíbrio estático, a lei de Marx do valor entende como “lei” histórica a dinâmica dialética de transformação e reconstituição característica da sociedade capitalista. (POSTONE, 2014, p.346)

Postone estabelece decisivamente o lugar da lei do valor: é uma determinação que apresenta uma lógica própria constituída dialeticamente pelas formas de dominação abstratas dessa forma social capitalista; e apresenta uma relação com o tempo histórico em que é determinada por este; ao mesmo tempo que determina o tempo abstrato em um contínuo e dinâmico processo de transformação e reconstituição do parâmetro entre valor e tempo. A “lei” do valor, além de não ser imutável, representando esse elemento da mutabilidade da criação de valor, possui um sentido histórico, presente no tempo histórico como forma particular e que orienta a produção de forma expansiva e direcional, para uma magnitude cada vez maior de valor criado.

Essa investigação supõe, ainda, que a categoria de tempo de trabalho socialmente necessário também tem outra dimensão. Dado que o valor é a forma de riqueza social no capitalismo, o tempo de trabalho socialmente necessário deve ser entendido como socialmente necessário em um sentido adicional: refere-se implicitamente ao tempo de trabalho necessário para o capital e, portanto, para a sociedade, desde que capitalista, isto é, desde que estruturada pelo valor como forma de riqueza e pelo mais-valor como objetivo da produção. O tempo de trabalho é, então, a expressão de uma forma superordenada de necessidade para a sociedade capitalista como um todo, assim como para os indivíduos, e não deve ser confundido com a forma de necessidade a que Marx se refere na sua distinção entre tempo de trabalho “necessário” e “excedente”. Como vimos, é uma distinção entre a parte da jornada de trabalho em que os empregados trabalham para a sua própria reprodução (tempo de trabalho “necessário”) e a parte da qual se apropriam os representantes do capital (tempo de trabalho “excedente”). (POSTONE, 2014, p.348)

Postone aponta que o tempo de trabalho socialmente necessário nessa sociabilidade é necessário para um sentido bastante específico, a reprodução do capital e o processo de produção de mais-valor. Alerta que a necessidade expressa dessa forma revela um sentido de dominação do capital de forma geral, também para os trabalhadores, que em seu tempo de trabalho necessário expressam outro sentido, o de sua própria reprodução individual, expressa no valor da sua força de trabalho. O valor funciona como o ingrediente do qual são

feitas as riquezas e pelas quais são mediadas as relações sociais no capitalismo, que domina as vidas humanas e estabelece uma compulsão externa a elas pelo trabalho. O intuito de expansão do valor, revelado por sua “lei”, tratado anteriormente, revela um impulso por “[...] rápidos aumentos no desenvolvimento tecnológico e um padrão necessário de “crescimento” contínuo”. (2014, p.348). Porém, esses impulsos próprios dessa forma social funcionam como reforçadores da compulsão pelo trabalho estabelecida pelo valor, independente de qual patamar se encontre o desenvolvimento tecnológico e a riqueza material acumulada.

A compreensão do padrão de desenvolvimento e da possível negação da sociedade capitalista é muito diferente daquela associada a abordagens provenientes da noção de “trabalho”, que definem a dialética contraditória do capitalismo em termos tradicionais. [...]. Na análise de Marx, o motivo do caráter contraditório do capitalismo é precisamente a circunstância de que, embora sejam muito diferentes, essas duas dimensões [do trabalho social] estão unidas como dois momentos de uma única forma social (historicamente específica). O resultado é uma interação dinâmica na qual esses momentos se redeterminam reciprocamente, fazendo com que as suas diferenças se tornem uma oposição crescente. (POSTONE, 2014, p.349)

Apresenta uma perspectiva distinta da tradição marxista acerca da possibilidade de se superar o capitalismo para além da noção tradicional da perspectiva do trabalho, na qual a contradição inerente do capitalismo se encontraria no âmbito da circulação e da exploração do trabalho. A perspectiva trazida por Postone apresenta a contradição exatamente no caráter dual e unitário do trabalho como forma particular, historicamente específico, que em processo contínuo de determinação recíproca ampliam cada vez mais a oposição que possuem entre si. Para Postone, então, o entendimento da superação do capitalismo passa pela modificação da forma social historicamente determinada do trabalho, em que as diferenças agudizadas de sua forma dual permitiriam exatamente a proposição de sua superação; isto posto, ele defende uma superação da sociedade do trabalho e das suas formas abstratas e alienantes.

Na interpretação tradicional, as relações capitalistas de produção permanecem extrínsecas ao processo de produção, que é constituído pelo “trabalho”. A contradição entre as forças e relações de produção é, portanto, vista como uma contradição entre produção e distribuição, isto é, *entre* as “instituições” e as esferas sociais existentes. (POSTONE, 2014, p.349)

Apresenta também seu entendimento sobre a perspectiva tradicional marxista, em que as relações sociais no capitalismo seriam determinadas nas esferas superestruturais, fora da produção, sendo esse domínio do trabalho, que seria ele o elemento emancipador. Assim sendo, o problema intrínseco à sociabilidade capitalista não estaria na produção, mas na distribuição, nas “instituições”, nas formas jurídicas-políticas de dominação e exploração.

É a não identidade das duas dimensões das formas básicas de estruturação do capitalismo que confere uma dinâmica dialética intrínseca à formação social e se desdobra como sua contradição básica. Essa contradição, ao mesmo tempo, molda os processos sociais e instituições da sociedade capitalista e fundamenta a possibilidade imanente de sua negação histórica. Minha análise da dialética do trabalho e do tempo mostrou claramente que Marx, longe de adotar o trabalho e a produção como o ponto de vista de uma crítica histórica do capitalismo, enfoca sua análise crítica precisamente sobre o papel socialmente constitutivo exercido pelo trabalho na sociedade. Portanto, a ideia de Marx de que o caráter contraditório do capitalismo dá origem a uma tensão crescente entre o que é e o que poderia ser não coloca a produção industrial e o proletariado como elementos de um futuro pós-capitalista. No entender de Marx, a contradição básica do capitalismo não é entre uma estrutura ou um agrupamento social existente e outro, mas por estar fundamentada na própria esfera da produção capitalista, no caráter dual da esfera de produção em uma sociedade cujas relações essenciais são constituídas pelo trabalho. A contradição fundamental do capitalismo encontra-se entre a dimensão do trabalho e do tempo. (POSTONE, 2014, p.350)

Para Postone, é exatamente a diferença das formas básicas do trabalho e tempo, em sua duplicidade, que caracteriza sua contradição básica. Ela tanto estabelece o funcionamento do capitalismo como cria as condições de sua superação; assim sendo, a crítica de Marx se configura então como uma crítica do trabalho, em sua forma particular estabelecida nessa sociedade. O autor faz uma relação intrínseca de sua propositura sobre o tempo afim de justificar em Marx, que a contradição capitalista se encontra nos âmbitos do trabalho e do tempo. A dinâmica histórica então é determinada pela dupla dimensão do trabalho e não somente pelo “trabalho”, como ele aponta. Essa estrutura que forma as relações sociais aparece também como conflito entre classes, tendo mostrado o autor uma “lógica dialética de desenvolvimento nas formas sociais historicamente específicas”. (2014, p.352). E afirma que, em Marx haveria uma lógica imanente histórica para a sociabilidade capitalista, mas não para a totalidade da história humana, fazendo que Marx não eleve a história como força

motriz do desenvolvimento humano; pela análise do capitalismo Marx é capaz de olhar a história humana, mas não imputa a ela essa mesma lógica de funcionamento. Critica então Habermas por estabelecer a história em um patamar evolutivo de determinação da forma capitalista, das formas pregressas e futuras, sem determinar, no entanto, a lógica processual de constituição social, transferindo de forma anacrônica características particulares do capitalismo para momentos anteriores.

Buscou-se neste capítulo apresentar mais explicitamente possível as três categorias centrais trabalhadas por Postone – trabalho, capital e tempo – preparando-se a posição de análise a fim de buscar nesse um esclarecimento sobre as questões de Postone e se esse respondeu também suficientemente Habermas. No último capítulo busca-se entender Marx e como trata a categoria trabalho afim de dar suporte ao nosso debate sobre os autores na conclusão.

Capítulo 3 – O necessário retorno a Marx

Ao longo da dissertação Marx foi muitas vezes referenciado, direta ou indiretamente, por todos os autores. Também foi apontado em diversos momentos a necessidade de cotejar as elaborações dos autores com as de Marx a fim de analisar o peso de suas fundamentações no autor, mas também os apontamentos críticos feitos por nós aos autores. Cabe então apresentar Marx por ele mesmo, as citações diretas do autor evitando seus comentadores neste momento, tanto para se dar prova de uma análise imanente do autor realizada nesta dissertação, mas também para retomar o conjunto de apontamentos feitos ao longo da dissertação e que se prometera analisar criticamente em um momento posterior.

3.1 – A determinação geral do trabalho e sua abstração razoável

Os elementos presentes na determinação geral do trabalho são tratados por Marx no capítulo quinto d'O Capital, sendo que entendemos esses elementos gerais que constituem o trabalho nas mais diversas formas de ser enquanto uma abstração razoável, elemento comum que permite evitar as repetições nas análises que são feitas, e que será tratada a seguir. Nesse primeiro momento buscamos explicitar quais são esses elementos e posteriormente, ainda nessa seção, tratar sobre o que de fato se constitui uma abstração razoável.

O trabalho se configura como a relação que o ser humano estabelece com a natureza, a sua forma de sobrevivência, em que utiliza suas capacidades físicas e mentais a fim de modificá-la para satisfazer suas necessidades, e nesse processo, se modifica. Dessa forma, desenvolve capacidades latentes presentes em si mesmo, como apresenta Marx,

Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o

trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. (MARX, 2013, p.255)

Ao modificar a natureza para atender suas necessidades, o ser humano estabelece relação entre seus pares, relações sociais, que permitem ao mesmo, por meio do trabalho, mediar relações humanas como forma a maximizar sua capacidade de sobrevivência e se desenvolver enquanto ser. Marx apresenta um elemento fundamental do trabalho e de sua característica humana, sua ideação prévia, uma teleologia:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que existia idealmente. (MARX, 2013, p.255-256)

O que Marx apresenta de fundamental neste seguimento é o fato de o trabalho, para o ser humano, apresentar o elemento da previa ideação, envolvendo a construção e escolhas das ferramentas, o modo como a atividade será executada, mas não só, implica a formação ideal da forma a ser construída, além do conhecimento mínimo das leis naturais. O que Marx vai caracterizar como, “[...] a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa” (MARX, 2013, p.256). Esse elemento preconcebido que orienta a ação humana para um objetivo, nem sempre finalístico, possibilita a realização do trabalho enquanto uma ação humana mediadora de sua relação com a natureza, de sua sobrevivência material enquanto ser. Durante a produção, o processo de trabalho, se configura como uma ação orientada para um objetivo/fim, no caso a criação de um valor de uso que atenda a uma necessidade humana. O homem interage com a natureza e isso é algo comum ao ser humano, independente de qual sociedade ou momento histórico, o homem não pode prescindir do trabalho.

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma

particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2013, p. 261)

A produção de valores de uso, produtos para satisfação de necessidades humanas, aparece enquanto elemento “comum a todas as formas sociais”. Apresentados esses elementos, entendemos que o trabalho, em sua determinação geral apresenta pelo menos os seguintes elementos: momento que media a relação entre o homem e a natureza a fim de possibilitar a reprodução da vida humana (modificando o sujeito enquanto ser social); dessa forma se constituindo como uma relação social entre os homens, que produzem socialmente, e não como indivíduos isolados (como nas robinsonadas); e o elemento da teleologia (na linguagem de Lukacs), ou seja, a capacidade humana de planejar e de criar idealmente o que deseja efetivar antes de realizar propriamente o que deseja ou necessita. Destaca-se também outra citação de Marx presente no primeiro capítulo:

Mas a existência do casaco, do linho e de cada elemento da riqueza material não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais específicas a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p.120)

Marx deixa claro que o trabalho que cria valores de uso é aquele que possibilita a realização das necessidades de sobrevivência humana, bem como o elemento da prévia ideação do que se pretende realizar. Um elemento decisivo é apontado aqui: o trabalho como forma eterna do metabolismo entre o ser humano e a natureza, ou seja, esse trabalho, em sua determinação geral, se configura como o conjunto de características que sempre fez parte da vida humana, e sempre fará, e não uma forma particular de trabalho. Marx destaca, não por acaso, esses elementos, e não os elementos da particularidade da sociedade do capital, como aqueles que constituem a “eterna necessidade natural” que media a relação de reprodução do homem com a natureza. Nos *Grundrisse*, Marx discute o problema da produção em geral, e, a partir da forma como apresenta o debate nos *Grundrisse*, pode-se compreender o seu movimento expositivo em *O Capital*. Dito isto, a forma expositiva de Marx sugere que ele segue em sua exposição aquilo que é descrito nos textos dos *Grundrisse* como abstração razoável.

Por isso, quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social - da produção de indivíduos sociais. Desse modo, poderia parecer que, para poder falar em produção em geral, deveríamos seguir o processo histórico de desenvolvimento

em suas distintas fases, seja declarar por antecipação que consideramos uma determinada época histórica, por exemplo, a moderna produção burguesa, que é de fato o nosso verdadeiro tema. No entanto, todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *Universal*, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade - decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos -, não seja esquecida a diferença essencial. (MARX, 2011, p.41)

Faz-se necessário entender o surgimento das relações sociais sempre dentro de um contexto histórico e social específico. Em todas as formas de produção existem elementos em comum, que se repetem e estão sempre presentes. A produção em geral no caso se caracteriza como a definição de elementos que se repetem, que são comuns e observáveis em distintos modos de produção, sendo que uma vez destacados, por se repetirem, permitem a não repetição dos mesmos elementos, como uma abstração razoável. A capacidade de abstrair, no caso os elementos idênticos presentes em formas distintas permitem, a partir da observação dos elementos reais extrair as categorias que se encontram presentes em formas diferentes. A comparação permite abstrair os elementos em comum e evidenciar as diferenças, evidenciando a continuidade na diferença. Esse elemento geral, comum, que Marx isola ao comparar formas distintas, por sua vez se articula extensamente em cada realidade de produção, apresentado desdobramentos complexos, derivando determinações diversas. Algumas determinações se repetem em momentos históricos distintos, outras se tornam particulares somente de determinada época. Porém, se os elementos comuns podem estar presentes em épocas distintas, o que caracteriza seu desenvolvimento são suas diferenças, aqueles elementos que não se repetem. Ao longo da análise de Postone chamou muito a atenção o fato do autor americano utilizar a categoria “trans-histórico” para se

referir ao entendimento que se tem da abstração razoável. Postone conhece a categoria apresentada nos Grundrisse, o que faz permanecer a questão de porquê ele escolheu utilizar esse termo e não se atentou para o problema, que inclusive pode abrir margem para interpretações menos precisas da obra de Marx. Por outro lado, Postone parece apreender de maneira correta o sentido da categoria elaborada por Marx e dá provas disto, captando o entendimento da diferença essencial e do lugar que o trabalho assume nessa sociabilidade.

As determinações gerais que caracterizam uma forma produtiva, por exemplo, deve caracterizar o conjunto de elementos que a constituem: os elementos em comum que se repetem; e a sua diferença essencial. Esta se caracteriza pelo elemento central que destaca a diferença, evidenciando o elemento distinto caracterizante de determinado objeto. Em conjunto com a abstração razoável, a diferença essencial permite compreender - como categoria analítica - como determinado elemento da realidade se apresenta e se analisar o mesmo a fim de perceber os elementos comuns e os distintos de formas anteriores.

Para resumir: para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas *condições universais* de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido. (MARX, 2011, p.44)

As determinações gerais, os elementos comuns presentes em todas as formas produtivas, permitem entender o que compõe a produção, como uma abstração razoável que destaca o comum, mas nenhuma produção se basta somente com esses elementos gerais. Consegue-se entender, até então, que a abstração razoável, parte do real ao analisar os elementos que compõem a categoria, e consegue por comparação, destacar os elementos em comum desta categoria que se encontram presentes em momentos históricos distintos. Do mesmo modo, as considerações gerais acerca do trabalho no capítulo 5, nos permite sugerir que tais determinações igualmente agem como abstrações razoáveis, devendo ser capazes de apontar os elementos que caracterizam o trabalho e estão presentes em sua realização em qualquer momento histórico, para além de suas particularidades, assim, destacando suas diferenças essenciais, aquilo que o torna geral. As determinações gerais do trabalho,

apresentadas anteriormente, significam exatamente aquilo que caracteriza e está presente em qualquer forma de existência do trabalho.

Isto posto, faz-se necessário entender um pouco mais a fundo o procedimento metodológico de Marx, mas somente com fins de compreender a abstração razoável do trabalho, uma vez que seu método é elemento complexo e demasiado extenso para que pudéssemos investigá-lo nesse momento. Os Grundrisse nos permitem o acesso a este momento por demais importante de Marx, para entender categorias e a forma que procede a análise do real.

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. (MARX, 2011, p.54)

Marx aponta que de início, em qualquer investigação iniciar pelo concreto, pelo real, pelo palpável, aparenta ser o correto a se fazer. No entanto, partir de um elemento como a população, ou seja, do todo, é incorreto, uma vez que esta não apresenta outras determinações que a compõem, que não são aparentes. As classes sociais compõem a população, mas aquelas são compostas por outros tantos elementos. Partir da população é partir de um todo caótico, ter como base uma realidade em que os elementos se encontram misturados e nem sempre visíveis. Mas partindo deles e fazendo um trabalho de pesquisa (intensificação analítica, nas palavras de Chasin) se chega cada vez mais a categorias mais simples. Por meio das abstrações é possível alcançar as categorias existentes efetivamente, tendo-se partido exatamente do todo caótico, mas aparecem primeiramente como categorias simples na representação, sem que se compreenda as relações com as demais categorias

presentes na realidade. Disso se retornaria ao concreto, no caso a população, em que as categorias simples, determinadas em suas relações concretas, e dessa forma se construiria um todo constituído de múltiplas e diversas determinações e relações. Uma vez abstraídos, pôde-se chegar a outros elementos a partir dos elementos simples descobertos.

Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, 2011, p.54)

Não se parte da abstração, mas da interação das categorias permitindo a investigação do lugar e posição determinativa de cada categoria no interior do todo, configurando para Marx o procedimento correto, explícito na frase “O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”. Ou seja, o concreto, o real, que se alcança após retornar da análise que chega aos elementos simples – o caminho cientificamente correto -, é diferente do todo caótico, por que se configura como o processo de síntese, do conjunto de determinações que formam essa concreticidade, reunindo em si, então, todos ou seus elementos que formam algo único inseparável, apesar das diferenças e contradições próprias. O concreto é então resultado, como uma síntese do processo, não início, apesar de ser o início efetivo e como tal, também o início da intuição e da representação. No primeiro processo se chega à determinação abstrata; no segundo, parte-se desta e se constrói o concreto como síntese, por meio do pensamento.

Esse entendimento sobre o proceder de Marx é fundamental para compreender como o autor procede seu entendimento da categoria trabalho. Marx faz apontamentos sobre a mesma nos Grundrisse que nos permite perceber a categoria como abstração razoável, e organiza a posterior apresentação das diferenças essenciais do trabalho no capitalismo.

O trabalho parece uma categoria muito simples. A representação do trabalho nessa universalidade - como trabalho em geral - também é muito antiga. Contudo, concebido economicamente nessa simplicidade, o "trabalho" é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração. O sistema monetário, por exemplo, põe a riqueza ainda muito objetivamente como coisa fora de si no dinheiro. Em relação a esse ponto de vista, houve um enorme progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial transpôs a fonte da riqueza do objeto para a atividade subjetiva – o trabalho manufatureiro e comercial -, embora concebendo ainda essa própria atividade sob a forma estreita do simples ganhar dinheiro. Em contraste com esse sistema, o fisiocrático põe uma determinada forma de trabalho – agricultura - como a forma criadora de riqueza, e põe o próprio objeto não mais sob o disfarce do dinheiro, mas como produto em geral, como resultado universal do trabalho. Tal produto, dado o caráter limitado da atividade, é ainda determinado pela natureza - produto da agricultura, produto da terra por excelência. (MARX, 2011, p.57)

A categoria trabalho aparenta ser uma categoria simples, antiga, entendida como trabalho em geral, mas apresenta um caráter tão moderno quanto as relações econômicas nas quais está inserido. O sistema monetário apresenta a riqueza objetivamente, como “coisa fora de si no dinheiro”. Quando o sistema manufatureiro ou comercial transferiu a fonte da riqueza para a atividade subjetiva houve um grande avanço, mesmo que ainda entendessem essa forma como simples maneira de se ganhar dinheiro. Em contraste a essa forma os fisiocratas entendiam que o valor era criado somente em uma forma particular de produção, a agricultura. Isso leva ao entendimento do valor como resultante direto do trabalho humano, sendo também uma determinação da natureza. Tratando da maturação das categorias ao longo do desenvolvimento real, Marx permite-nos entender por que esta forma particular de trabalho – que será abordada do tópico 3.2 em diante – se desenvolveu e quais as condições presentes no capitalismo possibilitaram o surgimento delas.

Foi um imenso progresso de Adam Smith descartar toda determinabilidade da atividade criadora de riqueza - trabalho simplesmente, nem trabalho manufatureiro, nem comercial, nem agrícola, mas tanto um como os outros. Com a universalidade abstrata da atividade criadora de riqueza, tem-se agora igualmente a universalidade do objeto determinado como riqueza, o produto em geral, ou ainda o trabalho em geral, mas como trabalho passado, objetivado. [...]. Poderia parecer que, com isso, apenas fora descoberta a expressão abstrata para a relação mais simples e mais antiga em que os seres humanos – seja qual for a forma de sociedade - aparecem como produtores. Por um lado, isso é correto. Por outro, não. A indiferença diante

de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. (MARX, 2011, p.57)

Marx aponta a importância da compreensão de Smith de que não seria a forma particular do trabalho, mas o trabalho propriamente a ser o elemento capaz de criar riqueza. Entendido o mesmo como elemento universal que gera riqueza, o objeto resultado do trabalho se torna a materialização da riqueza propriamente, como produto em geral ou trabalho objetivado. A descoberta de Smith poderia indicar a simples capacidade de ter abstraído o trabalho como criador de riqueza nas formas humanas em seu geral, e em parte é isso. O sentido indiferenciado do trabalho como produtor de riqueza não demonstra qualquer forma de organização social, mas uma específica, aquela em que em sua complexidade cria as condições para que um conjunto de tipos de trabalho estejam postos, mas que nenhum deles se sobreponha aos demais, uma forma social em que as expressões do trabalho como geração de riqueza estejam equilibradas, a sociabilidade burguesa.

Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. Um tal estado de coisas encontra-se no mais alto grau de desenvolvimento na mais moderna forma de existência da sociedade burguesa - os Estados Unidos. Logo, só nos Estados Unidos a abstração da categoria "trabalho", "trabalho em geral", trabalho 'puro e simples', o ponto de partida da Economia moderna, devêm verdadeira na prática. Por conseguinte, a abstração mais simples, que a Economia moderna coloca no primeiro plano e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, tal abstração só aparece verdadeira na prática como categoria da sociedade mais moderna. Poder-se-ia dizer que aquilo que nos Estados Unidos aparece como

resultado histórico - essa indiferença em relação ao trabalho determinado -, aparece entre os russos, por exemplo, como disposição natural. Só que, primeiro, há uma maldita diferença entre bárbaros com disposição para ser empregados em tudo e civilizados que empregam a si próprios em tudo. Ademais, entre os russos, a essa indiferença em relação à determinabilidade do trabalho corresponde, na prática, a tradicional sujeição a um trabalho completamente determinado, da qual são arrancados somente por influências exteriores. (MARX, 2011, p.57-58)

As abstrações mais gerais, sua possibilidade de apreensão efetiva, surge em decorrência de um desenvolvimento concreto maior, na medida em que a categoria expressa o desenvolvimento do trabalho na realidade – sua realização concreta -, se encontrando maturado, em que determinado aspecto aparece presente na maioria das formas, no caso do trabalho, como elemento comum. O trabalho não aparece mais como expressão de uma forma particular, mas também não se configura como somente o resultado de uma abstração da concreticidade, mas como trabalho indiferenciado. O sentido indiferente do trabalho surge porque na prática ele funciona como produtor de valor, como trabalho abstrato, e como contingencialidade para o trabalhador, por ter uma diversidade de formas distintas que podem ser realizadas, no caso russo em que precisa realizar qualquer trabalho para a própria sobrevivência. Como determinação não se liga mais individualmente, mas apresenta um sentido social que permite esse trânsito simples entre trabalhos diferentes. É elemento efetivo presente na realidade como criador de riquezas.

Marx aponta nos EUA o ponto alto do desenvolvimento capitalistas, lugar em que o trabalho indiferenciado se encontra existente na concreticidade da vida. Ou seja, uma categoria colocada pela economia como elemento primordial da produção, como trabalho indiferenciado, só se coloca existente na realidade na forma mais moderna e atual de sociabilidade. O que nos EUA surge como processo de desenvolvimento social e produtivo, aparece na Rússia por exemplo, como “disposição natural”. Mas há uma diferença significativa. Por um lado, a sociedade americana, que em seu grau de desenvolvimento permite a ocupação de diferentes formas de trabalho, pois todos participam do processo de geração de riqueza e apresentam um equilíbrio dentro dessa forma social. No caso russo, bárbaros que, na luta pela sobrevivência se veem compelidos a

realizar o trabalho que estiver disponível para poder se reproduzir, sendo que os mais baixos graus de desenvolvimento e rentabilidade se encontram presentes. Na verdade, no caso russo, se passa uma profunda sujeição a uma forma específica de trabalho, agrícola, em que, por meio de uma compulsão externa, como guerras, clima e degradação das forças produtivas, os trabalhadores são forçados a assumir outras ocupações de trabalho.

Esse exemplo do trabalho mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas - justamente por causa de sua abstração -, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas. (MARX, 2011, p.58)

Esse exemplo demonstra, para Marx, como as categorias, inclusive no seu nível maior de abstração, em sua determinação se colocam ao mesmo tempo como resultado do desenvolvimento das relações social de produção, mas sendo válidas plenamente somente para esse tipo de relação e em seu interior. O trabalho por exemplo, é sempre a combinação de suas determinações gerais, aqueles elementos que são destacados pelas abstrações razoáveis, e os elementos particulares do momento histórico em que o trabalho ocorre, no caso as especificidades de cada modo de produção. Nos EUA como trabalho indiferenciado, abstrato, ponto alto de desenvolvimento capitalista. Na Rússia bárbara, uma contingencialidade posta pelo imperativo da sobrevivência. Assim sendo, por mais que a abstração que resulta em uma categoria permita o seu entendimento em momentos históricos distintos, a categoria em si plenamente realizada só se coloca posta na forma mais avançada de relações e possuindo significado dentro deste estágio de desenvolvimento.

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. (MARX, 2011, p.58)

A sociedade burguesa é entendida como o momento histórico mais avançado do desenvolvimento produtivo humano até então, sendo que as categorias que se encontram desenvolvidas e maturadas em seu interior se colocam como uma ponte que permite olhar para as formações sociais anteriores e entender seu funcionamento e desenvolvimento, tanto por ser mais desenvolvida do que a categoria presente na forma passada, como por ainda apresentar em seu interior formas vestigiais e fragmentadas de elementos presentes nas formas superadas, ou seja, apesar de ter superado a forma anterior, ainda permanecem elementos que constituíam aquela. “A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida.” A citação famosa de Marx permite entender analogicamente o que se passa com as categorias, que no momento de maior desenvolvimento social apresentam vestígios na concreticidade de elementos das formas arcaicas anteriores que persistem em aparecer, elementos importantes que possibilitam, do ponto mais elevado, olhar para trás e entender o que restou das formas passadas que permite compreendê-las. Isso nos possibilita entender, por comparação o que permanece em comum e o que se modifica, determinando o que compõe as abstrações razoáveis da categoria e o que se configura enquanto particularidade. O vestígio das formas anteriores presentes na forma atual mais avançada é modificado e ressignificado nessa forma, permitindo compreender que na complexificação as categorias já presentes são também modificadas.

Como, ademais, a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas. Por exemplo, a propriedade comunal. Por conseguinte, se é verdade que as categorias da economia burguesa têm uma verdade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado *cum grano salis*. Elas podem conter tais categorias de modo desenvolvido, atrofiado, caricato etc., mas sempre com diferença essencial. O assim chamado desenvolvimento histórico se baseia sobretudo no fato de que a última forma considera as formas precedentes como etapas até si mesma, e as concebe sempre unilateralmente, uma vez que raramente

critica a si mesma, do que é capaz apenas em condições muito determinadas - e aqui naturalmente não se trata daqueles períodos históricos que parecem a si mesmos como épocas de decadência. A religião cristã só foi capaz de contribuir para a compreensão objetiva das mitologias anteriores quando sua autocrítica estava em certa medida, por assim dizer, $\delta\upsilon\nu\acute{\alpha}\mu\epsilon\iota$, pronta. Da mesma maneira, a Economia burguesa só chegou à compreensão das sociedades feudal, antiga e oriental quando começou a autocrítica da sociedade burguesa. Na medida em que a Economia burguesa não se identifica pura e simplesmente com o passado, mitologizando-o, sua crítica das sociedades precedentes, sobretudo a feudal, com a qual ainda tinha de lutar diretamente, é similar à crítica feita pelo cristianismo ao paganismo, ou à do protestantismo ao catolicismo. (MARX, 2011, p.58-59)

As formas anteriores se apresentam na sociedade burguesa de maneira atrofiada, dissimulada, em que esta ressignifica aquelas, mantendo assim o que as diferenciam. O que se caracteriza como desenvolvimento histórico, uma sucessão de eventos progressivamente desenvolvidos não apresenta em si a crítica da forma presente, mas a forma atual como superação da anterior, quando de sua maturação objetiva. A forma presente pode ser criticada muito particularmente em momentos de mudança e ruptura, como o catolicismo em relação ao paganismo e o protestantismo frente aquele. A crítica feita pela sociedade burguesa às formas anteriores só se tornou possível na medida em que esta começou seu próprio processo de autocrítica, sendo que, ao não se identificar com o passado, com as organizações sociais anteriores, pode criticá-las, e inclusive lutar contra elas a fim de se estabelecer como dominantes, como na luta contra a feudalidade. A maturação do objeto e seu processo de desenvolvimento histórico permite-nos o entendimento acerca da formação da abstração razoável, e como tal, é deveras importante para o próximo passo que será dado, a apresentação da particularidade do trabalho no capitalismo.

Apresentadas as determinações gerais do trabalho e entendida a abstração razoável, podemos considerar que na primeira parte do quinto capítulo de O Capital, Marx apresenta o conjunto de elementos que conformam o trabalho em geral, categoria que expressa as características presentes na realização do trabalho nas mais diversas formações sociais, que para Marx, como já citado, impede a repetição, e que se coloca como base sobre a qual se colocam as determinações particulares do trabalho específicas a cada forma produtiva. Marx

no início do décimo quarto capítulo da mesma obra faz um apontamento importante sobre isso.

Inicialmente, consideramos o processo de trabalho de modo abstrato (ver capítulo 5), independente de suas formas históricas, como processo entre homem e natureza. Lá, dissemos: “Se consideramos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo”. E na nota 7, como complemento: “Essa determinação do trabalho produtivo, tal como ela resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não é de modo nenhum suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção”. É esse o ponto que cabe desenvolver aqui. (MARX, 2013, p.577)

Marx aponta explicitamente, no começo do capítulo 14, como a determinação do trabalho em geral, como relação entre o homem e a natureza, se configurou como uma abstração, no caso razoável, e sobre a necessidade de se entender essa forma trabalho sob a organização da produção capitalista, explicitando que, a forma do processo simples de trabalho, exposta no quinto capítulo é insuficiente para entender a forma trabalho na sociabilidade do capital, fazendo-se necessário entender o conjunto de elementos que o compõem.

3.2- Trabalho como produtor do valor

Entende-se que o capítulo quinto d'O Capital apresenta as determinações mais claras, nesta obra, acerca do trabalho. Na segunda parte, discute o processo de valorização do capital, particularidade do capitalismo, e indica os elementos presentes na determinação geral do trabalho nessa sociabilidade em particular. O processo de valorização é colocado, então, no patamar de determinante social do trabalho, elemento que ganha preponderância no capitalismo e orienta o capital a um ciclo de autovalorização constante por meio do trabalho. Logo, o trabalho passa a cumprir um papel determinado, subordinado, na acepção marxiana, subsumido ao capital.

O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, como o fio, as botas etc. Mas apesar de as botas, por exemplo, constituírem, de certo modo, a base do progresso social e nosso capitalista ser um “progressista” convicto, ele não as fabrica por elas mesmas. Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos

porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor. (MARX, 2013, p.263)

A produção para o capitalismo busca por si não a realização de produtos, de propriedade do capitalista, que satisfaçam as necessidades humanas, embora sua utilidade seja necessária, mas sim valores de troca. Sobre o valor de uso de determinada mercadoria, tipo de produto que apresenta valor de troca, se apoia essa forma de valor, ou seja, para que determinada mercadoria possa possuir valor que gere riqueza precisa também que aquela “coisa” produzida seja utilizável por quem quer que a compre. Para além disso, o capitalista quer que ao final do processo produtivo a mercadoria possua em si um volume de valor superior aquele necessário para sua fabricação, ou seja, que seu valor de venda seja maior do que a soma dos valores dos seus meios de produção e da força de trabalho para sua produção somados, valor esse que dispunha anteriormente ao início do processo e que teve que investir a fim de iniciar o processo. Ou seja, ele busca que durante esse processo um quantum de valor seja acrescido à mercadoria, um mais-valor.

Por que se trata aqui da produção de mercadorias, consideramos, até este momento, apenas um aspecto do processo. Assim como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor. (MARX, 2013, p.263)

Marx já deixa muito claro desde o início que há uma vinculação estreita entre a produção de valores e o processo de trabalho, sendo que este funciona como agente central na produção das mercadorias e desta forma, de valor de troca. Assim, o trabalho age com fins a essa criação de novos valores e é por esta necessidade do capital, comandado. E prossegue,

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Isso vale também para o produto que reverte para nosso capitalista

como resultado do processo de trabalho. (MARX, 2013, p.263-264)

A quantidade de trabalho cristalizado, determina o valor da mercadoria, seja o trabalho cristalizado nos meios de produção utilizados ou que se materializa ao longo desse processo de trabalho quando a força de trabalho é dispendida, dentro dos critérios do tempo de trabalho socialmente determinado. Esse processo se dá tanto no resultado como produto, que se objetiva o valor de uso, quanto na mercadoria, que é necessário além do valor de uso o valor de troca. Marx prossegue demonstrando como o valor se transfere dos meios de produção ao produto final por um exemplo concreto da produção de fios tendo por base o uso de algodão e fusos de fiar. Explicita o processo da seguinte forma,

O tempo de trabalho requerido para a produção do algodão, que é a matéria-prima do fio, é parte do tempo de trabalho requerido para a produção do fio e, por isso, está contido neste último. O mesmo se aplica ao tempo de trabalho requerido para a produção da quantidade de fusos cujo desgaste ou consumo é indispensável à fiação do algodão. (MARX, 2013, p.264)

Ou seja, na produção da mercadoria final os valores das mercadorias utilizadas para sua fabricação – os meios de produção e a força de trabalho – são absorvidos ao longo do processo. Esse processo é perceptível no caso dos fusos por meio do desgaste e no caso do algodão por meio do consumo mesmo dessa mercadoria. Os valores e o tempo de trabalho para a produção dos pré-requisitos da produção do fio podem ser considerados, então, como parte de um processo maior e contínuo de produção em que o fio é seu elemento final, como um grande processo de trabalho. Exemplifica o processo da seguinte forma:

Se uma quantidade determinada de trabalho, por exemplo, 30 jornadas de trabalho, é necessária para a construção de uma casa, o fato de que a última jornada de trabalho seja realizada 29 dias depois da primeira jornada é algo que não altera em nada a quantidade total de tempo de trabalho incorporado na casa. E, desse modo, o tempo de trabalho contido no material e nos meios de trabalho pode ser considerado como se tivesse sido gasto num estágio anterior do processo de fiação, antes de iniciado o trabalho final, sob a forma da fiação propriamente dita. (MARX, 2013, p.265)

E aponta duas condições para que essa relação possa ser feita,

Em primeiro lugar, é necessário que o algodão e o fuso tenham servido efetivamente à produção de um valor de uso. [...] Em segundo lugar, pressupõe-se que o tempo de trabalho

empregado não ultrapasse o tempo necessário de trabalho sob dadas condições sociais de produção. (MARX, 2013, p.265)

Marx discute então a necessidade de se entender o quanto de valor o fiandeiro propriamente adiciona ao algodão.

Na medida em que o trabalho do fiandeiro cria valor, isto é, é fonte de valor, ele não difere em absolutamente nada do trabalho do produtor de canhões, ou, para empregar um exemplo que nos é mais próximo, do trabalho – incorporado nos meios de produção do fio – dos plantadores de algodão e dos produtores de fusos. É apenas em razão dessa identidade que o plantio de algodão, a fabricação de fusos e a fiação podem integrar o mesmo valor total, o valor do fio, como partes que se diferenciam umas das outras apenas quantitativamente. Não se trata mais, aqui, da qualidade, do caráter e do conteúdo específicos do trabalho, mas apenas de sua quantidade. (MARX, 2013, p.266)

Existe um elemento em comum entre o fiandeiro e o produtor de canhões, que se dá de forma quantitativa, e não qualitativa. O fiandeiro, o plantador de algodão e o produtor de fusos produzem valores que são do mesmo tipo e permite que possam realizar uma equiparação entre iguais. Esse elemento é o valor criado na produção de todos os produtos, realizados produtivamente, ou seja, sua capacidade de gerar mais-valor. A diferença entre os trabalhos, então, não se dá mais por seus valores de uso, a qualidade dos produtos que produziram, mas pelo volume de valor gerado em cada processo. Marx pontua a necessidade da produção de ser realizada dentro de um tempo médio socialmente determinado, sendo que este definirá também o montante de mais-valor produzido.

Nosso capitalista fica perplexo, o valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais valor e, portanto, não se transformou em capital. O preço das 10 libras de fio é 15 xelins, e 15 xelins foram desembolsados no mercado em troca dos elementos constitutivos do produto, ou, o que é o mesmo, dos fatores do processo de trabalho: 10 xelins pelo algodão, 2 xelins pelos fusos e 3 xelins pela força de trabalho. O valor dilatado do fio não serve para nada, pois seu valor é apenas a soma dos valores anteriormente distribuídos no algodão, nos fusos e na força de trabalho, e do valor obtido com essa simples adição jamais poderia resultar em mais-valor. (MARX, 2013, p.267)

Marx contrapõem ao capitalista perplexo os elementos reais da produção da seguinte maneira:

Vejamos a questão mais de perto. O valor diário da força de trabalho é de 3 xelins porque nela própria está objetivada meia jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários à produção diária da força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho anterior, que está incorporado na força de trabalho, e o trabalho vivo que ela pode prestar, isto é, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas completamente distintas. A primeira determina seu valor de troca, a segunda constitui seu valor de uso. O fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para manter o trabalhador vivo por 24 horas de modo algum impede de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fio ou botas, é apenas uma *conditio sine qua non* [condição indispensável], já que o trabalho, para criar valor, tem necessariamente de ser despendido de modo útil. Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui. Esse é o serviço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem abrir mão do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força de trabalho durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada. A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, conseqüentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário – tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor (MARX, 2013, p.269-270)

Ele rebate o argumento que busca esconder os elementos reais que determinam o processo de valorização e de extração de mais-valor. Estabelece uma diferença essencial entre os valores de uso e de troca da força de trabalho, sendo o primeiro valor referente a sua capacidade de trabalho, o dispêndio dessa força de trabalho que pode se realizar pela jornada inteira; o valor de troca por sua vez se refere ao contrato de trabalho, em que o salário deve remunerar a compra de bens necessários à reprodução da vida do trabalhador. É nessa diferença que o capitalista se apoia para enriquecer e valorizar seu capital, ou

seja, entre o necessário para a vida do trabalhador e a sua capacidade de produzir valor, que é superior à sua necessidade.

Aquilo que se produz é condição necessária, mas não suficiente. A necessidade da mercadoria, seu valor de uso, para a produção capitalista, não é suficiente para que a mesma ocorra, é necessário que em conjunto, para a venda da mercadoria, deve possuir um valor adicionado. A diferença essencial da mercadoria força de trabalho se fundamenta, então, exatamente na sua capacidade de gerar valor, que se configura como seu valor de uso específico. Sendo que esta, como mercadoria igual a qualquer outra, também está submetida às leis que regulam seu valor, realizando seu valor de troca e alienando seu valor de uso, como Marx coloca, uma vez que produz valor, valorizando o capital e escondendo o sentido de seu trabalho, daquilo que produz especificamente, não podendo realizar os dois ao mesmo tempo nessa sociabilidade. E conclui afirmando que o comprador, capitalista, não age de forma injusta ao ficar com o produto do trabalho realizado, ou seja, com o resultado do valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho. Mas aponta que a relação em que o valor da força de trabalho não corresponde ao valor que pode criar, se configura como grande vantagem ao capitalista.

O trabalhador encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6, mas de 12 horas. Assim como 10 libras de algodão absorveram 6 horas de trabalho e se transformaram em 10 libras de fio, 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas, agora, 5 jornadas de trabalho, das quais 4 foram empregadas na produção do algodão e dos fusos e 1 foi absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. A expressão em ouro das 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou 1£ e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. A libra de fio continua a custar 1 xelim e 6 pence, mas a quantidade de valor das mercadorias lançadas no processo soma 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto aumentou 1/9 sobre o valor adiantado em sua produção. Desse modo, 27 xelins transformaram-se em 30 xelins, criando um mais-valor de 3 xelins. No final das contas, o truque deu certo. O dinheiro converteu-se em capital. (MARX, 2013, p. 270-271)

O processo é demonstrado em seu exemplo numérico, permitindo perceber melhor a transformação da capacidade de trabalho do trabalhador em valor absorvido pelo capitalista. A jornada de trabalho para a qual o trabalhador

é contratado é, no exemplo, o dobro do tempo de jornada que ele necessita para pagar pelos bens e serviços necessários à manutenção de sua vida. E recebe a quantidade de matérias-primas que necessita para produzir ao longo de todo esse tempo. Assim sendo, transfere o valor do algodão e dos fusos para o fio mais o valor da sua força de trabalho que alterou esse conjunto de materiais. Só que como só é remunerado pelo equivalente a metade de sua jornada de trabalho, resta uma metade que não é remunerada e fica incorporada – cristalizada – na mercadoria. Ao final do processo, o capitalista, que anteriormente ficava perplexo que os valores investido e produzido eram iguais, recebe o retorno de seu investimento aumentado, ou seja, recebe valor criado transfigurado em capital.

Esse ciclo inteiro, a transformação de seu dinheiro em capital, ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera da produção (MARX, 2013, p.271)

E prossegue,

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias primas para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza (MARX, 2013, p. 271)

A circulação figura como elemento importante da valorização do capital, uma vez que se inicia e termina nesta etapa, mas é na produção propriamente que o valor se realiza, sendo então o elemento decisivo do processo de valorização. Nele o dinheiro compra as mercadorias que se transformam em novas mercadorias, sendo que dessa forma o trabalho vivo da força de trabalho que está sendo dispendido se relaciona com o trabalho morto, já objetivado, do processo de produção da matéria-prima e se transforma em capital, ou seja, é o processo do valor que se autovaloriza.

Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pego pelo capital é substituído

por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização. (MARX, 2013, p. 271)

Marx aqui delimita quando o processo de valorização se diferencia do processo de formação do valor. O valor é formado até o limite em que o trabalhador produz mercadorias no valor equivalente aquele que sua própria mercadoria, força de trabalho, vale, sendo que para além disso já se constitui processo de valorização, em que uma quantidade de valor a mais é transformada em capital. “Se, além disso, compararmos o processo de formação de valor com o processo de trabalho, veremos que este último consiste no trabalho útil, que produz valores de uso.” (MARX, 2013, p. 271). Assim, durante o processo de trabalho que ocorre paralelamente ao processo de formação do valor, aquele se configura enquanto trabalho útil, ou seja, momento do processo que produz valores de uso.

O mesmo processo de trabalho se apresenta, no processo de formação de valor, apenas sob seu aspecto quantitativo. Aqui, o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é despendida de modo útil. As mercadorias que tomam parte no processo também deixam de importar como fatores materiais, funcionalmente determinados, da força de trabalho que atua orientada para um fim. Elas importam tão somente como quantidades determinadas de trabalho objetivado. Se contido nos meios de produção ou adicionado pela força de trabalho, o trabalho só importa por sua medida temporal. (MARX, 2013, p.272)

É o tempo de trabalho que determina, no processo de trabalho, a quantidade de tempo e valor criada de modo útil ou dentro do processo de valorização. O trabalho importa então, pela duração de seu tempo, ou sua objetivação no objeto, em especial enquanto valorização do valor para o capitalista. “Vê-se que a diferença, anteriormente obtida com a análise da mercadoria, entre o trabalho como valor de uso e o mesmo trabalho como criador de valor, apresenta-se, agora, como distinção dos diferentes aspectos do processo de produção.” (MARX, 2013, p. 273). Ou seja, pode-se diferenciar os momentos diferentes do processo de trabalho – entre formação do valor e valorização – por sua relação com a produção de valor de uso e valor de troca respectivamente. São uma unidade, mas que determina momentos distintos, como coloca a seguir: “O processo de produção, como unidade dos processos

de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. ” (MARX, 2013, p.273). Quando a valorização, ou seja, a produção voltada para a criação de valores de troca, se objetiva, pode-se caracterizar esse tipo de produção enquanto sua forma capitalista.

Marx demonstra de forma clara como o processo de valorização ocorre pelo trabalho. É justamente a porção de tempo de trabalho cristalizado que fica de fora da remuneração, a princípio uma porção pequena, que permite que o dinheiro investido inicialmente se transforme em capital, e valor valorizado. Pequena a princípio, pois ganha imenso volume a partir do momento que se coloca em proporção real de milhares de trabalhadores gerando riqueza diariamente. Mais uma vez o trabalho se coloca submetido a uma necessidade de valorizar capital, se subsume a este.

Neste capítulo foi possível apresentar a determinação geral do trabalho, os elementos comuns que evitam a repetição e permitem entender as características gerais do trabalho presentes em quaisquer formas produtivas, entendendo que a mesma, presente na primeira parte do capítulo cinco de O Capital é uma abstração razoável, elemento que para corroborar nossa afirmação utilizamos os Grundrisse que nos permite entender o papel dessa categoria no procedimento investigativo de Marx. Pode-se entender também, as características mais particulares do trabalho no capitalismo, seu processo de geração de mais-valor e de criação do capital. Essa breve recapitulação do que foi tratado aponta para a necessidade de se tratar mais a fundo a particularidade da produção no capitalismo e o papel que o trabalho cumpre nele, seu lugar de sobre-determinação pelo capital, a subsunção formal e real do trabalho ao capital. Dito isto, podemos seguir em frente e entender no capítulo sexto inédito, o sentido da subsunção, propriamente, do trabalho ao capital.

3.3 – A subsunção do trabalho ao capital

Partiremos do capítulo sexto, inédito, para discutir o sentido do trabalho subsumido ao capital. Este capítulo escrito por Marx a princípio daria seguimento ao capítulo do trabalho n' O Capital, mas o autor havia retirado o mesmo e pretendia colocá-lo no início do segundo livro da obra afim de fazer a conexão do processo de produção com o processo de circulação. Neste, Marx apresenta a discussão do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo, à luz do debate da subsunção do trabalho ao capital. O trabalho se encontra, nos textos tratados até aqui, como elemento chave do processo produtivo que se encontra submetido pelo capital no seu processo de valorização, que será discutido logo à frente, além da própria subsunção que pode ser formal ou real. Indicamos que utilizaremos a grafia atual “mais-valor”, visto que na versão original desta tradução o termo utilizado era “mais-valia”. Logo no início, o autor apresenta sua tese da seguinte forma,

Como o fim imediato e [o] produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. (MARX, 2013, p. 125)

Entende-se que Marx estabelece como pressuposto ao sentido da produção capitalista, a geração de mais-valor, já discutida anteriormente no livro primeiro do capital, e parte dela para constatar que o sentido da produtividade nesta sociabilidade parte da vinculação direta do trabalho com a valorização, sendo que ele deriva logicamente que aquele tipo de trabalhador que trabalha produtivamente pode ser definido como produtivo também. Delimita, pois, o sentido dessa produção e os argumentos nos quais se ancora.

Do simples ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se-nos como produtivo o trabalho que se realiza em um produto, mais concretamente em mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia (surplusvalue), representada por um sub-reproduto (surplusproduce), ou seja, um incremento excedente de mercadoria para o monopolizador dos meios de trabalho (monopoliser of means of labour), para o capitalista. Só é produtivo o trabalho que põe o capital variável, e, portanto, o capital total, como $C+\Delta C = C+\Delta V$. (MARX, 2013, p.125-126)

Marx aponta que nos processos de produção em geral, ou seja, indiferenciados, o produto se coloca como óbvio resultado, mas no caso em que ele analisa, esse produto é caracterizado enquanto mercadoria. No modo de produção capitalista, o que define o sentido produtivo é exatamente sua capacidade de valorizar o capital, resultando em mais-valor, sendo que este não é adquirido pelo seu criador, mas pelo detentor dos meios de produção, o capitalista. O seu sentido se configura então na relação direta entre o valor total do capital e aquele valor do capital variável, decorrente da força de trabalho, em que podemos observar uma identidade entre ambos ($\Delta C = \Delta V$), ou seja, aquela quantidade de valor que foi acrescida ao capital durante o processo produtivo é correspondente àquela capacidade de geração de valor presente já na força de trabalho. E prossegue: “Trata-se, pois, de trabalho que **serve** diretamente ao capital como **instrumento** (agen v) de sua autovalorização, como **meio** para a produção de mais-valia”. (MARX, 2013, p.126). Marx ressalta aqui um elemento fundamental de sua análise, o fato do trabalho se encontrar subordinado, subsumido como dirá mais à frente, à lei do valor, ou, processo de valorização do capital, ao apontar como que o trabalho, serve como instrumento para a valorização do capital, como meio, elemento mediador desse processo de criação de mais-valor. A lei do valor aparece então, como momento preponderante da produção no capitalismo, aquele que se destaca e apresenta maior força frente aos demais elementos submetendo eles a si. E explicita o sentido da produtividade no capitalismo.

O processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias. O trabalho continua sendo produtivo na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de valor de uso e de valor de troca. Mas o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital. É produtivo, pois, o trabalho que se representa em mercadorias, mas, se considerarmos a mercadoria individual, o é aquele que, em uma parte alíquota desta, representa trabalho não pago; ou, se levarmos em conta o produto total, é produtivo o trabalho que, em uma parte alíquota do volume total de mercadorias, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, produto que nada custa ao capitalista. (MARX, 2013, p.126)

Faz uma consideração decisiva ao afirmar que a produção no capitalismo não exclui nem anula em nada os elementos gerais que determinam todos e quaisquer processos de trabalho, ou seja, a forma particular se realiza pela

relação entre o geral indeterminado e a especificidade. E em seguida aponta que no capitalismo a produção resulta em dois elementos distintos, produtos e mercadorias, não sendo sinônimos, mas sim resultados distintos de processos distintos. A mercadoria apresenta em sua composição a expressão de valores de uso e valores de troca, sendo que no processo de trabalho que a produz, valor é acrescido à mesma, afim de valorizar o capital. Desta forma, o trabalho produtivo, aquele que gera mais-valor é, então, aquele que produz mercadorias, ou seja, o resultado do trabalho que apresenta exatamente um valor a mais acrescido. Na mercadoria individual ou no produto total, o trabalho produtivo se apresenta como percentual da mercadoria como trabalho não remunerado. Logo em seguida define claramente o sentido da produtividade do trabalho. “É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo; e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza capital. ” (MARX, 2013, p.126). Tece severa crítica à mentalidade burguesa que toma o sentido da produtividade pela geração de resultados ao fim do trabalho, ou seja, uma concepção de cunho moral que qualifica de produtivo todo aquele trabalho que produz, e que não leva em conta o elemento particular da produção capitalista, a criação de mais-valor, universalizando essa forma ao equiparar a mesma à forma geral.

Somente a estreiteza mental burguesa, que toma a forma capitalista de produção pela forma absoluta e, em consequência, pela única forma natural de produção, pode confundir a questão do que seja trabalho produtivo e trabalhador produtivo, do ponto de vista do capital, com questões sobre o que seja trabalho produtivo em geral, contentando-se assim com a resposta redundante de que é produtivo todo trabalho que produz, todo o que redunde em um produto ou em algum valor de uso qualquer. Resumindo: em um resultado. (MARX, 2013, p. 126)

Marx prossegue na argumentação, “Só é produtivo o operário cujo processo de trabalho é igual ao processo de consumo produtivo da capacidade de trabalho – do depositário desse trabalho – por parte do capital ou do capitalista. ” (MARX, 2013, p. 127). O operário, ao realizar em seu tempo de trabalho o valor de uso dos produtos utilizados na fabricação da nova mercadoria, bem como utilizando os meios de produção, realiza assim o consumo produtivo dos mesmos, bem como sua própria força de trabalho. O sentido da produtividade se relaciona então com o caráter daqueles objetos que, ao serem utilizados, são capazes de

transferir de si valor para uma nova mercadoria que apresenta um valor a mais que é exatamente a alíquota de tempo de trabalho não remunerado do trabalhador.

O trabalho se encontra subsumido ao capital nessa sociabilidade, é a partir desse elemento concreto que Marx entende o trabalho em sua particularidade. Como elemento geral, com suas características comuns ele já havia identificado e determinado, e agora completa o sentido do processo de valorização ao apresentar o caráter subsumido do trabalho. Entende-se que a valorização, determinada pela lei do valor, ganha um sentido especial no capitalismo e tamanha relevância que se destaca como elemento da produção, como momento preponderante – ou predominante – da mesma tornando-se aquilo que determina o processo de produção de uma maneira geral, mas ao mesmo tempo é parte do mesmo, não é um elemento a parte ou exterior. Assume uma determinação social sobre o trabalho a ponto de subsumir o mesmo a sua necessidade, como Marx explicita com termos que foram grifados no começo dessa discussão. E esse sentido da subsunção apresenta significados concretos. Desde fazer entender que o trabalho não se comporta como elemento a parte da produção e nem especial, apesar da grande relevância e importância que efetivamente possui, deve ser entendido em suas relações sociais concretas, nesse caso como reproduzidor do capital. Além disso, é significativo a diferença entre o trabalho que gera valor e é remunerado pelo capital daquele que, como improdutivo, que não possui o sentido de valorizador, que é remunerado pelo rendimento do capital, como consumo improdutivo pelo capitalista.

Feitas as considerações a partir do próprio Marx, faz-se necessário ponderar acerca das elaborações do próprio Postone, autor que para nós apresenta uma compreensão mais fiel à de Marx e uma proposição distinta sobre a centralidade do trabalho. Quer nos parecer que Postone compreende muito bem Marx, uma vez que localiza precisamente na produção, especificamente na produção capitalista de valor, o papel particular que o trabalho cumpre nessa sociabilidade. Dessa forma, se afasta do debate de Antunes e Habermas que localizam o debate sobre a centralidade entorno do trabalho, mas no caráter de sua exploração. Não identificam claramente o sentido específico dessa forma

particular, e diferenciam muito pouco os elementos gerais do trabalho de sua forma particular. Postone também indica a categoria trabalho articulada com outras duas categorias muito importantes para seu entendimento, no caso as categorias capital e tempo, elementos que não são trazidos pelos demais autores. Também, o autor canadense, apresenta uma resolução clara sobre a dualidade apresentada por Habermas entre as esferas instrumental e comunicativa, ao trazer de Marx a indissolubilidade dos vínculos reais entre a produção e as demais esferas da vida, como a vida política. Em Marx, ambos os elementos são inseparáveis.

Por outro lado, Postone apresenta um entendimento peculiar sobre algumas categorias marxianas, nos chamando muito a atenção o uso por sua parte do termo trans-histórico, para se referir ao que Marx caracteriza por abstração razoável. Esta, como processo de abstração, de criar idealmente um entendimento sobre a realidade, permite abstrair os elementos que são comuns, observáveis em momentos históricos distintos, e entender, por comparação, exatamente o que se repete e o que é particular de cada momento, permitindo observar as diferenças. Ao não utilizar a mesma categoria de Marx, Postone abre margem para um questionamento se toma tal categoria como ontológica, ou seja, se o seu sentido trans-histórico apresenta um sentido para além da capacidade de abstração realizada nesse momento. Não apresenta também o entendimento da categoria de diferença essencial, elemento que permite compreender exatamente o papel das particularidades históricas. Entende-se, portanto, que Postone demonstra muito bem seu argumento tendo Marx como elemento chave, e demonstra compreender o autor através de sua argumentação e ao referenciar o autor alemão extensamente, elemento inclusive que sentiu-se falta em Antunes, que reivindica a mesma base teórica. Assim, salienta-se que Postone, apesar do uso diferente de categorias, consegue apresentar aquilo que seria um retorno a Marx ao debate da centralidade do trabalho, respondendo Habermas de forma diferente à resposta de Antunes, e com maior apropriação de Marx, com argumentos mais sólidos. Apontados alguns elementos sobre Postone, cabe retornar, nas considerações finais às elaborações dos autores, em especial Habermas, para analisar o peso dos seus argumentos frente aos de Marx.

4 - Considerações Finais

Esta dissertação buscou trazer os elementos apresentados por três vertentes que tangenciam o debate da centralidade do trabalho. Em primeiro lugar o debate de Gorz e Habermas, que apresentam diferenças em suas concepções, mas que buscamos trazer seus elementos para debater mais a crítica a ambos, feita por Postone e Antunes. Habermas se destaca pela sua relevância e se tornou interlocutor dos outros dois autores marxistas que apresentamos. Postone surge em contraposição ao debate com Habermas, apresentando deficiências e criticando o autor em sua concepção acerca de Marx. No segundo capítulo, apresentamos então, os elementos que constituem a análise de Postone, que configuraria uma perspectiva de crítica do trabalho e de sua centralidade. Ricardo Antunes figura como autor que apresenta uma posição de reafirmação da centralidade do trabalho, em embate direto com Habermas e Gorz. Nessas considerações finais, faz-se necessário, evidenciar as diferenças entre Postone e Antunes e apresentar as críticas pertinentes.

Ricardo Antunes apresenta uma posição ancorada em uma tradição marxista que idolatra muitas vezes o trabalho e a classe trabalhadora, bem como assume uma posição de que o trabalho é o elemento que não só explica essa sociabilidade, mas também é o mesmo a ser capaz de superá-la. O autor brasileiro reafirma peremptoriamente a classe trabalhadora como sujeito revolucionário, mas sem demonstrar as mediações e os elementos históricos de sua compreensão, buscando na sociologia do trabalho justificar a ampliação de uma classe-que-vive-do-trabalho, mas sem grande definição ou propósito unificador de uma ação revolucionária, a não ser uma exploração caucada no nível de renda. Aponta também os elementos das mudanças estruturais da produção capitalista dos anos 1970 em diante, mas não considera de fato as possíveis alterações do eixo da produção de valor, elementos esses reafirmados por Gorz e Habermas, que Antunes rebate com a reafirmação da exploração e da centralidade do trabalho. Isto nos indica um elemento tratado por Postone e não por Antunes como eixo da discussão, a particularidade do trabalho no capitalismo.

Para Postone, o trabalho, tal como Marx havia demonstrado, se configura como uma relação social que apresenta elementos gerais e particulares, sendo que a particularidade da subsunção do trabalho ao capital, como produtor de valor e capital, define seu sentido historicamente específico. Antunes não revela isso, e se o faz, não apresenta seu significado de forma explícita. Postone ainda realiza um profundo processo de demonstração das mediações entre trabalho, capital e tempo, como forma particular dessa sociabilidade. Outro elemento tratado pelo autor canadense é o entendimento que o trabalho, enquanto relação social subsumida ao capital, que define o caráter particular do mesmo, e não a exploração. Logo, a superação dessa sociabilidade passa pela alteração completa dessa forma trabalho e não pelo fim somente da exploração. Postone também coloca como elemento chave entender o trabalho em sua forma alienada como expressão da dominação do capital sobre o trabalho e também como necessidade de superação dessa forma trabalho para se superar o capitalismo enquanto modo de produção.

Assim, percebemos em Postone, uma maior profundidade no trato da questão, bem como uma aproximação maior com Marx e seu argumento, do que Antunes, sendo que o uso a citações diretas de Marx aponta isso claramente, com Postone construindo e demonstrando muito mais seus argumentos, o que lhe confere maior solidez no debate, em nosso entendimento. Destaca-se também as diferenças de caminho adotados por ambos os autores. Postone busca revelar, a partir de Marx, as mediações estabelecidas pelo complexo do trabalho com os demais complexos reais, sendo que Antunes busca mais na tradição marxista defender uma posição que não é propriamente de Marx, apresentando dados empíricos e os interpretando dentro de categorias pouco precisas. A obra de Postone, muito embora ainda não tenha sido devidamente avaliada, nos permite trazer à discussão uma resposta que apresenta com grande contundência, uma resolução possível das querelas apresentadas. Fundamentalmente pelo fato de demonstrar com grande clareza a relação das categorias da economia política com as formas concretas das relações sociais no interior do capitalismo. Em suma suas argumentações permitem refutar a cisão realizada por Habermas, que separa de uma maneira radical a política da economia. Postone nos dá uma resposta importante ao demonstrar que as

relações sociais no interior do capitalismo são determinadas por uma centralidade negativa do trabalho.

As elaborações de Postone são mais rígidas e demonstrativas, na medida em que demonstra a relação entre o valor e a base das interações humanas na sociabilidade do capital. Antunes termina por tomar as considerações mais gerais de Lukács no início de sua elaboração da “Ontologia do ser social”, e a generaliza de forma arbitrária contra Habermas. A discussão da política em Lukács não ocorre nas páginas do capítulo O trabalho, mas no capítulo da ideologia, onde o tema das interações humanas é debatido pelo autor húngaro. Antunes termina por afirmar uma posição contrária a Habermas, mas sua afirmação não demonstra a relação efetiva no capitalismo entre o trabalho e o problema das interações sociais. O ponto central do debate dos quatro autores gira em torno do problema do valor. Essa é a questão que é resgatada por Postone. Este demonstra a relação efetiva entre a economia e as relações sociais, na medida em que destaca o valor como a base para o estabelecimento das relações sociais. Gorz e Habermas compõem a corrente de pensadores que negam a economia como matriz das relações sociais, e para isso atacam diretamente a validade da teoria do valor. Ricardo Antunes tenta uma resposta a esse problema, mas apresenta insuficiências para demonstrar isso.

Com o capítulo final, que trata diretamente de Marx em suas próprias elaborações, é possível entender, por nossa parte, uma maior proximidade de Postone a Marx, e não de Antunes. Marx na introdução dos Grundrisse e no capítulo sexto inédito, pontua acentuadamente o caráter subsumido do trabalho ao capital, ou seja, entende essa categoria em uma relação na qual o capital apresenta uma série de determinações sobre a forma trabalho. Conseqüentemente, a superação do trabalho assalariado, forma capitalista do trabalho, passaria pela superação completa do capital e do trabalho que está profundamente intrincado com aquele. Assim, não passa somente pelo fim da exploração, ou por relações sociais menos injustas, mas pela total demolição dessa forma social e sua substituição por outra. Nesse sentido, entendemos que Postone compreende bem essa elaboração de Marx, e que Gorz, Habermas, e até Antunes, erigem um debate sobre um aspecto distinto deste. Habermas e Gorz, que já foram pontuados em suas respectivas partes, buscam entender o

“fim da centralidade do trabalho” como forma de captar um processo de mudança social no qual o valor não mais seria determinante, mas para Postone – ancorado em Marx – o fim da validade da teoria do valor não está posta.

5 - Referências Bibliográficas

ALVES, A. *Marx e a analítica do capital*. Uma teoria das Daseinsformen. Campinas: Novas Edições Acadêmicas, 2012;

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015;

_____. *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio Sobre a Afirmação e Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013;

ANTUNES, R (org.). *A dialética do trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013;

ANTUNES, R.; BRAGA, R. *Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009;

CHASIN, J. *Marx*. Estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009;

COTRIM, V. *Trabalho, conhecimento, valor*. Marx frente a uma contradição atual. São Paulo, 2015;

DUAYER, M. *Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho*. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2012, n. 29, v. 10;

GORZ, A. *Adeus ao proletariado: Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982;

_____. *O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume, 2005;

HABERMAS, J. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. In: _____. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983;

LUKÁCS, G. *O Trabalho*. In: _____. Para uma Ontologia do Ser Social II. São Paulo: Boitempo, 2013;

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. Ciudad del Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1959;

MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013;

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011;

- _____ *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004;
- _____ *O rendimento e suas fontes. A economia vulgar*. São Paulo: Nova Cultural, 1991;
- NEGRI, A.; LAZZARATO, M. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001;
- OFFE, C. *Trabalho: a categoria sociológica chave?* São Paulo: Brasiliense, 1995;
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.